

ENSAIO HISTÓRICO E LITERÁRIO

*HISTÓRIA DA
IMIGRAÇÃO ITALIANA
EM ANDRADAS-MG*

Por Carlos Eduardo Rovaron

PREFÁCIO

Este ensaio visa apresentar um pouco dos resultados do projeto *História da Imigração Italiana em Andradas-MG*, que gerou o site do *Circolo Italiano di Andradas-MG* com o mesmo nome.

O referido projeto foi financiado pelo Fundo Estadual de Cultura de Minas Gerais (FEC-MG), pela Secretaria de Cultura de Minas Gerais (SEC), e pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BSMG). Foi escrito pelo historiador Bruno Pastre em 2016, para concorrer à verbas destinadas ao fomento e incentivo à cultura, por meio do edital lançado pelo Fundo Estadual de Cultura naquele ano, época em que ainda residia em Andradas e atuava como colaborador do *Circolo Italiano*.

Posteriormente, o projeto foi desenvolvido pelo historiador Carlos Eduardo Rovaron que, em função de a princípio não contar com uma equipe técnica auxiliar - não prevista no projeto inicial - contou com as preciosas ajudas de Luiz Carlos Mutterle, então presidente do *Circolo* e com a ajuda de Benedito Eduardo Casarotto, então vice-presidente, atual presidente da instituição.

Os trabalhos iniciaram-se em fevereiro de 2018 por inúmeras contingências, dentre as quais os atrasos no repasse da verba e a dificuldade de encontrar pesquisadores com a titularidade exigida. O projeto sofreu algumas readequações ao longo de seu percurso, acabando por incluir um especialista na edição de imagens, áudios e vídeos, Otávio Augusto Batista, além do webdesigner para construir o site, este sim previsto desde o projeto original, Diuliano da Silva Oliveira.

O presente ensaio conta com quatro capítulos: **1 – Tateando por entre as neblinas da memória; 2 – um carimbo e uma história; 3 – Cartas do Dr. Joaquim; 4 – De substituo mais barra da mão de obra escrava a empreendedor.**

1 – Tateando por entre as neblinas da memória: o primeiro capítulo visa mostrar o início do percurso da pesquisa do projeto *História da Imigração Italiana em Andradas*. Iniciamos a pesquisa com a coleta da tradição oral dos descendentes de imigrantes italianos no município, feita por meio de gravações em áudios e vídeos.

A princípio, parecia que permaneceríamos nos campos da História Oral e das memórias familiares, que nos permitem trabalhar com a identidade da comunidade de descendentes italianos, com as representações, ideias e imagens que ela faz de si mesma. Campos mais ligado à uma 'psicologia coletiva' e às emoções da lembrança.

Nossa pretensão de levantar rapidamente as províncias e *comunes* italianas de origem de cada família havia se frustrado logo: na prospecção de documentos e dados feita no Arquivo do Estado de São Paulo - SP, que guarda a documentação relacionada ao porto de desembarque da maioria dos imigrantes de Andradas (Porto de Santos-SP), percebemos que esse trabalho seria demorado e que teríamos que começar com o básico: coletar as indicações e dados da tradição oral e digitalizar os documentos dos ancestrais italianos dos entrevistados, caso ainda os tivessem guardados.

Apesar disso, nessa primeira fase tivemos uma feliz surpresa: encontramos um passaporte de 1.888, de um italiano chamado Ângelo Basso, cujo carimbo no verso nos permitiu outra possibilidade de trabalhar a imigração italiana em Andradas: descobrir quais foram os agentes e poderes políticos e econômicos responsáveis por gerar o fluxo de imigrantes italianos, que, por inúmeras contingências, veio parar em Andradas. Isso nos possibilitou trabalhar o fenômeno demográfico por um viés que não apenas o das imagens e representações da memória e da tradição oral.

2 – um carimbo e uma história: no capítulo dois exploramos que foi possível descobrir a partir desse passaporte. Ele

nos forneceu informações e indicações que nos permitiram chegar a inúmeros outros documentos relacionados. Poderíamos descrever esse processo investigativo com a expressão 'reação em cadeia', na qual esse passaporte foi o catalizador, ou o impulso inicial. Poderíamos, também, compará-lo a um efeito dominó, em que esse passaporte foi primeira peça a cair.

O capítulo dedica-se basicamente a descrever esse percurso investigativo e os resultados que possibilitou, mais especificamente a suspeita de que os imigrantes, que acabaram se afixando em Andradas, foram trazidos para as fazendas dos municípios paulistas vizinhos graças a associação de Martinho da Silva Prado Júnior com algum personagem da família Oliveira, de São João da Boa Vista.

Essa suspeita foi levantada pelo fato de Martinho ter sido o presidente da instituição carimbada no verso do passaporte de Ângelo Basso, criada para trazer o imigrante para as lavouras de café com verbas do Governo de São Paulo. A saber, trata-se da Sociedade Promotora de Imigração de São Paulo.

3 – Cartas do Dr. Joaquim: neste capítulo conseguimos comprovar nossa suspeita anteriores com a documentação do Dr. Joaquim de Oliveira Neto, proprietário do jornal O Município em São João da Boa Vista e descendente do Coronel Ernesto de Oliveira, proprietário das fazendas mais lembradas pela tradição oral dos entrevistados de Andradas, que as apontam como os locais de onde vieram inúmeros vênets para o município, principalmente na primeira faze da imigração: décadas de 1.880 e 1.890. Tal documentação trata-se, principalmente, de quatro cartas de 1882, escritas por Martinho Prado Silva a Joaquim José de Oliveira, irmão do Coronel Ernesto de Oliveira e também ancestral do dono do acervo, Dr. Joaquim de Oliveira Neto. Dai o nome do capítulo "Cartas do Dr. Joaquim".

As cartas são reveladoras, mostram como em 1882 Martinho Silva Prado Júnior e Joaquim José de Oliveira orquestraram a

extensão de um ramal da *Estrada de Ferro Mogiana*, saindo de onde hoje é Aguai e indo até Poços de Caldas, passando por São João da Boa Vista no meio do caminho. Além de grande acionista da Companhia Mogiana de estrada de ferro, Martinho estava envolvido com a montagem da 'máquina da imigração em São Paulo', que foi concluída em 1886 com a fundação da *Sociedade Promotora de migração de São Paulo*, da qual foi o primeiro presidente. No mesmo ano foi fundada a Estação Ferroviária de Poços de Caldas, iniciativa dele e de seu amigo sanjoanense.

Martinho controlou o fluxo de imigrantes no final do século XIX, isso explica a grande quantidade de imigrantes que veio para São João da Boa Vista e transbordou as fronteiras, indo parar no território vizinho do Sul de Minas.

4 – De substituo mais barra da mão de obra escrava a empreendedor: este capítulo buscou demonstrar como foi o processo de aquisição de propriedades pelos imigrantes italianos, e descendentes, em Andradas. Além disso, buscou demonstrar as estratégias de desenvolvimento de empreendimentos tanto agrícolas, como comerciais e industriais (caso do vinho), que gerou considerável desenvolvimento econômico no município.

A colônia italiana chegou a ser apresentada como elemento de riqueza e progresso na imprensa local de 1917 e, no começo dos anos de 1920, uniu seus capitais ao dos brasileiros locais para fundar uma companhia de estrada de ferro ligada à Companhia Mogiana, que só não levou um ramal para Andradas provavelmente por conta da crise de 1929.

Por fim, esclarecemos que, por ser um ensaio, este texto não será exaustivamente referenciado como na academia. Também não terá uma bibliografia neste momento. As referências completas e a bibliografia serão feitas somente quando ele for publicado na forma de livro. Também esclarecemos que a ortografia dos textos históricos foi atualizada, com exceção dos nomes próprios.

Sumário

TATEANDO POR ENTRE AS NEBLINAS DA MEMÓRIA	8
O agendamento das entrevistas.....	10
O que a lista de sobrenomes pôde revelar por meio das entrevistas.	11
Quantos Italianos chegaram em Andradas e de onde ele vieram?....	24
Do campo emotivo da memória para o campo analítico das história, do micro para o macro.....	27
 UM CARIMBO E UMA HISTÓRIA.....	31
A Sociedade Promotora de Imigração de São Paulo.....	34
Pressões inglesas para abolição inspirando a construção da máquina da imigração.....	35
A elite cafeicultora paulista e a sociedade Promotora de Imigração de São Paulo.....	38
Martinho Prado, 'homem forte da imigração' entre as décadas 1880 e 1890.....	48
Colorindo o passaporte de 1888 e o carimbo Sociedade Promotora de Imigração.....	54
 CARTAS DO DR. JOAQUIM DE OLIVEIRA NETO: Os Silva Prado e os Oliveira, café, ferrovia e imigração.....	58
A amizade e política: Martinho Silva Prado e Joaquim José de Oliveira.	62
Ferrovia, escravos e o 'homem forte da imigração' as vésperas da abolição.....	66

Quem esteve por trás da construção do Ramal das Caldas.....	71
A indefinição e fluidez das fronteiras entre Minas e São Paulo na região.....	83
Financiamentos do Governo Paulista para a vinda do imigrante europeu e desdobramentos.....	86

DE SUBSTITUTO MAIS BARATA DA MÃO-DE-OBRA ESCRAVA A EMPREENDEDOR 93

Dívidas da elite rural da Vila Caracol gerando vendas de terras aos imigrantes?.....	96
A aquisição de terras pelos imigrantes – exemplos e características.	105
Imigrantes, descendentes e brasileiros unindo-se e investindo em ferrovias.....	118

TATEANDO POR ENTRE AS NEBLINAS DA MEMÓRIA

Quando nós começamos a desenvolver o projeto “*História da Imigração Italiana em Andradas-MG*”, estávamos mais focados no levantamento das histórias familiares, em depoimentos orais captados em áudios e vídeos sobre a partida da Itália e a chegada ao Brasil. Nosso foco principal era o levantamento das *comunes* de origem de cada sobrenome das famílias italianas de Andradas e a documentação particular dos entrevistados que pudesse comprovar essa origem.

Alguns entrevistados possuíam guardados passaportes originais dos seus ancestrais e dispensas do serviço militar italiano, datados do final do século XIX, outros haviam levantado certidões de casamento, nascimento e óbito em arquivos cartoriais e paroquiais do Brasil e da Itália, durante o processo de pesquisa que empreenderam para requerer a cidadania italiana. Houve, também, os que investiram esforços em pesquisas genealógicas pelo simples prazer de conhecer as origens familiares.

Para além desses documentos, tivemos a surpresa de ser-nos mostrados cartas em italiano, relógios mecânicos de parede e de bolso, joias, quadros de santos, devocionários, catecismos, rosários e vários outros objetos trazidos da Itália para o Brasil nos barcos a vapor, guardados como relíquias pelos familiares e exibidos com orgulho. O relógio de bolso da família Muterlle é um desses testemunhos materiais.



Relógio de bolso, trazido da Itália pelo patriarca da família Muterlle: Acervo pessoal de José Flávio Muterlle, fotografado na Adega de Vinhos Muterlle em 4 de julho de 2018, Andradadas-MG.

Muitos dos artefatos familiares que nos foram mostrados, misturam-se com as narrativas da tradição oral, como é o caso da família Cassetari, que ainda guarda o baú com um compartimento secreto oco, oculto por um perfeito encaixe de madeira, onde teria sido trazido ouro da Itália no navio. A família Stella, por sua vez, guarda dois quadros com postais de Padova, trazidos no século XIX pelo patriarca, que iniciou estudos em Padova, nos quais poderia ter se tornado padre ou advogado, sendo abrigado a abandonar os estudos pela falta de recursos econômicos. Nesse caso os quadros servem para lembrar e enaltecer um bem intelectual, um ancestral que conhecia até latim e que, por saber ler, escrever e contar, foi empregado como administrador de fazendas de café no Brasil. Caso parecido é o da família Borghese - sobrenome alterado para Burguês no Brasil – que enaltece origens nobres da família. Há também a história de objetos ausentes, como o jogo de talheres de ouro do patriarca da família Sibila, que foi roubado no navio. Porém, o bem mais valioso ainda guardado com carinho pelos entrevistados são as narrativas ‘dos antigos’: uma tradição oral que, na maior parte das vezes, testemunha uma história de penúria, escassez e esforço dos

ancestrais que “*sono venuti a fare l'Americica*” (que vieram para fazer a América), ela se manifesta nas casas quase como uma ladainha de glorificação ao trabalho e à economia, entoada e repetida inúmeras vezes para engrandecer os ancestrais e a família.

O agendamento das entrevistas:

Uma lista de sobrenomes das famílias italianas de Andradas, fornecida pelo *Circolo Italiano di Andradas*, foi a ferramenta principal para nortear a escolha dos entrevistados. No atual momento ela é fruto de um esforço coletivo: começou a ser elaborada para a primeira *Festa Italiana de Andradas*, a pedido da então prefeita Margot Pioli, com base no livro *Os Estrangeiros na Construção de Andradas*¹, escrito pela memorialista Nilza Alves de Pontes Marques, conhecida carinhosamente na cidade como a escritora Dona Nilza Moreira. Este livro foi o primeiro esforço de levantamento genealógico e sistemático das famílias descendentes de imigrantes italianas no município, fruto de quatro anos de trabalho de pesquisas da autora, nos registros paroquiais, em jornais do começo do século XX e nos cemitérios, para além de incontáveis entrevistas orais feitas casa por casa, em peregrinações pela área urbana e por todas as zonas rurais do município.

Depois de elaborada esta primeira lista, ela foi enriquecida por colaboradores como Delcio José Martins, advogado que trabalhou vários anos prestando serviços para pessoas de Andradas interessadas em pleitear a cidadania italiana no Consulado Italiano. Dentre suas fontes de pesquisa, ele salienta a importância das listas telefônicas italianas. Além de Dona Nilza Moreira e de Delcio Martins, esta lista também conta com as contribuições de vários dos

¹ MARQUES, Nilza Alves de Pontes. ***Os Estrangeiros na construção de Andradas***. Caseli & Ribeiro Grafica e Editora LTDA, 1995

associados do *Circolo Italiano di Andradas* e mesmo de pessoas não vinculadas à Associação. Por fim, hoje podemos incluir algumas contribuições que os esforços dessa pesquisa deram à ela. Portanto, ela é fruto de muitas mãos e não está acabada, é um empreendimento ainda em construção.

O que a lista de sobrenomes pôde revelar por meio das entrevistas:

Quando estamos escrevendo uma história, a escolha da pergunta a ser feita em uma entrevista faz toda a diferença no resultado obtido. Isso é óbvio, mas deve ser lembrado. Essa escolha é parcial e subjetiva, pode lançar um foco de luz sobre uma questão e ocultar muitas outras, o que inevitavelmente produz resultados que não são verdades absolutas, muito menos imparciais, porém, geram sim uma percepção, um ponto de vista, que pode ser sustentado com argumentos embasamento na pesquisa feita. Em nosso caso, a pergunta eleita foi: - de onde vieram os imigrantes que se afixaram em Andradas-MG? Essa pergunta não se restringiu somente à *comune* de origem na Itália, mas o seu trajeto dentro do Brasil até chegar em Andradas-MG.

De qualquer forma, as respostas geradas por essa pergunta podem, em alguma medida e ao longo do tempo, ser averiguadas e testadas. E que bom se elas forem contraditas por novas fontes discutidas em novos trabalhos, que permitem alterar o que aqui está dito por abrirem uma nova perspectiva que nos escapou.

Outra experiência da pesquisa que vale apenas compartilhar, é que muitas vezes perguntamos de onde os primeiros imigrantes italianos vieram e tivemos informações adicionais que não estávamos esperando, como, por exemplo, sobre a escravidão

na região. Muitas vezes atiramos as perguntas no que víamos e acertamos o que não víamos.

Sobre o trajeto do imigrante no Brasil, antes de chegar nas terras andradenses, para quem não é natural de Andradas e que, por algum motivo, manifeste interesse em ler este trabalho, a resposta da pergunta não é óbvia, exigiria um esforço de pesquisa crítico e analíticos para chegar à alguma conclusão. Mas, se ela for feita para qualquer andradense, a resposta automática é que a maioria italianos vieram das fazendas de São João da Boa Vista-SP, município vizinho, e esse consenso reproduziu-se nas entrevistas e fundamenta-se na autoridade de uma tradição oral coletiva. Autoridade que, é lógico, precisou e precisa ser questionada e testada.

Pra além do 'conto dos antigos', houve entrevistados que já romperam com as limitações da tradição oral: os que já conseguiram cidadania italiana pesquisaram a documentação comprobatória para tanto, em muitos casos encontrada nos arquivos paroquiais e do Registro Civil de São João da Boa Vista, onde muitos casaram-se e tiveram seus filhos antes de mudarem-se para Andradas-MG.

Entretanto, maioria não significa totalidade, encontramos alguns casos em que italianos desembarcaram na estação da Estrada de Ferro Mogiana em Espírito Santo Porém-SP, próximo à São João da Boa Vista-SP, na linha de fronteira com Minas e também vizinho de Andradas.



Obs.: os pontos em vermelho indicam as localidades principais nessa discussão.

Com relação à casos de imigrantes provenientes do Porto do Rio de Janeiro, encontramos apenas dois até agora: a família Risso e a família Bensi. O desembarque do patriarca Risso no Porto do Rio de Janeiro faz bastante sentido, pois ele chegou antes da década de 1880, quando a malha das estradas de ferro vindas de São Paulo capital - e que se conectavam com o Porto de Santos - ainda não havia chegado até Espírito Santo do Pinhal e até São João da Boa Vista, fronteiriços de Andradas.

Entender a relação entre a não existência dos trilhos de ferro paulistas e a vinda desse imigrante Risso pela rotas terrestres de tropas de mulas - que ligavam o Sul de Minas com a Corte do Rio de Janeiro - exige entender a perda de importância tanto dessas rotas tropeiras, como da centralidade do mercado do Rio de Janeiro na economia brasileira. Essas mudanças aconteceram por dois fatores principais: aproximação da malha ferroviária paulista e o crescimento da importância do café, que deu à cidade de São Paulo

um lugar de destaque dentro da economia: a primeira desativou as tropas de mula do Sul de Minas para o Rio, a segunda transferiu o eixo econômico do Rio para São Paulo e as duas estão ligadas.

A Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, também conhecida como “*cata cafés*”, foi se expandindo na fronteira do Oeste Paulista com Minas, ligando as cidades paulistas da fronteira como um fio que perfila contas de um rosário. Para esta pesquisa ela é extremamente importante, porque foi por ela que a esmagadora maioria dos imigrantes italianos chegaram até Andradas. Até agora, datam de 1874 as primeiras notícias documentadas do cultivo do café em Andradas, ou seja, antes da “cata cafés” aproximar-se da região².

No caso de Andradas, podemos dizer que esta estrada de ferro não foi somente a “cata cafés”, como também a ‘traz imigrantes’. A Mogiana foi uma companhia ferroviária brasileira criada em 1872 com capitais cafeeiros paulistas, com sede na cidade paulista de Campinas e provocou entusiasmo nos municípios da divisa não só do lado de São Paulo, como também no lado de Minas. Tanto, que em 1874, em um abaixo assinado endereçado à Câmara da Vila de Mogi Mirim-SP, os moradores da Freguesia de São Sebastião do Jaguari, (hoje Andradas), manifestavam o desejo de deixar de fazer parte do termo³ da Vila de Caldas-MG e passar a fazer parte da Província de São Paulo, como freguesia pertencente ao termo de Mogi Mirim. E por que esse desejo separatista? Porque já tinham a notícia da aproximação dos trilhos da Mogiana, que já estava sendo construída, porque a maior parte de seus negócios

² ROVARON, Carlos Eduardo. **Ocupação da região da Caldeira Vulcânica de Poços de Caldas - MG (Séc. XVIII-XX)**, São Paulo, 2009.

³ Nome que era dado ao território de uma vila, como era chamado distrito municipal na época.

eram com a Província de São Paulo e porque sentiam-se 'deserdados' do Governo de Minas, que não investia em estradas e na localidade⁴. O fato de neste mesmo ano já termos a notícia do cultivo de café aqui é um dado que também poder complementar a explicação desse movimento, pois, mesmo que ainda cultivado em pequena quantidade, provavelmente estava sendo exportado pelo Porto de Santos, que era o mais próximo.

O movimento foi separatista da Freguesia de São Sebastião do Jaguari, começado onde hoje é o Bairro do Óleo, foi abafado pelas forças da Vila de Caldas, que ainda tinha grande conexão com as praças comerciais do Rio de Janeiro, pois nela e em Ouro Fino entroncavam-se inúmeras rotas de tropas de mulas que destinavam-se à Corte Carioca, carregando mercadorias. Rotas que foram sendo desativadas com a aproximação estradada de ferro paulista, que teve seu primeiro trecho construído em 3 de maio de 1875, ligando Campinas à Jaguariúna, na época Jaguari. Mas o declínio das rotas de tropas de mula, que passavam por Caldas-MG, acentuou-se de fato após 1886, data da inauguração de uma ramal da Estrada de Ferro Mogiana em Poços de Caldas-MG.

Mas por que essas informações são relevantes para entender a imigração italiana? E o que o ancestral italiano da família Risso tem a ver com isso? Vamos explicar:

O patriarca da família Risso chegou na região de Andradas por ter se inserido no comércio de tropas de mula que ligavam o Sul de Minas ao Rio de Janeiro. Innocencio Jerônimo Risso, senão foi o primeiro caso de imigrante italiano na região, pelo menos foi um dos

⁴ ROVARON, Carlos Eduardo. **Ocupação da região da Caldeira Vulcânica de Poços de Caldas - MG (Séc. XVIII-XX)**, São Paulo, 2009.

primeiros e situa-se no período anterior à abolição da escravidão. Por essa razão, sua história é reveladora sobre o contexto 'apocalíptico' de transformações sociais e econômicas profundas por que o Brasil estava passando e no qual o imigrante italiano 'cairia de paraquedas'. Dizemos 'apocalíptico' imaginando a reação da sociedade escravista da época, que não conhecia outra forma de ser e existir que não aquela, era o ocaso de um sistema social e econômico que, embora cruel de nosso ponto de vista atual, durou mais de 400 anos gerando padrões arraigados de relações sociais, que teriam que mudar radicalmente do dia para a noite, principalmente no mundo do trabalho. Segue reproduzida a tradição oral coletada com seu descendente, Gocca Risso, em entrevista gravada no dia 23/06/2018, em Andradadas-MG:

Entrevistado Gocca Risso: Minha família, é o seguinte, meu pai nasceu, acho que em Caldas, não sei, eu não tenho muita certeza. O pai do meu pai, meu avô, que eu não conheci, ele veio do Estado do Rio, ele mascateava sal.

Entrevistador: Ele era italiano?

Entrevistado Gocca Risso: Ele era italiano, veio da Itália. O pai do meu pai veio da Itália.

Entrevistador: Ele veio da Itália e aportou no Porto do Rio?

Entrevistado Gocca Risso: No Porto do Rio. Ficou no Rio. Ele trazia sal, ele negociava sal, trazia sal do Rio de Janeiro aqui pra ... a parada dele era no Corgo Fundo.

Entrevistador: Perto de Caldas?

Entrevistado Gocca Risso: Corgo Fundo aqui, perto de Andradadas.

Entrevistador: Perto de Andradadas?

Entrevistado Gocca Risso: É, município de Andradadas.

Entrevistador: Passava por Caldas?

Entrevistado Gocca Risso: É (....).

Entrevistador: Escuta, que época ele veio mais ou menos da Itália? Ele veio antes da abolição dos escravos? Tinha escravos ainda na época em que ele veio?

Entrevistado Gocca Risso: Tinha! Meu pai trabalhou com escravo!

Entrevistador: Então não tinha abolido a escravidão ainda não, então ele veio antes de 1888?

Entrevistado Gocca Risso: É.

Entrevistador: E o senhor disse que ele foi criado por uma escrava, não foi?

Entrevistado Gocca Risso: Foi criado.

Entrevistador: Foi criado?

Entrevistado Gocca Risso: É. Depois libertou os escravos, tinha uma preta que lavava a roupa pros outros, pra

ganhar, pra criar eles, eram três irmãos, era meu tio Clínico e minha tia Colombina e meu pai, chamava Alfredo.

Entrevistador: Qual era o nome desse seu avô que veio da Itália? Esse Risso que veio da Itália, qual que é o nome dele?

Entrevistado Gocca Risso: O nome do vô eu não sei.

Intervenção do neto de Gocca Risso, Gustavo Risso: Inocência Risso.

Entrevistado Gocca Risso: Inocência, acho que é Inocência Risso.

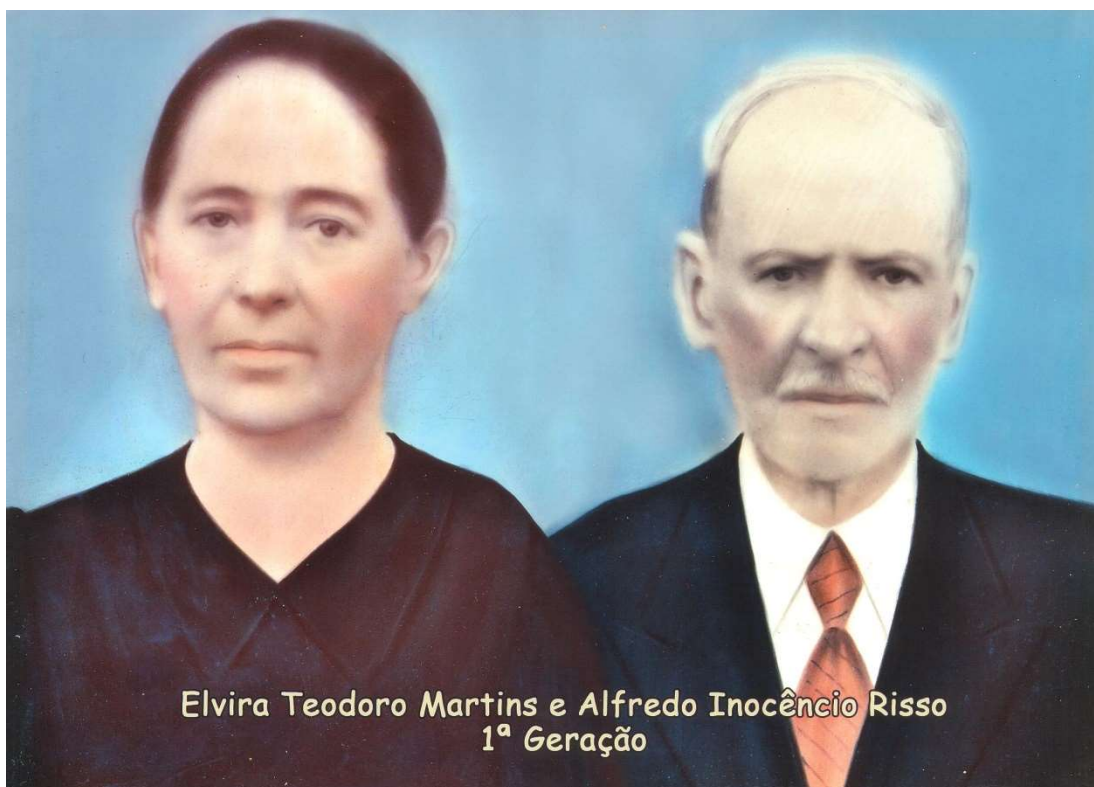
Entrevistador: E o teu pai Alfredo?

Entrevistado Gocca Risso: Alfredo Inocência Risso.

A entrevista é longa, Gocca Risso conta que atividade de mascate de sal, exercida por seu ancestral italiano, foi desenvolvida pelos caminhos comerciais de tropas de mula, que ligavam a região do Sul de Minas ao Rio de Janeiro, até ter resolvido mudar-se para Caldas, município vizinho de Poços de Caldas e Andradas: *“depois eu acho que ele mudou para Caldas (...) porque eu ouvi dizer, não sei, porque eu não havia no mundo ainda, eu ouvi dizer que a mãe do meu pai foi enterrada em Caldas”*.

O pai de Gocca Risso ficou órfão cedo, tendo sido criado pela escrava que depois ficou forra. O avô italiano de Gocca Risso e seu pai viveram num período de transicional: entre a escravidão e seu fim. Em outro trecho de entrevista, Seu Gocca, como é conhecido em Andradas, diz o seguinte sobre o seu pai, que era filho de italiano nascido no Brasil: *“...ele trabalhou com escravo (...) ele trabalhou na enxada junto com escravo (...) trabalhava com café, capinar, roça de milho, naquele tempo tinha muito milho, porque não tinha óleo, era gordura de porco”*. Com isso ele quis dizer que era necessário produzir o milho que alimentava o porco, que fornecia a gordura. Nessa época Andradas, então São Sebastião do Jaguari, ainda era uma freguesia pertencente ao termo da Vila de Caldas, já que desmembrou-se como município independente apenas em 1888, ano da abolição da escravidão.

Innocência Jerônimo Risso teria morrido no meio da viagem de uma tropa de mulas, quando ainda mascateava sal, e teria sido enterrado na beira da estrada em local desconhecido, provável razão de seus descendentes não encontrarem o seu assento de morte nos livros de óbito da Matriz de Caldas-MG, quando pesquisavam documentação para pleitear a aquisição da cidadania italiana. O pai de Gocca Risso continuou as atividades do pai italiano, comerciava sal, só que trocou o lombo da mula pelo carro de boi e ao invés de buscar sal no Porto do Rio de Janeiro, passou a busca o que era produzindo em São Paulo e vinha por trem do Porto de Santos até a estação da Mogiana em Espírito Santo do Pinhal. Esta mudança provavelmente indica que Alfredo Inocência Risso, o filho do italiano, criando por escrava, comerciava sal na década de 1880, época em que os trilhos da Mogiana já 'lambiam' as divisas do Sul de Minas, e indicam também o despontar de São Paulo como novo centro econômico, que desbancaria as praças comerciais do Rio de Janeiro.



O caso da família Risso é o mais antigo de imigrante italiano em Andradas que levantamos até agora, dando noção da confusão desse contexto pré e pós abolição da escravidão. A tradição oral de Gocca Risso, situando o seu patriarca italiano ainda no período da escravidão, sustenta-se, pois sua neta, Priscila Risso, encontrou o assento de casamento do italiano Innocencio Jerônimo Risso com Maria Floriana de São José, lavrado no *Livro Nº 5 de Casamento da Igreja Matriz da Vila de Caldas*, no ano de 1859, portanto, é perfeitamente possível o avô e o pai de Gocca Risso terem vivido ainda no período da escravidão⁵.

Supondo que essa história não tenha sofrido nenhuma das distorções comuns à tradição oral, ela provavelmente provocaria perplexidade num leitor estrangeiro: um italiano chegou no Brasil escravista da primeira metade do século XIX e tornou-se tropeiro e mascate de sal no Rio de Janeiro, vindo parar no interior do país, no Sul de Minas, por caminhos ora lamacentos ora poeirentos, que nessa época ainda abasteciam a Corte do Rio de Janeiro de alimentos, principalmente após a carestia de alimentos agravada pela chegada de D. João Sexto em 1808 e sua corte, fugidos da invasão de Portugal pelo exército de Napoleão, conforme Alcir Lenharo demonstra em *Tropas da Moderação*⁶. Na pequena Vila de Caldas-MG casou-se com uma brasileira e teve três filhos, ficando em pouco tempo viúvo. Os filhos teriam sido criados por uma escrava de ganho que lavava roupa para fora. Essas crianças perdem o pai italiano, que morreu numa viagem de negócios em alguma

⁵ Certidão levantada pela descendente Priscila Risso, documento componente de seu acervo pessoal. O assento de batismo original pode ser consultado no Livro de Batismos Nº 5, verso da folha 21.

⁶ LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, c1992.

beira de estradas de tropas de mula, nos ermos sertões entre Minas e o Rio de Janeiro. Um dos filhos desse italiano, Alfredo Inocêncio Risso, chegou a carpir café ao lado de escravos, informando a convivência de mão de obra livre e escrava nesse contexto pré-abolição da escravidão, o que certamente chocaria a elite branca luso-brasileira, para quem o trabalho era um antivalor, coisa de escravos, de gente inferior. A escrava que cuidou dos pequenos senhores brancos, ítalo-brasileiros, filhos de um italiano mascate de sal, provavelmente desenvolveu laços de afetos com as crianças e deve ter ocupado o lugar de segunda mãe no coração das crianças.

A primeira vista esta história pode parecer um 'samba do crioulo doido', absurda, mas não é impossível nesses ermos do Sul de Minas, durante o século XIX, e dá notícias de um passado escravista que existiu em Andradas, que foi substituído pelo trabalho livre do imigrante italiano e que foi esquecido. Até hoje muitos andradenses ignoram os livros de batismos e óbitos de escravos de seus registros paroquiais e, quando lhes são mostrados, são olhados com espanto.

O censo do Império de 1872 dá notícia de 3.121 moradores na Freguesia de São Sebastião do Jaguari (Andradas), que são divididos em 1.730 brancos, 706 pardos e 655 negros. Com a relação da divisão do total da população nas categorias 'livres' e 'escravos', havia na freguesia 2.713 livres e 408 escravos. No tocante a nacionalidade, havia 1 italiano e 5 portugueses. Quiçá não era esse Inocêncio Jerônimo Risso? Afinal, ele havia casado com uma brasileira de Caldas em 1859.

A situação não melhorou para os negros na localidade, mesmo depois da abolição. Um artigo corográfico publicado pelo Arquivo Público Mineiro em 1900, nos informa que os ex-escravos

estavam sendo praticamente expulsos. No texto também é clara discriminação do negro, descrito como avesso ao trabalho, ao passo que os imigrantes italianos, que aumentavam na região, são exaltados como trabalhadores:

Os principais ramos da lavoura são o café, o fumo, a cana, as videiras e os cerraes (sic.). Os instrumentos e os processos são os da antiga rotina – machado, foice e enxada, sem que se note tendências para reforma, adaptando-se sistemas aperfeiçoados e convenientes. As exportações são feitas para as praças de São Paulo e Santos, do Estado de São Paulo. Os preços dos gêneros alimentícios aumentam com a população do município, cujo desenvolvimento tem sido notável no último quinquênio. **Há no município grande número de trabalhadores estrangeiros, de nacionalidade italiana em sua quase totalidade, que vencem o salário de 2\$ a 4\$ com ou sem alimentação fornecida pelos proprietários. A emigração para fora do município nos últimos tempos, quer para outros pontos deste Estado, quer para o do São Paulo, consiste apenas de ex-escravos, cujo número estima-se em 1500, e que abandonaram esta localidade por não quererem submeter-se às justas e previdentes exigências da autoridade policial no sentido de obriga-los a empregar-se. Esse movimento, porém, cessou, com a saída da população ociosa e inútil⁷.**

É claro que o trabalho como um 'antivalor' social é fruto da cultura escravista, com laivos de Antigo Regime, que foi implantada pelo branco português no Brasil e reproduzida pela elite luso-brasileira, mas isso sequer era cogitado pelo autor deste artigo em 1.900, provavelmente branco. Certamente lhe era impossível ter essa consciência, teorias racistas que sustentavam esse pensamento tiveram força do século XIX até 1930⁸. Até mesmo Caio Prado Junior, não escapou delas, em *Formação do Brasil Contemporâneo* fala de "levas de negros em estado de semibarbárie", que ajudaram a

⁷ ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Município de Caracol. IN: Chorographia Mineira. Imprensa oficial de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1900 – p.151. Cópias desse material existem na Câmara Municipal de Andradas.

⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças : cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo : Companhia das Letras, 2014.

formar uma sociedade colonial decrépita. Isso não é absurdo se entendemos que ele é um “homem de seu tempo”, frase clichê conhecida e repetida no meio dos historiadores.

É preciso entender e não desprezar o poder das ‘ideias’ e dos ‘pensamentos’, tanto para o bem, quanto para o mal (valores culturais condiciantes de comportamentos sociais, inclusive preconceitos) e manter em mente que pensamentos podem ser mudados, mas que, no caso de uma sociedade inteira, essa mudança nem sempre é rápida.

De qualquer forma, a desvalorização do trabalho está impressa no próprio preconceito da elite branca escravista: trabalho manual é coisa de escravos, gente inferior. Aliás, sua humanidade se perdia em várias situações, já que era tratado como um bem semovente, coisa negociável até mesmo como garantia de hipotecas⁹. Trazer o ‘espírito do trabalho’ para o Brasil importando europeus, foi um dos argumentos que sustentou a política de branqueamento da população discutida nas sessões do Legislativo.

O que isso tem a ver como o imigrante italiano? Tudo. Foi por força desses pensamentos que ele foi trazido da Europa para substituir o escravo no Brasil. É óbvio que provavelmente não houve qualquer tentativa humanizada de reintegração do ex-escravo na sociedade de Caracol, no anos de 1900, e que provavelmente havia resistência e rancor por parte do negro em continuar trabalhando para o antigo opressor. De qualquer forma, este triste episódio de nossa história deixou o lugar de mão-de-obra vago para os imigrantes italianos, os quais, desde os anos de 1880,

⁹ ROVARON, Carlos Eduardo; FERLINI, Vera Lucia Amaral, **Xadrez imobiliário: as peças humanas, o tabuleiro de terras e as novas regras do jogo em Caldas-MG (Séc. XIX)**, São Paulo, 2015.

transbordavam as fronteiras de São Paulo e se afixavam em território mineiro.

Apesar do comportamento escravocrata ainda estar latente na elite luso-brasileira dessa época, inclusive na local, várias entrevistados indicam que tanto em São João da Boa Vista como em Andradás, os imigrantes tiveram um tratamento respeitoso e não excessivamente exploratório por parte dos fazendeiros, como é o caso do testemunhado da entrevista feita com Senhor Ricardo Sasseron no ano de 2003, na qual ele elogia o tratamento dado aos seus ancestrais - e de demais colonos italianos - pelo Coronel Ernesto de Oliveira, dono da Fazenda do Refúgio em São João da Boa Vista:

Pesquisador: E como vocês conseguiram comprar terra em Andradás?

Sr. Ricardo Sasseron: Ah! Ele foi economizando um dinheiro, porque quando ele chegou no Refúgio, eu já falei antes que o dono da fazenda emprestou um carro de milho e uma vaca de leite. E a comida deles era polenta e leite. Depois eles foram ganhando dinheiro, e ele comprou um terreno aqui por 8 conto. O Ernesto emprestou os 3 que faltaram. Ficou devendo 3 conto. Mas tinha café, já. No primeiro ano ele colheu bastante café, no primeiro ano ele conseguiu pagar os 3 conto.

Pesquisador: Então esse Ernesto era bom patrão?

Sr. Ricardo Sasseron: Bom patrão. Ele emprestou uma vaca de leite e um carro de milho quando nosso povo chegou.

Pesquisador: Dava a casa?

Sr. Ricardo Sasseron: A casa.

Pesquisador: Não cobrava nada da casa, nem do carro de milho, nem da vaca?

Sr. Ricardo Sasseron: Nada, nada. A vaca era emprestada.

Pesquisador: Mas o milho era dado?

Sr. Ricardo Sasseron: Pagava depois. Mas o milho foi preciso pra se sustentar, pra comer, né? Porque ele não tinha nada, Ele chegou sem nenhum tostão. Porque ele tinha cinco lira quando embarcou em Gênova, mas ele comprou bolacha pra minha avó que era doente e ficou sem nenhum tostão.

Pesquisador: Então esse fazendeiro não deixava as pessoas endividadas?

Sr. Ricardo Sasseron: Não, ele nunca era carrasco não. Tanto que quando ele morreu, o pai mandou meu irmão no enterro dele. Daqui foram a cavalo lá pra fazenda do Refúgio, foi no enterro do Ernesto de Oliveira. Os italianos aqui queriam muito bem o Ernesto.

A imagem do Coronel Ernesto de Oliveira é sempre a de um patrão benevolente e justo. Contudo, sabemos que essa realidade destoa da de outros imigrantes em outras partes de São Paulo e do Brasil, onde sofreram maus tratos e foram vítimas de escravidão por dívidas, como é salientado em estudos sobre imigração italiana não só brasileiros, como também italianos¹⁰. Felizmente, pelo que podemos perceber nos testemunhos das entrevistas, esse não foi o caso dos fazendeiros dessa região.

Quantos Italianos chegaram em Andradadas e de onde ele vieram?

Quantos italianos entraram em Andradadas? Qual o impacto do imigrante desta nacionalidade na demografia local? Quando ele começou e em qual período tornou-se mais expressivo? Qual o seu impacto na cultura e na economia local? São perguntas que demandarão ainda alguns anos de pesquisa para séria e sistemática para serem respondidas com o mínimo de exatidão, mas, na atualidade, há um consenso geral de que se trata de um elemento expressivo que criou uma identidade local de '*a cidade dos italianos*', presente em manifestações culturais como a festa anual mais conhecida e esperada da cidade, a Festa do Vinho, em pratos e receitas típicas, alguns adaptados aos ingredientes disponíveis no Brasil, mas apontados como de origem italiana.

¹⁰ GROSSELLI, Renzo M. Da schiavi bianchi a coloni. Un progetto per le fazendas : parte v sao paulo 1875-1914. Imprenta Trento : Provincia Autonoma di Trento, 1991

No caso do vinho, além de elemento cultural, também se tornou uma atividade econômica que fez história no município e atingiu o seu auge nos anos de 1950.

Os censos demográficos que até agora encontramos, com exceção do de 1872, não nos permitem saber o número de indivíduos de etnia italiana que paulatinamente integraram-se à população da região, porque o imigrante italiano é colocado de forma indiferenciada na categoria '*brancos*'. É provável que o controle policial dos imigrantes, criado e executado na era Vargas, provavelmente tenha produzido algum tipo de documento censitário e demográfico com os dados que precisamos, mas ainda não os localizamos.

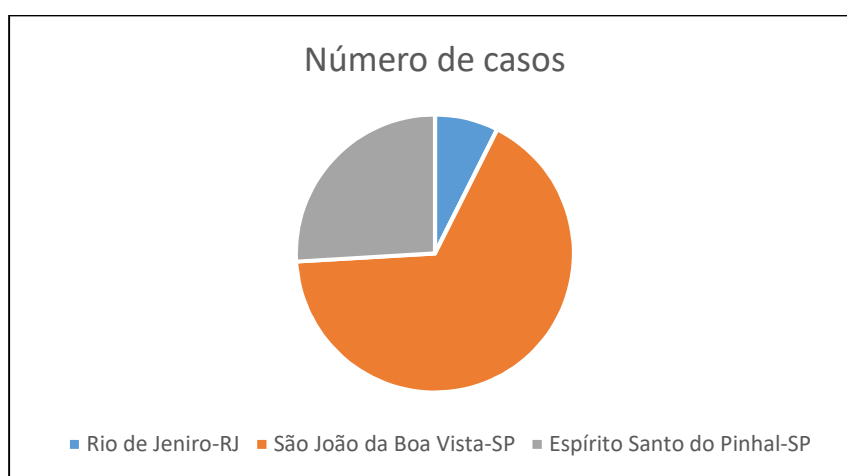
As contabilizações das populações no país como um todo, foram e são feitas geralmente nas três conhecidas categorias: pretos//negros, pardos e brancos. Por esse motivo, por hora é difícil apontarmos o número exato de imigrantes italianos que entraram e se fixaram no município. Dados mais precisos estarão disponíveis quando os livros de registros paroquiais de casamento, óbito e morte, que já foram digitalizados, forem transcritos e tiverem os seus dados planilhados e estatisticamente tratados. Esses documentos permitem uma contabilizações e análises do número de italianos e descendentes de duas formas: 1 - pelos sobrenomes; 2- pelas indicações de origens, comuns neste tipo de documento.

Por hora, temos uma noção por amostragem, construída pelas 27 entrevistas até o momento feitas e tratadas, a quais, em sua maioria, dão indicações precisas do porto de entrada no Brasil, do caminho percorrido no território até chegar em Andradas e, também, das *comunes* e províncias italianas de origem. Essa amostragem, até o momento, tem sustentando a tradição oral de que a maioria dos imigrantes italianos de Andradas vieram do

Vêneto. Admitimos, no entanto, que com o crescimento da amostra esse perfil pode mudar.

As entrevistas, no geral, excetuado o caso da família Risso e da família Bense, apontam fazendas do Estado de São Paulo como o local no Brasil de onde vieram os seus ancestrais para Andradas, tanto de São João como de Espírito Santo do Pinhal. Há alguns casos de imigrantes que vieram por carta de chamada, diretamente das estações ferroviárias desses dois municípios para Andradas. Ou seja, a amostragem indica que essa região do Sul de Minas teve forte impacto demográfico da imigração italiana desembarcada no Porto de Santos, ao contrário do que acontece na Zona da Mata Mineira e nas proximidades de Belo Horizonte, que receberam italianos desembarcados no Rio de Janeiro e hospedados na Hospedaria de Juiz de Fora - MG.

Análises pormenorizadas das informações dessa amostra, e da documentação a ela relacionada, nos permitem apresentar apenas um gráfico em pizza das localidades ,no Brasil, em que imigrantes italianos residiram ou vieram, antes de se afixar definitivamente em Andradas:



O gráfico foi feito com base numa tabela feita em programa Excel, desenvolvida para coletarmos as informações e dados das entrevistas. Ela ainda está em construção e precisa de correções, mas em breve estará disponível no site para o público. Consideramos ela um banco de dados em construção, portanto dinâmico, como o site. Além disso, a quantidade de dados que os registros paroquiais prometem é volumosa e podem ser integrados aos dessa tabela.

De qualquer forma, quantificações a parte, cada sobrenome da lista de sobrenomes italianos do *Circolo Italiano di Andradas*, é uma potencial entrevista. Portando, ela ainda pode desdobrar-se em miríades de histórias, pedaços de vidas a serem costuradas como numa colcha de retalho, o que é perfeitamente possível, porque muitas famílias italianas casaram-se entre si, construíram laços de solidariedade e negociaram. De início, foi uma comunidade bastante tradicional e fechada, embora haja alguns casos de casamentos com brasileiros.

Do campo emotivo da memória para o campo analítico das história, do micro para o macro

Por vezes, nas falas de descendentes diversos, os mesmos fatos e eventos repetem-se em perspectivas diversas: de repente revelam-se os italianos carroceiros, que em um vai e vem faziam o transporte das mercadorias trocadas com São Paulo pela Estação da Estrada de Ferro Mogiana de Espírito Santo do Pinhal: pra São Paulo mandavam o que era produzida na região (cartolas de vinho de 100 litros, café, queijo e etc.) e de São Paulo importavam o que o interior não tinha (sal, bacalhau, azeite, fazendas de chita e etc.); de repente aparece alguns imigrantes instruídos inserindo-se na economia local como administradores de fazendas antigos coronéis; de repente aparecem os imigrantes que conseguiram tornar-se fazendeiros de

café, donos de máquinas beneficiadoras de café corretores do produto, donos de adegas, comerciantes; de repente essas múltiplas histórias tecem circuitos comerciais e revelam contextos econômicos, dão notícias sobre a crise de 1929, que frustrou o sonho dos moradores locais, inclusive dos imigrantes, de trazer às suas portas os cobiçados trilhos de ferro; de repente revela-se a inserção do imigrante na complicada política regional do começo do século XX, cheia de coronéis, jagunços, emboscadas e assassinatos, a qual ainda é um tabu em Andradas, proibido com um 'não conte!!!!'. Porém, o mais encantador desta lista é justamente o fato de ser um esforço coletivo da comunidade de descendentes de italianos de Andradas e de ainda ser capaz de mobilizar e envolver esta mesma comunidade em seu melhoramento e ampliação. Por essa razão, poder ser percebida também como um esforço coletivo de preservação da memória da imigração italiana no município.

Podemos afirmar, portanto, que esta pesquisa começou com um enfoque histórico em escala micro, local, descolado de um contexto nacional e mundial mais amplo. Uma história ligada mais ao campo emocional da memória familiar do que ao analítico da História.

A palavra memória se aplica bem ao trabalho de coleta de entrevistas orais, uma vez que vem do verbo latino *memorare*, que significa lembrar. Toda lembrança, de qualquer entrevistado que seja, é cheia de forte carga emotiva, porque o cérebro não traça muito bem o limite entre o passado que está sendo lembrado e o presente. O processo de lembrança é como reviver as experiências novamente, mesmo que seja de algo experimentando quando a criança estava ouvindo uma história contada por seu avô, por exemplo. Neste sentido, é mais que acertado o provérbio "*recordar é viver*", mesmo que seja viver o que foi imaginado ao ouvir o que

foi contado no conto/lembrança do pai, mãe, avô, tio, tia, irmão mais velho e etc. Em síntese, há uma ligação direta entre lembrar e reviver a emoção passada como se fosse presente¹¹.

Atonie Prost, especialista francês em Historiografia e Teoria da História, considera que a memória se difere da história por trazer em si uma forte carga emotiva sobre os fatos ou sobre aquilo que os lembra (uma foto, uma casa, uma paisagem), ao passo que a História tem uma dimensão mais fria, analítica, racional, porém a fronteira entre as duas é tênue e, não raro, é cruzada e entrecruzada¹².

A origem latina da palavra emoção também ajuda a entender essa experiência de lembrar: a emoção vem do verbo latino *emovere*, que significa colocar para fora, ou seja, colocar para fora o que está dentro do *ego* (eu). Em outras palavras, o processo de lembrar-se de algo é sempre um processo de emocionar-se, de colocar para fora algo significativo que está dentro do eu, seja uma experiência agradável e nostálgica ou uma experiência desagradável, traumática, dolorosa e mal dita/maldita, que deve ser, quando não omitida, retirada do baú da lembrança amaldiçoado pelo Eu, para ser mostrada e reprovada.

No caso dessa pesquisa, os processos de lembrança que buscamos captar vão além de 'eu(s) individuais', atingem um Eu Maior, coletivo, correspondente a comunidade de descendentes de

¹¹ ZANELLA, André; SIQUEIRA, Maria Juray T.; LHULLIER, Louise A.; MOLON, Susana I. (organizadores). Psicologia e Práticas Sociais. SciELO – Centro Edelstein, 1 de janeiro de 2008.

¹² PROST, Antoine. Doze lições sobre a História [tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira]. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014 – pp.106-107.

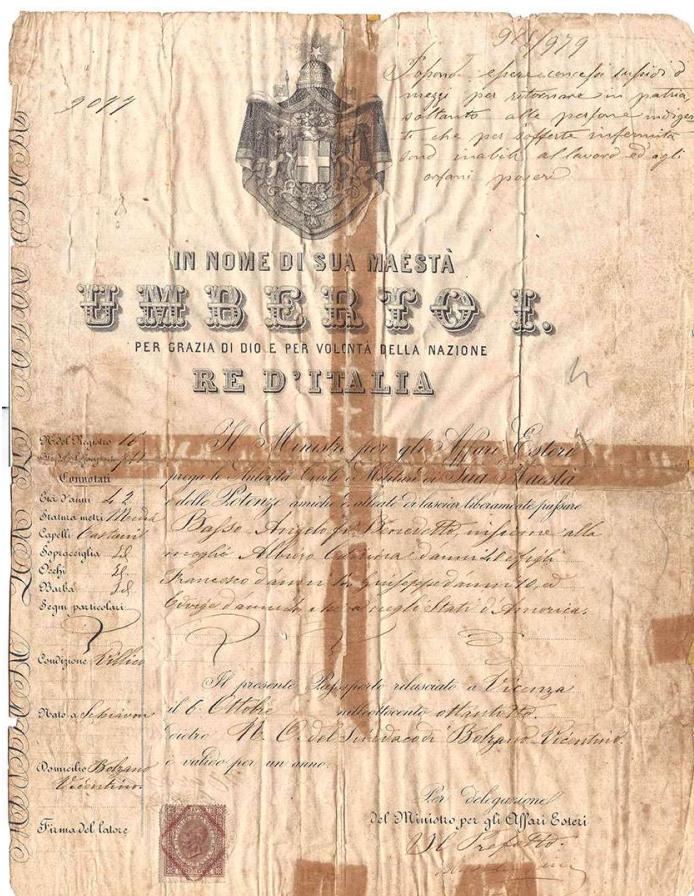
italianos de Andradas-MG, que tem forte ligação emocional com suas origens.

Como decidimos iniciar a pesquisa pelos depoimentos orais registrados em áudios e vídeos, o início da pesquisa foi uma experiência que poderíamos traduzir com algo como: 'tatear por entre as neblinas da Memória', por vezes ligada à fotos, à documentos como passaportes, cartas e mesmo à lugares, memórias por vezes ligadas ao *monumentu* (monumento), aquilo que serve para *memorare*, lembrar. Formos tateando, no nebuloso universo das lembranças, pontos que nos permitissem de alguma forma alguma averiguação documental. E quando dizemos nebuloso, não estamos o fazendo desqualificando a memória, mas apenas salientando o seu encantador aspecto de sonho: daquilo que é imaginado pelo descente que recebeu a tradição oral passada pelos mais velhos.

Como vimos no caso da entrevista com Gocca Risso, isso é em alguma medida possível. Porém, durante esse processo, em uma entrevista feita com Rogério Basso, esbarramos com um documento familiar que permitiu-nos fazer a conexão da escala micro com a marco - do local para o local dentro do nacional e internacional - e transitar também pelo campo analítico da História.

UM CARIMBO E UMA HISTÓRIA

Em nossas peregrinações pelas casas dos descendentes de imigrantes fomos, no dia 14 do 04 de 2018, às 11 horas da manhã, até a Adega dos Vinhos Basso entrevistar o proprietário, Rogério Basso, sobre as origens de sua família. Durante a entrevista ele nos mostrou um passaporte do ano de 1888, ano da abolição da escravidão. Este documento tornou-se emblemático para nós e mudou os rumos da pesquisa, não só pela data simbólica, a do fim da mão-de-obra escrava que o imigrante veio substituir, mas principalmente por causa de um carimbo em seu verso, que segue reproduzido:





Seria apenas um carimbo, um detalhe aparentemente irrelevante e nada mais, que teria passado despercebido se o historiador responsável pela pesquisa não houvesse acompanhado o processo de pesquisa de um mestrado sobre imigração e hospedarias em São Paulo, desenvolvido por Rosa Guadalupe Udaeta¹³, que foi sua colega de pós-graduação na USP, no grupo de pós-graduandos orientado pela Prof.^a D.^{ra} Raquel Glazer.

Explicando melhor, este historiador sempre havia se perguntado sobre quem, ou qual poder político e econômico, esteve por traz da 'importação' da mão-de-obra imigrante italiana que acabou vindo parar Andradas. É senso comum, entre as pessoas da comunidade local, que a maior parte dos imigrantes italianos, que vieram se afixar nas terras andradenses, vieram das ricas fazendas de café de São João da Boa Vista, município paulista vizinho, principalmente das fazendas do Coronel Ernesto de Oliveira e de sua sobrinha, Dona Tita de Oliveira, sendo a mais famosa delas a Fazenda do Refúgio, embora várias outras fazendas e famílias de cafeicultores também sejam citados¹⁴. Entretanto, a questão é:

¹³ UDAETA, Rosa Guadalupe. **Nem Brás, nem Flores:** hospedaria de Imigrantes da cidade de São Paulo (1875-1886). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013 (dissertação de mestrado).

¹⁴ Os dados e argumentos que sustentam que a maior parte das famílias de imigrantes italianos de Andradas-MG vieram de São João-SP, serão trabalhados no capítulo subsequente.

como os Oliveira, Junqueira, dentre outras famílias de cafeicultores de São João da Boa Vista, conseguiram um número de mão de obra imigrante tão expressivo, haja vista que só no município de Andradas a lista de sobrenome italianos conta com o número de 450?

A pergunta é pertinente, porque toda imigração que chega a um país é uma questão de Estado e, por essa razão, o fluxo imigratório passava inevitavelmente por trâmites burocráticos do poder governamental, para além das negociações diplomáticas.

Na época, a suspeita do historiador responsável pela pesquisa, era a de que algum dos representantes da elite cafeeira de São João da Boa Vista contava com algum contato político de peso na Província de São Paulo e, talvez, no Governo Imperial (depois Estado e Governo Federal Republicano), contato este ligado ao controle da mão de obra imigrante que chegava ao Brasil.

Essa suspeita começou a se tornar maior depois de uma entrevista com Ana Sasseron, filha do Senhor Ricardo Sasseron, descendente de vênnetos, que lembrou que os Silva Prado tinham um escritório em Gênova, dedicado a conseguir mão-de-obra imigrante.

Ao perguntarmos a fonte de tal informação para Ana, ela respondeu que se baseava em leituras de livros sobre a família Silva Prado e no contato com descendentes dos Silva Prado, residentes em Campinas.

A entrevista com Ana Sasseron e o passaporte de Ângelo Basso, com o seu carimbo, foram as primeiras pistas para encontrar quem esteve por trás da imigração que veio parar Andradas, mesmo que acidentalmente.

A Sociedade Promotora de Imigração de São Paulo

Voltando a nossa primeira pista - o carimbo do passaporte de 1888 acima apresentado - ela indica que Ângelo Bendedetto Basso, 42 anos, e sua esposa Catarina Albiero, 40 anos, mais os três filhos, naturais de Bolzano Vicentino, no Vêneto, tiveram as suas passagens financiadas pela *Sociedade Promotora de Imigração de São Paulo*, o que pode ser traduzido por subsídios governamentais de São Paulo. Os atores que estiveram por trás dessa imigração revelam-se assim que conhecemos o que foi a Sociedade Promotora de Imigração, qual a sua finalidade e quais foram os seus fundadores e diretores:

Depois da década de 1850 surgiram várias associações de imigração que tinham por intuito trazer imigrantes para trabalhar no Brasil. Entre elas, Vassilief cita a Associação Auxiliadora de Colonização, criada na década de 1870, e a Sociedade Promotora de imigração, criada na década seguinte. (...) Uma dessas, a Associação Auxiliadora de Imigração para São Paulo, surgiu na década de 1860. Esta pretendeu buscar mão de obra nos Estados Unidos, entre os sulistas que haviam perdido a Guerra Civil, visando manter opções de diversificação da mão de obra livre, não necessitando contar apenas com os escravos e os nacionais.

Estavam à frente da Associação, representantes das famílias cafeicultoras anteriormente citadas, os Souza Queiroz e os Silva Prado¹⁵.

Devido aos Interesses da Associação Auxiliadora não é de se estranhar que à sua frente estivessem o maiores interessados na obtenção de mão de obra livre, os Souza Queiroz e os Silva Prado. Da diretoria composta por cinco membros que atuavam sem receber nenhum pagamento, o Barão de Souza Queiroz assumiu a presidência, enquanto Antônio Silva Prado a vice-presidência¹⁶.

Udaeta indica que a Sociedade Promotora de Imigração de São Paulo foi fundada na década de 1880 como um empreendimento

¹⁵ UDAETA, Rosa Guadalupe. **Nem Brás, nem Flores: hospedaria de Imigrantes da cidade de São Paulo (1875-1886)**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013 (dissertação de mestrado), [s.l.: s.n., s.d.]. – p.49.

¹⁶ *Ibid.* – pp. 58-59.

que se desdobrou da Sociedade Auxiliadora de Imigração acima citada, fundada na década de 1870. Em sua dissertação, ela demonstra, com clareza, que quem dirigiu a sociedade foi uma poderosa e rica elite agrária diretamente interessada em mão-de-obra para suas propriedades. Ambas as associações, tanto a de 1870 como a de 1880, estiveram ligadas ao aumento da pressão inglesa para o fim da escravidão no Brasil, a partir da década de 1850, e às poderosas famílias que estiveram ligadas à montagem da máquina da imigração durante o Segundo Império Brasileiro: os Silva Prado e os Souza Queiroz.

Essas duas famílias possuíam grande peso econômico e político na sociedade da época e eram interessadas na continuidade da produção agrícola de suas fazendas, caso o sistema de mão de obra escravista viesse ruir, o que para eles poderia acontecer a qualquer momento, uma vez que a continuidade da escravidão era algo incerto e nebuloso diante de um contexto antiescravista internacional, que começou a confrontar o Império Brasileiro a partir de 1830¹⁷.

Pressões inglesas para abolição inspirando a construção da máquina da imigração

Após 1830, o prolongamento do sistema escravista foi tentado de todas as maneiras por meio da chamada política de extinção gradual da escravidão, principalmente após a extinção do tráfico em 1850, até que não houve mais alternativa nos anos de 1880. É nesse contexto de medo e incerteza da elite agrária quando

¹⁷ ROVARON, Carlos Eduardo. **Xadrez imobiliário: as peças humanas, o tabuleiro de terras e as novas regras do jogo em Caldas-MG (Séc. XIX)**, São Paulo, 2015. Essa discussão permeia toda a tese, mas uma síntese pode ser encontrada nas considerações finais.

a continuidade ou não de suas 'fábricas agrícolas', por falta de mão de obra, que começou o interesse pelo imigrante.

Até a abolição em 1888, uma das principais preocupações da elite era conseguir uma forma de garantir que o imigrante – ou o ex-escravo, negro livre – seria obrigado a trabalhar em suas terras, pois havia abundância de terras ainda virgens, passíveis de serem ocupadas na vastidão dos sertões. Para resolver esta questão, no Legislativo do Império Brasileiro foi expressamente discutido um projeto de colonização da Austrália, escrito pelo inglês Edward Gibbon Wakefield, com sua teoria do "*sufficient price*", traduzido como preço justo no Brasil: a venda das terras seria feita pelo Estado, transformando-as em propriedade privada, com um preço caro o suficiente para ficar longe do alcance da massa pobre, que teria que se converter em trabalhadores livres obrigados a vender sua mão de obra, porque expropriados do meio de produção terra, mas ao alcance do capitalista, o que daria às Companhias de Comércio do Império Britânico a possibilidade de explorar comercialmente esta Colônia sem usar escravos¹⁸.

As discussões do Império Brasileiro a respeito podem ser encontrada nas *Faldas do Trono*¹⁹. Inclusive, esse projeto de

¹⁸ SILVA, Ligia Osorio. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850**. Campinas: UNICAMP, 1996 - pp.99-105.

¹⁹ **Falas do trono desde o ano de 1823 até o ano de 1889, acompanhadas dos respectivos votos de graça da Câmara temporária é de diferentes informações e esclarecimentos sobre todas as sessões extraordinárias, adiamentos, dissoluções, sessões secretas e fusões com um quadro das épocas e motivos que deram lugar à reunião das duas câmaras e competente histórico coligidas na Secretaria da Câmara dos Deputados**, São Paulo: Edições Melhoramentos, 1977.

Wakefield teria sido inspiração para Marx em várias ideias de *O Capital*²⁰.

O fato é que o projeto colonial inglês caía como uma luva para desespero da elite luso-brasileira, sempre confrontada pela Inglaterra com o fim da escravidão e com a possível falta de mão-de-obra, tanto que foi a base para a elaboração da Lei de Terras de 1850 (Lei nº 601 de 18 de setembro), mesmo ano em que foi extinto o tráfico negreiro pela Lei Eusébio de Queirós. Porém, o Governo do Império, apesar de suas tentativas, até o final da escravidão não conseguiu elevar muito o preço da terra no Brasil e muitos menos evitar os apossamentos de terras do Estado (devolutas)²¹.

Em outras palavras, os núcleos de colonização – terras com preço acessível e disponíveis para imigrante comprar – ao final das contas deveriam ser apenas uma chamariz para o imigrante, na verdade elas deveriam estar longe do alcance dele. Mesmo assim, o Governo Imperial, apesar de ter tentado, não conseguiu forçar um ganho de valor da terra o suficiente para isso até o final da escravidão²². Na verdade, no geral, o que observamos é o esforço coletivo dos membros de cada família imigrante para juntar o capital necessário à compra da tão sonhada terra, o que levava alguns anos.

No caso de nosso personagem, Ângelo Basso, com o passaporte de 1.888 carimbado pela Sociedade Promotora de Imigração de São Paulo, o tempo de trabalho necessário para sua

²⁰ MARTINS, Roberto Borges. "Se Deus quiser, semana que vem... ou na outra..." – Terra, trabalho e liberdade, p. 35.

²¹ ROVARON, Carlos Eduardo. **Xadrez imobiliário**:... Op. Cit. Essa discussão permeia toda a tese, mas uma síntese pode ser encontrada nas considerações finais.

²² ROVARON, Carlos Eduardo. **Xadrez imobiliário**:... Op. Cit. Essa discussão permeia toda a tese, mas uma síntese pode ser encontrada nas considerações finais.

família juntar esse capital foi de dez anos. Resultado: o que vemos hoje em Andradas, e em várias outras partes do país onde houve forte incidência de imigração, é que o italiano, no caso, teve o efeito de tornar as regiões onde chegou minifundiárias, policultoras e de agricultura familiar, ou seja, na maior parte das vezes o italiano e descendentes acabaram conseguindo comprar pequenas áreas de terras, vendidas parceladamente a eles por uma elite luso-brasileira que teve suas fazendas estilhaçadas não só nas partilhas entre os herdeiros, como também em inúmeros pequenos lotes vendidos aos imigrantes, como é o caso da maior parte dos bairros rurais de Andradas hoje: Bairro do Óleo, antiga Fazenda Óleo; Bairro Bela Cruz, antiga Fazenda Bela Cruz; Bairro Grotão, antiga Fazenda Grotão... e assim por diante²³.

Estudos pormenorizados a respeito - nos cartórios de Registro de Imóveis, de Notas e no Fórum de Andradas - aguardam candidatos a analisar sua documentação para ampliar o conhecimento desse processo.

A elite cafeeira paulista e a sociedade Promotora de Imigração de São Paulo

Em meio a este torvelinho de acontecimentos, os irmãos Silva Prado, diretamente ligados à Sociedade Promotora de Imigração de São Paulo, a mesma do nosso carimbo, foram visionários e desempenharam esforços em conjunto para promover

²³ ROVARON, Carlos Eduardo. **Ocupação da região da Caldeira Vulcânica de Poços de Caldas - MG (Séc. XVIII-XX)**, São Paulo, 2009. – vide capítulo final.

a imigração, mesmo ocupando lados opostos na política: um, Antônio Silva Prado, era conservador e monarquista, e o outro, Martinho Prado Silva, era liberal e republicano. A este respeito Udaeta ressalta os seguintes trecho de Levi²⁴:

Dado o ceticismo compartilhado pelos Prado quanto à monarquia e sua preocupação comum com o desenvolvimento de São Paulo, não é de causar surpresa que seu comportamento político tenha refletido um alto grau de cooperação familiar²⁵.

O mais significativo de todos os fatores que uniam os Prado politicamente foi sua promoção de ferrovias, imigração, e, finalmente, a abolição, elementos do liberalismo brasileiro do século dezenove que, especialmente em São Paulo, transcendem filiações partidárias formais²⁶.

[...] a solidariedade política familiar foi uma expressão do interesse econômico comum, sendo que a maior evidência disso é a ampla cooperação de Antônio e Martinico [...] na questão Abolição-Imigração²⁷.

Muito provavelmente, as pressões inglesas para o fim da escravidão estiveram ligadas à pressão para a modernização econômica do país, para ele melhor encaixar-se nas mudanças do sistema capitalista que se operavam nessa época. Certamente foi o que fez o ministro do Império Brasileiro Bernardo de Souza ponderar sobre as vantagens do trabalho assalariado para viabilizar o crédito agrícola, que só foi possível depois da promulgação da lei de liberação geral da cobrança de juros, em 1838. Foi ela que permitiu o início da montagem de um sistema financeiro no Brasil (leia-se

²⁴ UDAETA, Rosa Guadalupe. **Nem Brás, nem Flores:** hospedaria de Imigrantes da cidade de São Paulo (1875-1886). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013 (dissertação de mestrado) – p.37.

²⁵ LEVI, Darrell E. **A família Prado.** São Paulo: Cultura 79, 1977 – p.200.

²⁶ *Ibd.* – p.204.

²⁷ *Ibd.* – p.212.

crédito com cobrança de juros e maior segurança jurídica para as transações de crédito)²⁸.

Em seu livro *Os Bancos do Brasil*, publicado em 1848, Bernardo de Souza Franco buscou demonstrar como o trabalho escravo era bem mais caro e desvantajoso para a montagem de um sistema bancário que o assalariado:

No Brasil há também motivos especiais ou mais exagerados circunstâncias (para as dificuldades do agricultor obterem crédito), e que consistem. – 1º. Em que a agricultura cativa maior soma de capitais pela compra de braços escravos. 2º. Em que oferece menos seguras garantias a esses capitais em razão – do baixo preço dos estabelecimentos agrícolas (está falando do preço da terra aqui) – dos menores lucros que produzem – e das dificuldades da liquidação judiciária ou execução de dívidas rurais.

Um estabelecimento, que exige o trabalho de cinquenta braços, faz nos países onde eles são livres a despesa diária de 20\$ rs., orçando em 400 rs. O termo médio dos jornais, e precisa cerca de 500\$ rs. por mês e de 6.000\$ rs. por ano. Este é pois o máximo que o cultivador se vê obrigado a tomar emprestado no ano, e nem todo de uma só vez.

No Brasil exigiria o mesmo estabelecimento a despesa imediata de 25 a 30.000\$ rs. Com a compra de cerca de cinquenta e cinco escravos para ter disponíveis cinquenta, e de 2 a 3.000\$ rs. Com o sustento diário. E este avultado capital, reduzido a fixo, fica cativo por longos anos, e não pode ser pago senão por prestações ou anuidade. A consequência é portanto maior dificuldade ainda em obter (crédito) do encontram os lavradores daqueles outros países²⁹.

Bernardo de Souza Franco não explica quais são as bases de seus cálculos, o que nos faz pensar que se baseia em sua experiência de vida na sociedade da época. Mesmo mostrando que o trabalho escravo era mais caro, ele defende a escravidão como necessária³⁰,

²⁸ ROVARON, Carlos Eduardo. **Xadrez imobiliário:...** Op. Cit.

²⁹ FRANCO, Bernardo de Souza. **Os Bancos do Brasil:** sua história, defeitos da organização atual e reforma do sistema Bancário. Brasília, Editora Universidade de Brasília, c.1984. (original publicado em 1848) – p.113. Grifos nossos.

³⁰ “Contudo, e ainda reconhecendo que a escravatura traz consigo muitos outros inconvenientes, não podem negar os seus mais declarados adversários, que só come ela se poderiam notejar essas florestas incultas, distantes entre si e dos mercados, e manter a grande cultura que faz a riqueza do

o que não é de estranhar, ele é um homem de seu tempo, imerso numa sociedade de homens de elite com avultadas somas investidas em escravos, entretanto, essa contradição nos faz pensar que a manutenção do sistema escravista foi mais uma questão cultural do que prática.

Essas reflexões de Bernardo de Souza Franco sobre, as sobre as vantagens do trabalho livre, certamente circulavam e não foram ignoradas pelos Silva Prado, o que pode ter pesado no fato de, a partir da década de 1860, eles e os Souza Queiroz terem investido e apostado na importação de mão-de-obra imigrante, para além do estímulo do medo da falta de mão-de-obra gerado pela pressão inglesa para o fim da escravatura. O que reforça a viabilidade dessa hipótese é a assinatura de Antônio Prado presente na lei Eusébio de Queiroz e o seu envolvimento na elaboração da Lei Áurea. Em paralelo, gastaram recursos, esforços e energia na montagem da "*máquina da imigração*" descrita por Udaeta.

Com relação a imigração, os esforços foram continuados com a criação da Sociedade Promotora de Imigração de São Paulo, fundada em 1886, ano em que o ramal da Estrada de Ferro Mogiana foi estendido do Oeste Paulista (Aguai-SP e São João da Boa Vista-SP) para o Sul de Minas, (Poços de Caldas-MG), todos municípios vizinho de Andradas. Ou seja, a Sociedade Promotora (parte da máquina da imigração), mais o 'caminho de ferro' que o imigrante percorreria até suas fazendas no Oeste Paulista, estavam sendo empreendidos ao mesmo tempo e em paralelo pelos Silva Prado³¹:

Império, e com especialidade a desta província" - FRANCO, Bernardo de Souza. **Os Bancos do Brasil**:... Op. Cit. – p.112

³¹ Sobre a atuação dos Silva Prado nos ramais a Estrada de Ferro Mogiana, trataremos mais detalhadamente no próximo capítulo.

A Promotora era responsável em introduzir imigrantes que vinham através de um “programa de subvenção para a imigração, [e] somente por meio dela [...] o subsídio seria pago” (PETRI, 20010, p.52). Explícito em seu estatuto de formação era “uma sociedade civil com o fim de instigar o movimento migratório para esta província” (de São Paulo) e “promover a imigração estrangeira em larga escala” (SANTOS, 2007, p,3-4).

Quem promovia este subsídio era o Governo Provincial através de contratos renováveis: Apesar de declarar-se em seus documentos como sociedade privada, suas fontes de recursos eram exclusivamente as verbas públicas e as subvenções, estas duas realidades com as concessões de serviços públicos prestados ao Governo de São Paulo e ao governo geral. Sua existência devia-se a uma concessão feita pelo governo paulista [...] desde início, de sua fundação em 1886 até pelo menos 1892, fez em nome do governo paulista, o papel de agência pelo governo paulista em assuntos relacionados à imigração [...] (SANTOS, 2007, P.10)³².

Como dissemos antes, na entrevista feita em Andradadas com Ana Sasseron, ela havia mencionado um escritório que os Silva Prado possuíam em Gênova, para arregimentar os imigrantes, o que não pudemos averiguar ainda com os descendentes Silva Prado de Campinas que ela nos indicou, mas que é muito provável como uma extensão da Sociedade Promotora de Imigração em território Italiano.

Quanto às subvenção provinciais paulistas captadas por esta Sociedade, foi possível detectá-las em contratos do Governo de São Paulo com companhias de navegação, como a Re Umberto, os quais em muitos casos encontram-se reproduzidos em cartas de bordo do Porto de Santos, como o exemplo que segue de 1896, em que está registrada a família Casarotto, que antes de vir para Andradadas, foi para São João da Boa Vista trabalhar em lavoura de café com verba pública paulista:

³² UDAETA, Rosa Guadalupe. **Nem Brás, nem Flores:** hospedaria de Imigrantes da cidade de São Paulo (1875-1886). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013 (dissertação de mestrado) – p.65



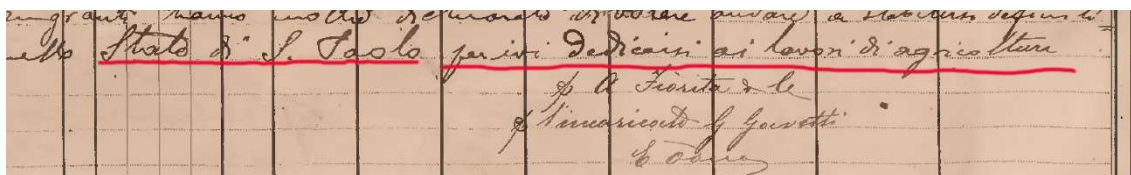
Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo, documento: BR_APESP_MI_LP_000239

Número do Ordem	Número das Listas	NOME, SEXO E DATA DE NASCIMENTO DOS EMIGRANTES	Idade	PASSAGENS			Cargo	Estado Civil	Profissão	Religião	Grão de Parentesco	Nacionalidade	Província	Domicílio	OBSERVAÇÕES
				Primeira	Segunda	Terceira									
				República											
		Elenco #1	24	4	4	8	40								
		4 2	30	3	3	4	40								
		4 3	13	2	3	5	23								
		Aggiunti	67	9	10	17	103								
			6				6								
		Boarchi	13	9	10	17	103								
			6				6								
		Totale	67	9	9	14	99								
<i> Gli emigranti a viaggio gratuito per il Brasile col vap. "Re Umberto" constanti dalla presente lista. Ma hanno pagato per sé le loro famiglie per il passaggio in 3ª classe nel detto piroscafo da Genova a Santos, ne pagheranno l'altro titolo o motivo, lo che si dichiara per aver conseguito effetto, in tutto le spese avendo sofferto il loro Gustavo Gavotti per ordine del sig. A. Fioriti e C. di Via de Lameis e per conto dello spet. Governo dello Stato di S. Paolo I detti emigranti hanno inoltre dichiarato di voler andare a stabilirsi definiti- vamente nello Stato di S. Paolo per ivi dedicarsi ai lavori d'agricoltura A. Fioriti e C. Tommaso Fioriti </i>															

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo, documento: BR_APESP_MI_LP_000239

Observando mais em detalhe, está explícito no contrato que o Governo de São Paulo contratou a companhia para trazer os imigrantes para o trabalho agrícola, ou seja, o imigrante italiano já possuía um futuro pré-determinado: “*nello Stato di S. Paolo per ivi dedicasi ai lavori d agricoltura*”, traduzindo, “*no Estado de São Paulo onde dedicar-se ao trabalho da agricultura*”³³:

³³ Leitura paleográfica e tradução auxiliadas por Giuse Zamana.



Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo, documento: BR_APESP_MI_LP_000239

Essas informações sobre a Sociedade Promotora de Imigração de São Paulo, mostram que os Silva Prado e os Souza Queiros, tomando a iniciativa frente a toda a elite agrária paulista, instrumentalizaram os recursos públicos do Governo Provincial de São Paulo para trazer mão-de-obra para suas lavouras de café e “para a de seus amigos”, como Udaeta diz informalmente nas suas comunicações em congressos e seminários:

A Sociedade Promotora de Imigração era uma Associação de fazendeiros e para fazendeiros. Sendo assim, a promoção da imigração era voltada aos seus interesses. A prioridade era para a vinda de imigrantes camponeses que viessem com a família, assim multiplicaria a mão de obra, afinal, no eito, o trabalho de todos os integrantes era desejado³⁴.

Como já indicamos anteriormente, os Silva Prado e Souza Queiroz iniciaram processo de montagem dessa peça da importação da mão-de-obra em São Paulo. Essa ‘máquina’ foi desenvolvida entre crise do sistema escravista e o contexto pós-abolição – décadas de 1860 e 1880. Portanto, o carimbo do passaporte de 1888, do italiano Ângelo Basso, apontava para intervenção política dos Silva Prado ou dos Souza Queirós. Entretanto, uma monografia corográfica escrita em 1896, exaltando Poços de Caldas, indicou a presença dos Silva Prado na região do Sul de Minas, o que direcionou o nosso foco para essa família como o contato político mais provável, que possibilitou à elite de São João da Boa Vista conseguir expressivo contingente de mão-de-obra para suas lavouras de café,

³⁴ UDAETA, Rosa Guadalupe. **Nem Brás, nem Flores:... Op.cit.** – p.69

uma vez que o ramal da Estrada de Ferro Mogiana saia de São João da Boa Vista e ia para Poços de Caldas:

O progresso de Poços de Caldas, que se pode datar do dia 22 de outubro de 1886, porque naquele dia se inaugurou o Ramal de Caldas, pertencente a linha Mogiana, com a assistência dos Soberanos do Brasil, naquela época, tem sido extraordinário, e, podemos dizê-lo, em inteira contraposição como que se nota nas outras povoações do sul de Minas³⁵.

E qual será a razão do rápido desenvolvimento da Villa de Poços de Caldas? Será porque esta povoação é um ponto terminal de um ramal de estrada de ferro, o Ramal de Caldas, feito exclusivamente, seja dito de passagem, à custa de capitães paulistas? Será porque este clima, situado à acerca de 1.200 metros acima do nível do mar, quase constantemente varrido pelos ventos do noroeste ou sueste, com uma média de temperatura de 14º, com uma máxima de 28º e com uma mínima de 6º abaixo de zero, rivaliza com os melhores do mundo? Será porque Poços de Caldas é a sede de uma importantíssima estância de águas termais sulfuradas, cujo debito em 24 horas é de 415.872 litros?³⁶

Tudo isso vale muito sem dúvida; mas para nós outros o que vale mais é a vizinhança de S. Paulo, cujo enorme progresso transbordou para aqui: os paulistas fizeram de Poços a sua Petrópolis. E' certo que nada disto se daria, si este belo torrão de Minas não tivesse valor próprio; mas **seríamos ingratos se desconhecêssemos a grande importância que os paulistas nos têm dado, por amor deles mesmos**³⁷.

Como quer que seja, vamos em progresso, por amor do influxo sugestivo de S. Paulo. Na fazenda do Barreiro, **graças à intervenção do Dr. Martinho da Silva Prado Junior**, há bois, vacas, cavalos, jumentos, porcos, carneiros e cabritos de superior qualidade, o que sem dúvida muito tem melhorado a nossa ronceira indústria pastoril. Nas fazendas do município empregam-se o arado, as maquinas de debulhar milho e de preparar o fubá, assim como excelentes engenhos de serra, movidos a vapor ou à água, para o beneficiamento da madeira³⁸.

O texto é explicito, em 1896 Martinho Silva Prado Júnior estava na Fazenda do Barreiro, da família Junqueira. Neste mesmo ano ele havia acabado de construir uma casa de veraneio em Poços de Caldas, com colunas de aço belga vindos pela ferrovia do Porto

³⁵ LEMOS, Pedro Sanches. **Chorographia Mineira – Município De Poços De Caldas.** In: ARQUIVO PUBLICO MINEIRO. Revista do Archivo Publico Mineiro. Direcção e redacção de J. P. Xavier da Veiga – Director do mesmo Archivo. Anno I – Fascículo 3.o – Julho a Setembro de 1896. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Geraes, 1896 - p.199

³⁶ *Ibid.* - p.203

³⁷ *Ibid.* - pp.203-204

³⁸ *Ibid.* - p.205

de Santos, prédio que posteriormente foi vendido para a família Junqueira, hoje tombado e local onde funciona o museu desse município.

Conclui-se que presença desse Silva Prado na região era bastante frequente. Dada a proximidade entre Poços de Caldas e São João da Boa Vista e os laços de parentesco entre as famílias Junqueira (de Poços de Caldas) e Oliveira (de São João da Boa Vista-SP)³⁹, levantamos forte suspeita de que foi Martinho Silva Prado Junior o contato da elite de São João da Boa Vista que agenciou uma expressiva vinda de imigrantes para São João, isto fez-nos voltar o nosso foco para a atuação dos Silva Prado na Sociedade Promotora de Imigração de São Paulo, foco que já havia sido trabalhado por Udaeta, o que nos poupou enorme trabalho.

³⁹ A família Oliveira espalhou-se de Caldas-MG para Poços de Caldas, Andradas e São João da Boa vista, sempre mantendo o seu *status* de elite. Os casamentos entre as famílias Junqueira e Oliveira podem ser percebidos nos sobrenomes dos proprietários das melhores terras de Poços de Caldas, parentes do Major Joaquim Bernardo da Costa Junqueira presentes em seu enterro, que foram citados por Pedro Sancho Lemos em sua monografia de 1896: *"A 7 de maio de 1876 faleceu na sua fazenda do Barreiro, o major Joaquim Bernardo da Costa Junqueira, prestimoso cidadão, que cedeu ao governo de Minas, no dia 6 de novembro de 1872, gratuitamente, as fontes termas de Poços de Caldas e os 92 hectares de oito décimos de terra, que constituem o patrimônio desta vila; os membros de sua família, que acompanharam o honrado velho nesta doação foram os seguintes: capitão José Bernardes da Costa Junqueira e sua mulher d. Anna Flausina da Costa, o Capitão, José Osório de Oliveira e sua mulher d. Anna Cândida de Oliveira Junqueira, Agostinho José da Costa Junqueira e sua mulher d. Isaura Claudina Affonso Junqueira, e Joaquim Candido da Costa Junqueira e sua mulher d. Maria Luiza de Oliveira; representou o governo de Minas, naquele dia, o advogado procurador fiscal da Tesouraria Provincial Antônio Luiz Maria Soares de Albergaria. O major Joaquim Bernardes da Costa Junqueira morreu com 83 annos de idade, chorado pelos seus e respeitado por todos quantos o conheceram, tão severos eram os seu princípios e tão imaculado era o seu caráter"*. - LEMOS, Pedro Sanches. **Chorographia Mineira – Município De Poços De Caldas**. In: ARQUIVO PUBLICO MINEIRO. Revista do Archivo Publico Mineiro. Direcção e redacção de J. P. Xavier da Veiga – Director do mesmo Archivo. Anno I – Fascículo 3.o – Julho a Setembro de 1896. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Geraes, 1896. Grifos nossos – pp.217-218.

Martinho Prado, 'homem forte da imigração' entre as décadas 1880 e 1890

A primeira diretoria da Sociedade Promotora havia sido composta em julho de 1886 por nada mais e nada menos que Martinho da Silva Prado, Raphael Aguiar Paes de Barro e Nicolau de Souza Queiróz, ano em que a estação ferroviária de Poços de Caldas foi inaugurada⁴⁰. Entre os três diretores, Martinho Prado foi escolhido como presidente, cargo que ocupou de 1886 até 1892⁴¹. Como também a cargo da Promotora estava a administração da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, Martinho Prado também tinha enorme influência e poder sobre ela nesse período⁴².

Portando, apesar de nenhum dos componentes dessa sociedade receberem por remuneração, o ganho era indireto, o controle de uma reserva de mão-de-obra preciosa para seus negócios:

Apesar de curto período, a hospedagem, foi uma importante peça dentro do mecanismo de importação de europeus para as fazendas. Afinal, como os grandes fazendeiros paulistas empenhavam tempo, esforço e dinheiro para trazer o imigrante, não queriam correr o risco de ver no mesmo seguir viagem para outra província ou país. Manter os imigrantes e direcioná-los para as suas fazendas se tornou crucial para o sucesso deste processo⁴³.

Em outras palavras, quem controlava as hospedarias, controlava o fluxo de imigrantes para as fazendas. Se uma das atribuições da Sociedade Promotora de Imigração era também administrar da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, então

⁴⁰ UDAETA, Rosa Guadalupe. **Nem Brás, nem Flores:...** Op. Cit. - pp.55-56

⁴¹ *Ibid.* - p.67

⁴² UDAETA, Rosa Guadalupe. **Nem Brás, nem Flores:...** Op. Cit. - p.70

⁴³ *Ibid.* - pp.12-13

Martinho Prado, como seu presidente, podia controlar o fluxo de imigrantes para as fazendas.

Isso quer dizer que Martinho Prado foi o '*homem forte da imigração*' nessa época, responsável pela cooptação da mão-de-obra imigrante e sua distribuição. O fato de ter estado por trás construção da ferrovia até Poços de Caldas, o que veremos no próximo capítulo, corrobora reforça a hipótese elaborada por Levi: a de que os negócios dos Silva Prado integravam imigração e ferrovia, para além da produção e comercialização do café em várias instâncias⁴⁴.

Em síntese, a primeira composição da Sociedade Promotora, em 1886, e a segunda, em 1888, integrava uma poderosa elite tanto em termos econômicos como em termos políticos⁴⁵ e em ambas

⁴⁴ LEVI, Darrell E. **A família Prado**. São Paulo: Cultura, 1977 – p.204.

⁴⁵ Em 1886, "*Os outros fazendeiros, que testemunharam e assinaram a ata de escrituração da Promotora foram: O Conde de Itu, o Conde de Três Rios, Visconde do Pinhal, Barão de Tatuí, Barão de Melo de Oliveira, Barão de Piracicaba, Augusto de Souza Queiroz, Joaquim da Cunha Bueno, Jorge Tibiriçá, Antônio Paes de Barros, Benedito Augusto Vieira Barbosa, Augusto Cencinato de Almeida Lima, Francisco Antônio de Souza Queiroz Filho, Luiz de Souza Queiroz, Francisco Aguiar Paes de Barros*" - BIANCO, Maria Eliana Basile. **A Sociedade Promotora de Imigração (1886-1895)**. São Paulo, 1982. Dissertação (Mestrado e História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. p.44. "*A segunda integralização em 22 de janeiro de 1888 demonstra que foram os sócios incluídos e declarava sem efeito a integralização anterior [...] e a lista foi completada com os seguintes sócios: Marques de Itu, Marquês de Três Rios, Conde do Pinhal, Barão de Tatuí, Barão de Melo e Oliveira, Barão de Piracicaba, Barão de Lessa, Barão de Castro Lima, Barão de Resende, Barão de Piratingui, Doutor Nicolau de Souza Queiroz, Doutor Rafael Aguiar Paes de Barros, Doutor Augusto de Souza Queiroz, Doutor José de Souza Queiroz, Doutor Elias Antônio Pacheco Chaves, Doutor Martinho Prado Junior, Doutor Antônio Cincinato de A. Lima, Doutor Francisco Antônio de Souza Queiroz Filho, Doutor Francisco Aguiar de Barros, Doutor Rodrigo Lobato M. Machado, Doutor José Luiz d'Almeida Nogueira, Doutor Manoel Joaquim Albuquerque Lins, Doutor Manoel Batista Cruz Tamandaré, Doutor Paulo de Sousa Queirós, Doutor José Alves de Cerqueira César, Doutor João Ribeiro de Almeida Neto, Doutor Delfino Pinheiro Ulhôa Cintra, Doutor Joaquim Lopes Chaves, Doutor João Tobias d'Aguiar Castro, Doutor Jorge Tibiriçá Piratininga, Doutor Antônio Paes de Barros, Conselheiro Antônio da Silva Prado, Conselheiro Bento Francisco de Paula Souza, Conselheiro Antônio Moreira de Barros, Comendador Antônio Manoel Alves, Coronel Antônio Leme da Fonseca, Coronel Rafael Tobias de Oliveira, Joaquim da Cunha Barreiro, Benedito Antônio Vieira Barbosa, Luiz de Sousa Queiroz, Antônio de Sousa Queiroz, João Antônio Vieira Barbosa, Francisco da Cunha Bento, Adolfo Júlio d'Aguiar Melchert, Carlos*

repetiram-se as famílias que estavam em seu controle, os Silva Prado e os Souza Queiroz, com o acréscimo dos Paes de Barros, porém as duas primeiras continuaram tendo destaque⁴⁶.

O poder dos Souza Queiroz e dos Silva Prado se manifestava de formas diferentes na Promotora, como Udaeta chama a sociedade: os poder do Barão de Souza Queiroz se manifestava pelo número de sócios que eram familiares, *“todos os seu filho na época, eram integrantes da Promotora, incluindo as mulheres através de seus respectivos maridos”*, quanto à Martinho Silva Prado, apesar dos poucos representantes familiares, o poder de sua família emanava do grande patrimônio econômico e capital político que ela possuía⁴⁷, que resumidamente apresentaremos⁴⁸:

Martinho Prado e Antônio Prado eram filhos do Barão de Iguape, a sua família transitou nos negócios do açúcar para o café no Oeste Paulista na década de 1840, iniciando os investimentos na rubiácea em Mogi-Mirim, ficando esta parte mais antiga com Antônio

de Sousa Queiroz, Lucas Monteiro de Barros, Frederico de Sousa Queiroz, Francisco Antônio de Sousa Queiroz Neto, Comendador Geraldo Ribeiro de Isidoro Resende, Comendador Justiniano de Melo Oliveira” - SANTOS, Ivison Poletto dos. **A Sociedade Promotora de Imigração e o financiamento público do serviço de imigração (1886-1895)**. São Paulo, 20007. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo - pp.12-13. Ambos os trechos foram utilizados e citados por Udaeta, em sua dissertação de mestrado já referenciada em notas anteriores, nas páginas 66 e 67 de seu trabalho.

⁴⁶ UDAETA, Rosa Guadalupe. **Nem Brás, nem Flores:**... Op. Cit – p.67

⁴⁷ UDAETA, Rosa Guadalupe. **Nem Brás, nem Flores:**... Op. Cit. – p.67

⁴⁸ As informações podem ser conferidas nos trabalhos da filha de Antônio Prado, Nazareth Prado e nos demais indicados: PRADO, Nazareth. **Antônio Prado no Império e na República**. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia. Editores, 1929. **Centenário do Conselheiro Antônio Prado**. São Paulo: Gráfica Revista dos Tribunais, 1946. LEVI, Darrell E. A família Prado. São Paulo: Cultura, 1977. Biografia de Antônio Silva Prado, disponível no site do Senado Federal. UDAETA, Rosa Guadalupe. **Nem Brás, nem Flores:** hospedaria de Imigrantes da cidade de São Paulo (1875-1886). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013 (dissertação de mestrado). SILVA, Abílio Aurélio da. **Indicador de São Paulo administrativo, judicial, industrial, profissional e comercial para o ano de 1878**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Divisão de Arquivo do Estado de São Paulo, 1983.

Prado. Nos anos de 1860 o filho mais novo, Martinho Prado, adquiriu terras virgens que se estendiam do norte do Rio Mogi-Guaçu até Casa Branca, zona de fronteira entre Minas e São Paulo que engloba os municípios de São João da Boa Vista-SP, Águas da Prata-SP, Espírito Santo do Pinhal-SP e Santo Antônio do Jardim-SP, todos vizinhos de Andradas-MG e Poços de Caldas-MG.

Na década de 1870 Martinho Prado estendeu a produção de do café até a região de Ribeirão Preto-SP, onde fundou as maiores fazendas da época, nas melhores terras. Esclarecemos que essas terras não formavam uma extensão contínua, mas várias propriedades no Oeste Paulista nas áreas com o melhor solo para produzir o “ouro verde”.

PRINCIPAIS FAZENDAS DE CAFÉ DOS SILVA PRADO		
Conselheiro Antônio da Silva Prado:		
Nome	Local	Pés de café que chegou a ter
Fazenda Santa Verdiana		4 milhões de pés.
Martinho da Silva Prado:		
Fazenda São Martinho (atual Pradópolis-SP)		Juntas chegaram a ter 20 milhões de pés de café.
Fazenda Guatapará		

Fontes: Nazareth Prado e nos demais indicados: PRADO, Nazareth. **Antônio Prado no Império e na República**. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia. Editores, 1929. _____. **Centenário do Conselheiro Antônio Prado**. São Paulo: Gráfica Revista dos Tribunais, 1946. Biografia de Antônio Silva Prado, disponível no site do Senado Federal.

Ainda na década de 1870, Antônio Prado ocupou o cargo de Inspetor Especial de Terras e Colonização em São Paulo, cargo político do Governo Provincial de São Paulo responsável pela imigração e colonização⁴⁹.

Em 1885 Antônio Prado se tornou Ministro da Agricultura do Império, com pasta ligada à imigração e à colonização. Nessa mesma época o poder e influência dos Silva Prado se estendeu também à São Paulo, por meio do primo dos irmãos Antônio e Martinho, que ocupava o cargo de presidente da Província, Antônio Queiroz Teles, Barão de Parnaíba⁵⁰.

Em 1888, o Conselheiro Antônio Prado fez parte do gabinete João Alfredo Correia de Oliveira que, dentre outras coisas, foi responsável por elaborar o projeto da Lei Áurea.

Os Prado também estiveram por trás da fundação da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, com objetivo de transportar café, mas que acabou também tendo importância no transporte de carnes⁵¹. O seu proprietário e presidente por 30 anos foi Antônio Silva Prado, o irmão de Martinho.

A Companhia Paulista, conhecida por sua eficiência e pontualidade, construiu uma sofismada infraestrutura de grandes armazéns na estação de Jundiaí-SP, que foi a base estratégica para a expansão da malha ferroviária pelo Oeste Paulistas cafeeiro, que

⁴⁹ Udaeta, ao explicar seus levantamento documental e a organização do material informa muitas das atuações políticas dos Prado: "Por exemplo: o documento nomeado '1877_12_01-1' corresponde ao Ofício de Antônio Silva Prado, Inspetor Especial de Terras e Colonização em São Paulo, 1 de dezembro de 1877". UDAETA, Rosa Guadalupe. **Nem Brás, nem Flores**:... Op. Cit – p.18

⁵⁰ UDAETA, Rosa Guadalupe. **Nem Brás, nem Flores**:... Op. Cit. - p.66

⁵¹MATOS, Odilon Nogueira de. **Café e ferrovias**:... 1974 – p.63

foi feita, dentre outras, por meio da fundação da Companhia da Estrada de Ferro Mogiana⁵². Esta também contou com o toque da mão influente dos Silva Prado, ela passava próxima à todas as suas fazendas, viabilizando a redução de custos de transporte do café até o litoral e, com isso, aumentando as possibilidades de lucro.

Além das fazendas cafeeiras, das estradadas de ferro que escoavam a produção de suas fazendas no Oeste Paulista, da cooptação e redistribuição da mão-de-obra imigrante, estes irmãos também chegaram a controlar parte dos negócios de exportação de café no exterior, com a fundação da *Companhia Prado & Chaves Exportadora*, com vários armazéns e que chegou a deter 16,82% das exportações de café do Porto de Santos entre 1908 e 1923, em meio as inúmeras exportadoras estrangeiras. Um dos períodos áureos do ciclo do café, antes da crise de 1.929.

Por fim, também investiram em negócios bancários. Antônio da Silva Prado foi banqueiro proprietário do Banco do Comércio e Indústria do Estado de São Paulo, com o nome depois alterado para Banco Comind.

O poder e amplitude dos negócios dos Silva Prado impressionam, praticamente foram os “donos do mundo” de sua época: concentraram em suas mãos o domínio sobre as melhores terras, sobre expressiva produção de café, sobre o escoamento do produto e sua comercialização no exterior, via Porto de Santos, e sobre a mão-de-obra imigrante que, desse mesmo Porto, seguia o caminho de volta que o café havia feito, até as fazendas do Oeste Paulista, inclusive as de São João da Boa Vista.

⁵² Esta informação foi obtida com visita ao local, que ainda existe em Jundiaí-SP.

E foi esse o caso de Ângelo Basso, que desembarcou no Ponto de Santos em 1888 e que, na alfândega, teve o carimbo da Sociedade Promotora de Imigração impresso no verso do passaporte que portava, sem saber que sairia da fazenda de café do Paraizo, em São João, e plantaria raízes em Andradas-MG, onde deixou descendência.

Apesar da aparente obviedade de todo esse processo, nós não deixamos de sentir certa perplexidade quando tentamos imaginar o impacto que os Silva Prado e a Sociedade Promotora tiveram na vida de milhares de pessoa como Ângelo Basso e na realidade de inúmeras regiões, como os municípios de São João da Boa vista, Andradas e, por que não, também em Poços de Caldas. Todas as estruturas demográficas e produtivas dessas localidades foram alteradas.

Colorindo o passaporte de 1888 e o carimbo Sociedade Promotora de Imigração

Para dar um colorido mais vivo ao 'pedaço de papel velho' - nosso passaporte de 1888 - seguem reproduzidas as fotos de Ângelo Basso e sua esposa e a entrevista que fizemos com o bisneto Rogério Basso:



Entrevistado Rogério Basso: A única coisa que eu tenho é o conhecimento, que já a família veio passando para a gente, já. Nós começamos a fazer vinho aqui em 1902, a produção de vinho, mas a família veio para o Brasil no ano de 1888. Ai eles vieram de navio até Santos, chegaram em Santos, eles vieram trabalhar em São João da Boa Vista durante dez anos, em fazenda de lavoura de café. Depois de dez anos já tinha algumas famílias, que já tinham vindo aqui para Andradas, pra região de Andradas. E eles compraram propriedade aqui. A nossa família, que são os antepassados meu aí, eles vieram nessa mesma propriedade que nós estamos aqui hoje, e compraram essa chácara no ano de 1898, depois de dez anos que eles vieram para o Brasil. Desse ano de 1898, eles ficaram quatro anos trabalhando na chácara com o plantio de uva, mas já existia uns pé de uva, já, quando eles adquiriram a propriedade, já tinha uns pé de uva. Só que eles esperaram passar esses quatro anos para poder dar a primeira safra, que foi em 1902.

Entrevistador: Então eles já compraram a propriedade com parreira de uva formada?

Entrevistado Rogério Basso: Muito pouca, muito pouca. Pouca uva.

Entrevistador: Que uva?

Entrevistado Rogério Basso: É sempre essa uva Jaques. Aqui em Andradas é a predominância dela, é sempre uva Jaques, entendeu? Ai em 1902 eles fizeram o vinho, é, por infelicidade, o que veio, o patrono nosso, que veio de navio, que trouxe os filhos junto, no primeiro ano que ele fez vinho aqui, ele faleceu. Só que ele faleceu em 1902, se não me falha a memória, foi no mês de setembro.

Entrevistador: Qual é o nome desse primeiro patrono?

Entrevistado Rogério Basso: Ângelo Basso.

Entrevistador: Ângelo Basso, que é o desse passaporte de 1888?

Entrevistado Rogério Basso: Que é o desse passaporte de 1888 que eu tenho.

Entrevistador: Foi uma das primeiras leva então?

Entrevistado Rogério Basso: É, ele trouxe três filhos com ele, a mulher, lógico, ele a mulher e mais três filhos.

Entrevistador: Vapor Regina?

Entrevistado Rogério Basso: No Vapor Regina, eles vieram (...) Ele teve a infelicidade de falecer de falecer no primeiro ano que ele fez vinho e teve a felicidade de tomar o vinho que ele fez, o primeiro vinho. Porque ele fez o vinho em janeiro e ele faleceu, se eu não me engano, no mês de agosto, setembro, eu não me lembro agora o mês exato, mas ele chegou a tomar o vinho que ele fez. E no falecimento dele, aí o filho dele, que era o Francisco Basso, deu continuidade à produção de vinho.

Em entrevista com Idelma Basso, tia de Rogério Basso, fomos informados que Ângelo Basso chegou na Fazenda Paraíso de São João da Boa Vista, hoje de propriedade de acionistas do Banco Itaú.

Nas entrevistas que conseguimos fazer com descendentes de imigrantes de Andradas, aparecem várias outras fazendas de São João da Boa Vista como destino do imigrante italiano no Brasil: Paradô, Desterro, Pratinha, Mamonal, Santa Maria, Santa Helena, Refúgio e mais algumas. Depois de desembarcados no Porto de Santos e temporariamente alojados na Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, controlada por Martinho Prado no final do século XIX, parte dos italianos seguiram o cominho de ferro até a estação da Estrada de Ferro Mogiana em São João da Boa vista, espalhando-se mais tarde pelas áreas vizinhas do Sul de Minas, em especial Andradas.

Alguém, ou alguma família de São João da Boa Vista, estava canalizando esse fluxo de imigrantes, dentre as fazendas paulistas lembradas pelos entrevistados, a mais citada e famosa é a Fazenda do Refúgio, do Coronel Ernesto de Oliveira, que depois foi herdada por sua sobrinha, Dona Tita de Oliveira, juntamente com outras fazendas como a Pratinha. Isso nos fez suspeitar que a família Oliveira de São João da Boa Vista provavelmente havia desenvolvido relações políticas com Martinho Silva Prado, as quais lhe permitiu abrir para São João o acesso à disputada mão-de-obra italiana

trazida ao Brasil por meio da Sociedade Promotora de Imigração de São Paulo. Após esta constatação, partimos em busca de descendentes da família do Coronel Ernesto de Oliveira em São João da Boa vista para entrevistar.

CARTAS DO DR. JOAQUIM DE OLIVEIRA NETO: Os Silva Prado e os Oliveira, café, ferrovia e imigração

Continuamos refazendo o nosso percurso de pesquisa, que aliás, por conta das entrevistas, está mais parecido com o trabalho investigativo de um detetive do que o usual. Além disso, sempre é bom lembrar que a palavra *história* deriva do grego antigo, cuja transliteração em português significa “pesquisa”, “conhecimento advindo da investigação” ou simplesmente “investigação”, tendo o termo ganhado notoriedade nas investigações de Heródoto.

Reverendo nosso percurso investigativo, sustentado pelas evidência até aqui investigadas, vimos, nos capítulos anteriores, que o carimbo da Sociedade Promotora de Imigração de São Paulo, no verso do passaporte de Ângelo Basso, nos levou à figura de Martinho Silva Prado; que este foi o ‘homem forte da imigração’ entre os anos de 1880 e 1890 e, por fim, que um texto de 1896, fazendo propaganda de Poços de Caldas, indicou a presença dele na região. Então, só nos faltava averiguar a suspeita de que Martinho Prado teve alguma relação ou contato com a família de Ernesto de Oliveira em São João da Boa Vista, um dos fazendeiros de café mais citados nas entrevistas feitas com os descendentes de imigrantes italianos de Andradas-MG. Tudo indicava Martinho Silva Prado como canal político mais forte e provável para qualquer fazendeiro de café conseguir trazer para suas terras a mão de obra imigrante, majoritariamente italiana nessa época.

Para fazermos essa averiguação, o presidente do *Circolo Italiano di Andradas* (Benedito Eduardo Casarotto) entrou em

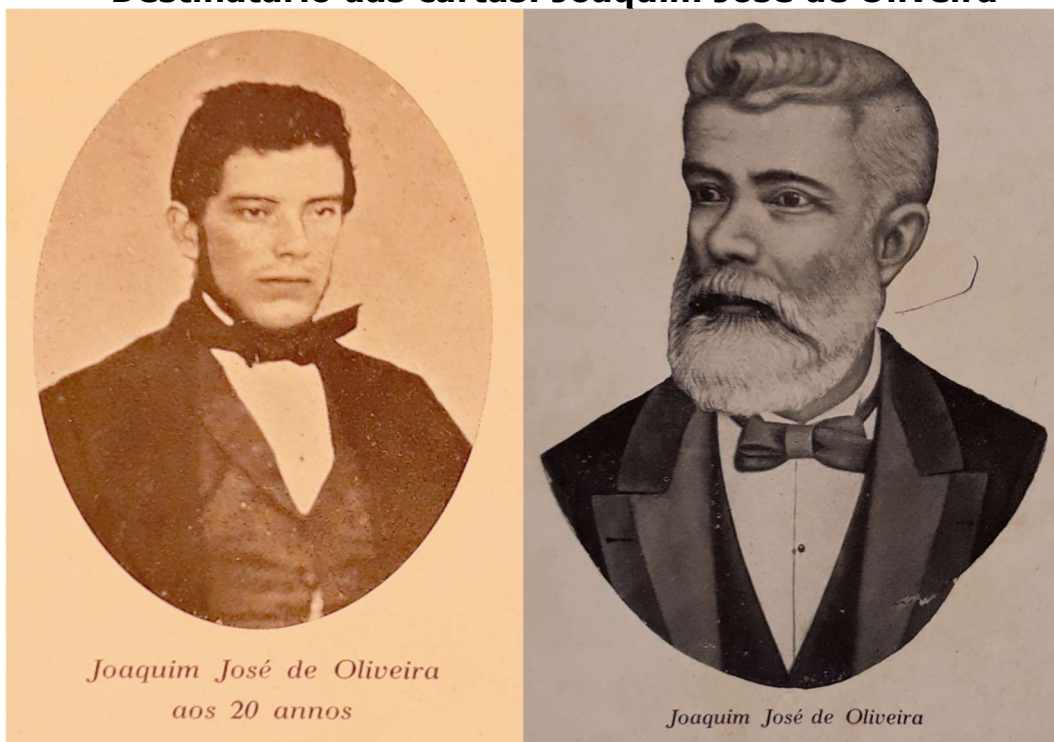
contato com um dos membros do *Cricolo Italiano di São João da Boa Vista*, a saber, Fernando Betti - a época também vereador do município - com quem foi marcada uma conversa conjuntamente com o historiador responsável pela pesquisa.

Fernando Betti indicou-nos o contato de um dos descendentes da família Oliveira que provavelmente teria as informações que precisávamos: Joaquim Cândido de Oliveira Neto, mais conhecido como Dr. Joaquim em São João da Boa Vista, proprietário do jornal *O Município*, com quem marcamos entrevista na sequência.

Na sede do Jornal - em tarde do dia 2 de Julho de 2018, à Rua Irmãs Caritas, 319, Centro de São João - Dr. Joaquim nos recebeu. O historiador lhe expôs a suspeita de alguma relação de com Martinho Silva Prado com o Coronel Ernesto de Oliveira, ou com algum membro de sua família. Precisávamos averiguar a presença de Martinho Silva Prado Júnior em São João da Boa Vista e suas possíveis relações com os Oliveira, isso explicaria o considerável fluxo de imigrantes italianos direcionado para as fazendas de café desse município, em especial para as propriedades da família Oliveira.

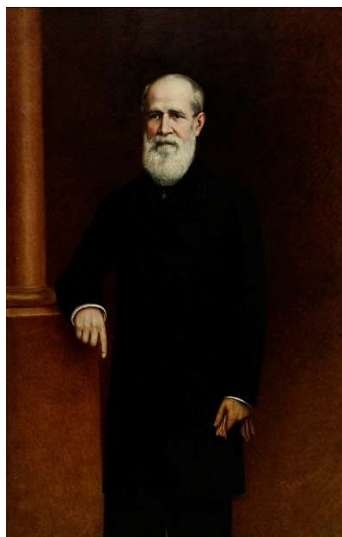
Para nossa sorte e surpresa, Dr. Joaquim informou-nos a existência de cartas trocadas entre Martinho Silva Prado e Joaquim José de Oliveira, seu bisavô, tratando da extensão de um ramal da Estrada de Ferro Mogiana de um ponto da linha tronco da Mogiana, que descobrimos ser Aguaí, até São João da Boa Vista, e de São João até Poços de Caldas.

Destinatário das cartas: Joaquim José de Oliveira



FONTE: gravuras publicadas em – Uma recordação de família, São Paulo: S.N, 1929. Acervo pessoal do Senhor Dr. Joaquim Cândido de Oliveira Neto, proprietário do Jornal O Município, de São João da Boa Vista. Exemplar também existente no acervo do Museu Paulista, São Paulo-SP.

Remetente das cartas: Martinho Silva Prado Junior



FONTE: Obra que integra o acervo do Museu Paulista, São Paulo capital. Pintor francês: Julio Ballá. Óleo sobre tela, ano de 1888. Controle de autoridade: Q52033934.

As cartas estavam em meio a uma grande quantidade de documentação do século XIX, a esmagadora maioria manuscrita, elas eram componentes de seu arquivo pessoal, que está acondicionado no escritório do jornal. Fizemos uma triagem com leitura paleográfica dessa documentação durante a semana seguinte e digitalizando o material que o historiador julgou que mais contribuições poderia trazer à pesquisa.

Parte do material era compostos por publicações e papeis com dados genealógico sobre família Oliveira, que após estudados e complementação das informações com Dr. Joaquim, revelou-nos que Ernesto de Oliveira, residente na Fazenda do Refúgio, era irmão de Joaquim José de Oliveira. Ernesto de Oliveira é tio bisavô de Dr. Joaquim (Joaquim Cândido de Oliveira Neto) ⁵³. Ou seja, nossa suspeita se confirmara, os Oliveiras de São João da Boa vista possuíam algum tipo de relação com uma das famílias mais ricas e poderosas de São Paulo, envolvida com café, ferrovias e imigração: os Silva Prado.

Como mencionamos, quem recebeu as cartas assinadas por Martinho Silva Prado Junior, muitas vezes assinadas com o apelido informal "*Martinico*", foi Joaquim José de Oliveira, irmão do Coronel Ernesto de Oliveira, ao todo localizamos seis cartas entre os anos de 1882 e 1891. O conteúdo de quatro delas, escritas em 1882, mostrou-se revelador não só sobre a relação de íntima amizade entre o remetente e o destinatário, como sobre o contexto abolicionista às vésperas da promulgação da Lei Aurea em 13 de maio de 1888, que acabou definitivamente com a escravidão no

⁵³ **Uma recordação de família**, São Paulo: S.N, 1929. Acervo pessoal do Senhor Dr. Joaquim Cândido de Oliveira Neto, proprietário do Jornal *O Município*, de São João da Boa Vista. Um exemplar também existe no acervo do Museu Paulista, São Paulo-SP e a pesquisa de seu registro pode ser feita no sistema Dedalus-USP, pela internet – p.6

Brasil. É relevante lembrar que na Antônio Silva Prado, irmão de Martinho, esteve envolvido na sua formulação.

Como vimos no capítulo dois, o processo de estruturação de uma máquina burocrática, com infraestrutura e logística para a importação de imigrantes europeus, estava sendo montada pelos Silva Prado e Souza Queirós desde a década de 1860, máquina que foi capaz de concretizar o que hoje os historiadores chamam de política de “*embranquecimento da raça*”, debatida no legislativo do Império e embasada pelo caldo complexo das teorias racistas da época, que se manifestaram em propostas muitas vezes desencontradas de aproveitamento ou não da mão de obra do negro liberto e de como deveria ser conduzida importação de mão-de-obra europeia, caso ela fosse feita⁵⁴.

As informações sobre a movimentação abolicionista surgem nas cartas de 1882, quando Martinho questiona-se se o banco aceitaria ou não escravos como base de garantia hipotecária para levantar o capital necessário ao empreendimento da extensão ferroviária até “*as divisas de Minas*”. Esses trilhos de ferro, caminho do café e dos imigrantes, comporiam parte da Estrada de Ferro Mogiana.

A amizade e política: Martinho Silva Prado e Joaquim José de Oliveira

Primeiramente apresentaremos os trechos de algumas das cartas, que demonstram o estreito grau de amizade entre Martinho

⁵⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças** : cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo : Companhia das Letras, 2014.

Silva Prado e Joaquim José de Oliveira, sobre o fim da escravidão e a ferrovia falaremos depois:

Trecho de carta escrito anteriormente ao dia 2 de Outubro de 1882:

Amigo S.^{or} Joaquim José

Tantas preocupações têm me absorvido o tempo e a atenção, que até agora tenho deixado de escrever-lhe como era do meu dever, e havia prometido.

Não é que me tenha me esquecido dos agradabilíssimos dias que passamos juntos em São João, e que senti interromper creia. (...)

Aqui estou a 8 dias, muito contrariado por estar só e sem empregado, e cheio de saudades da família.

E no entanto, é ela a única responsável por este fato que se dá comigo e com todos que zelam dos reais interesses e pensam no futuro.

Ainda persisto no meu intento de ir até ai este ano⁵⁵.

Carta escrita em 25 de outubro de 1886:

Amigo Joaq.^{im} José

Saudade e felicidades, desejo-lhe de todo o coração.

O José Jacyntho, deve-me desde 15 de Agosto de 82, a quantia de 3:800\$000 a juros de 12 por cento, capitalizados semestralmente e só deve-me por conta 900\$00, cuja data ignoro, mas ele sabe, por ter-lhe passado recibo.

Por mais que peça o pagamento deste débito não posso conseguir, ficando sempre em promessas. Assim, peço-lhe que se entenda com ele a este respeito, não podendo mais esperar, e porque quero definitivamente liquidar.

É uma dívida de honra, tendo dado o dinheiro para livrar o genro da cadeia, e por minha vez tirando-o a prêmio.

Já pagou outras dívidas mesmo aqui, deixando esta de lado.

Se ele quiser pagar-me já, faça a conta a 10%, capitalizados anualmente. Não o cobro por capricho, compreende perfeitamente, mas porque se o não fizer perderei, ficando ele sempre em pior condição. Tento este meio amigável, se não anuir, serei forçado a liquidar judicialmente. Não dou dinheiro a prêmio porque não tenho, e para servir a um caso como esse, tão especial, quisera ser melhor atendido.

Para livrar coletores de cadeia, dei não só esse dinheiro, como mais 2, e todos não me pagam. O mundo não se rege pelo coração, acabo de convencer-me.

Se tiver qualquer repugnância disto, diga-me com toda a franqueza, porque não quero incomodá-lo moralmente. Faça-o porque já uma vez se ofereceu para tal.

Não fui à inauguração porque me aborrecem as festas; mais hei de ir fazer uma visita especial aí a sua casa, e aos meus bons amigos.

⁵⁵ Esta carta está sem data, mas, após análise do desenvolvimento e sequencia dos conteúdos das quatro, com certeza afirmamos que ela é a primeira, portanto anterior a 2 de Outubro de 1882, que é a data da segunda.

Recomendo-me a d. Anna, e como sempre creia na gratidão
de s. Amigo m.^{to} obrigado.
Martinico⁵⁶.

Só estes exemplos já demonstram o grau de intimidade da amizade ente Martinho da Silva Prado Junior e Joaquim José de Oliveira.

Martinho e Joaquim José também possuíam laços de afinidade política, ambos eram republicanos desde o últimos anos do Império e estavam ligados também pelo partido republicano. Há algumas que demostram a amplitude da influência política de Joaquim José de Oliveira em São Paulo, tanto na época do Império, como na época da República. Na que segue, o presidente da Província de São Paulo, Manuel Marcondes de Moura e Costa, pede-lhe apoio político:

**Carta de 1882, escrita em papel timbrada do
Presidência da Província de São Paulo:**

Meu Am.^o Joaq.^{im} José

Comunico que no dia 7 do corr.^e, assumi a administração de nossa Província.

Encarregando-me de tão difícil quão árdua tarefa bem em vista prestar alguns serviços a Província e ao partido liberal; e para que possa realizar meus intentos, faz-se mister você me coadjuve com seu prestígio e influência, fortalecendo-me ao mesmo tempo com seus judiciosos conselhos.

Aqui me encontrará sempre pronto p.a o serviço público e particular, desejoso de mostrar, no que sou deveras.

De G.ser (Deus Guarde o senhor)

(.....?) (Pa.....) e m.to grato.

M.^{el} Marcondes de Moura e Co.^{ta}

⁵⁶ Acervo Pessoal do Dr. Joaquim Cândido de Oliveira Neto. Grifos nossos.



Retrato de Dr. Manoel Marcondes
de Moura e Costa, autor
desconhecido. s/d.

Em outras cartas, Martinho demonstra grande antipatia por este presidente de província, que chegou a se opor ao projeto da extensão da ferrovia de São João da Boa Vista até Poços de Caldas. Manoel Marcondes de Moura e Costa ficou no cargo de presidente da província de São Paulo de 7 de Janeiro à 10 de Abril de 1882.

A carta que segue, escrita por Martinho, demonstra o prestígio de Joaquim José dentro do partido republicano, já no Brasil República:

Carta escrita em 22 de Julho de 1891:

Amigo Joaq.^{im} José

Em uma das vagas a deputação provincial vai ser contemplado o seu nome, aceito por todos sem discrepância. Eu não admito que você recuse, e exijo na tríplice qualidade de paulista, republicano e especialmente de **amigo**.

Qualifique como quiser o meu procedimento, importunação, abuso, etc., mas sujeite-se. É duro ouvir tal linguagem de parte de quem só tem motivos para obedecer-lhe e não ordenar. Assim o exigem as condições especiais do Estado, que carece do auxílio e consenso dos homens bom e sobretudo de esclarecido critério. Assim sabemos, e assim se fará.

Vivo em grande pesar pelo estado desanimador de meu pai, e sem poder mover-me de São Paulo. Recomendo-me a d. (.....?) e creia-me sou amigo sincero e grato.

Martinico.

Como mencionamos antes, Joaquim José foi de orientação política republicana desde a época do Império, a carta acima demonstra o espaço que ele assumiu na política do Brasil Republicano, espaço que poderia ser melhor demonstrado com a reprodução de inúmeras cartas recebidas por ele do partido republicano e assinadas por personagens de grande peso na história da República Velha brasileira. Para este trabalho é importante perceber que a grande influência política desse são-joanense estava ativa na década de 1890, em que já não havia mais escravos e na qual a “máquina de importação de imigrantes europeus” estava sendo feita a todo o vapor em São Paulo. Certamente foi ele o agente político que trouxe para São João o grande fluxo imigrante que suas lavouras necessitavam.

Ferrovia, escravos e o 'homem forte da imigração' as vésperas da abolição

Ao mesmo tempo que a montagem da Sociedade Promotora de Imigração de São Paulo estava sendo orquestrada por Martinho conjuntamente com os Souza Queiroz, ele investia com seu irmão Antônio em ações da Estrada de Ferro Mogiana. Exploraremos, aqui, a correspondência entre Joaquim José e Martinho Prado, que versa sobre construção de um ramal desta ferrovia de São João da Boa Vista até Poços de Caldas.

Achamos importante falar da ferrovia, porque ela e o cultivo do café, o então ouro verde, são elementos intimamente ligados à imigração italiana na área de Estudo da Pesquisa. Por isso acreditamos que, para entender melhor a importância do conteúdo dessa correspondência, é necessário antes o conhecer contexto econômico em que a Mogiana foi construída e situá-la em meio da malha ferroviária paulista de que fazia parte:

Em São Paulo, a ferrovia que permitiu a expansão para o Oeste foi a Santos Jundiaí, iniciada com a concessão feita em 1856 ao Barão de Mauá, ao Marquês de Monte Alegre e ao J. A. Pimenta Bueno e inaugurada em 1867⁵⁷. Ela é que foi a primeira infraestrutura básica para mandar o café para fora do país e levar o imigrante para o interior.

Foram as ferrovias que tornaram viáveis as lavouras de café no Oeste Paulista, já que o transporte em lombos de mula pelas antigas picadas e rotas tropeiras era demorado, caro e inseguro, o que significava que boa parte do lucro, senão todo, perder-se-ia com o custo do transporte até o Porto de Santos⁵⁸. Ao longo do percurso dos tropeiros haviam pousos, cujos donos lucravam com os donos das tropas de mulas, vendendo-lhes os recursos que deviam ser reabastecidos para a continuidade da viagem, recursos necessário tanto para eles, quanto para as suas mulas. Ou seja, havia um custo relativamente alto no transporte tropeiro. Além disso, os caminhos eram ruins e difíceis de transitar na época das chuvas e a carga poderia ser perdida no meio do caminho por inúmeros motivos. É possível imaginar a dificuldade de descer sacas e sacas de café pelas densas matas da íngreme Serra do Mar até o Porto de Santos, para não falar das travessias rios nas épocas de chuva, dentre outros obstáculos.

Essa situação mudou com a Santos Jundiaí, e mudaria mais ainda na década de 1870, na qual foram construídas no interior de São Paulo três ferrovias que conectavam-se com Santos Jundiaí: a

⁵⁷ SAES, Flavio Azevedo Marques de, **As ferrovias de São Paulo: 1870-1940**, São Paulo Brasília: Hucitec INL, 1981 - pp.22-23.

⁵⁸ *Ibid.* pp.33-34.

Companhia Paulista de Estradas de Ferro, a Companhia Mogiana e a Companhia Sorocabana.

A Paulista teve a sua linha inaugurada em 1872 e a Mogiana e Sorocabana em 1875. Após a inauguração dos seus primeiros trechos, elas foram sendo gradativamente expandidas, tanto na forma de linha tronco como na de ramais. As três ferrovias foram feitas em posições estratégicas e canalizavam os fluxos de transporte de todo interior paulista, com exceção do Vale do Paraíba, que conecta São Paulo ao Rio⁵⁹. Dessa forma o imigrante poderia ser levado para praticamente todo o território do interior de São Paulo, inclusive para a zona de fronteira com Minas Gerais.



Ilustração feita pela ABPF (Associação Brasileira de Preservação Ferroviária – OSCIP). *História das Ferrovias Paulistas* – 1960.

⁵⁹SAES, Flavio Azevedo Marques de, **As ferrovias de São Paulo: 1870-1940...** Op. Cit. - p.23.

⁶⁰Disponível em <http://www.abpfsp.com.br/ferrovias/ferrovias19.htm>>>. Consultado em 02/01/2019.

No caso da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro, podemos retroagir o seu início para o dia 1 de Julho de 1872, no Paço da Câmara Municipal de Campinas, onde foi reunida uma assembleia geral dos acionistas da nova empresa, entre os quais destacam-se a família Silva Prado, Antônio de Queirós Teles e José, Estanislau do Amaral e o Barão de Tietê, todos grandes proprietários terras com café.

No caso do Barão de Tietê (José Manuel da Silva), sua importância dava-se também pela empresa de seguros que presidia, chamada Companhia União Paulista.

O final da linha tronco da Mogiana no século XIX era na estação de Ribeirão Preto, inaugurada em 23 do 11 de 1883, justamente onde ficavam as mais ricas fazendas de café de Martinho da Silva Prado Júnior.

É fácil entender a extensão da linha férrea às 'porteiras' das fazendas de Martinho, se observamos a distribuição das ações da Companhia: em 1874 os 360 acionistas da Mogiana espalhavam-se pelas áreas entre São Paulo e Campinas e Mogi Mirim, a maioria composta de fazendeiros da área rural ligados ao café. Segue abaixo uma lista com os nomes de alguns dos maiores acionistas:

FAMÍLIA SILVA PRADO		
Antônio Silva Prado - Barão de Iguape	620 ações	Total 860 ações
Martinho Silva Prado	140 ações	
Antônio Prado com 100 ações	100 ações	
OUTROS ACIONISTAS		

José Estanislau do Amaral -Barão de Indaiatuba	500 ações
Antônio de Queiroz Telles	225 ações
Barão do Tietê	200 ações
José Egídio de Souza Aranha	150 ações
João Quirino dos Santos	110 ações
Antônio Manoel Peçanha	110 ações

Fonte: SAES, Flávio Azevedo Marques de. **A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira 1850-1930**, São Paulo: HUCITEC, 1986 – pp. 55-56

Além de serem grandes acionistas da Companhia Mogiana, os Silva Prado também tiveram investimentos e grande influência da Companhia Paulista, que foi construída em paralelo e de forma complementar a linha tronco da Mogiana: o irmão de Martinho, Antônio Silva Prado, foi dirigente dessa companhia entre 1892 e 1927⁶¹. As duas juntas integravam-se formando uma malha amplificada no interior de São Paulo e fronteiras com Minas.

Tendo claras estas informações, podemos passar para a análise das cartas que mostram o planejamento e a construção de uma ramal da linha tronco da Mogiana, ligando São João da Boa Vista à Freguesia de Nossa da Saúde das Águas de Caldas, onde ficavam os poços das caldas (os poços das águas quentes e sulfóreas), atual município de Poços de Caldas.

⁶¹ ZAMBONI, Maria Célia. **A Mogiana e o café. Contribuições para a História da Estrada de Ferro Mogiana**. Dissertação de Mestrado, Unesp. Franca, 1993 - p. 127; MATTOON Jr., R. H. The Companhia Paulista de Estradas de Ferro, 1869-1900: a local railway enterprise in São Paulo, Brazil. Tese de Doutorado, Yale University. New York, 1971 - p. 176-177.

Quem esteve por trás da construção do Ramal das Caldas

Como mencionamos anteriormente, a extensão de um ramal da linha tronco da Estrada de Ferro Mogiana, até o que hoje é Poços de Caldas, passando por São João da Boa Vista, é discutido por Martinho Silva Prado e Joaquim José de Oliveira em quatro cartas escritas no ano de 1882. Tendo em vista a atuação dos Silva Prado na fundação da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro e na quantidade de ações que a família possuía, é claro e evidente o poder que Martinho possuía para fazer tal empreendimento.

Apresentaremos em sequência cronológica as discussões das cartas:

Carta de 1882

Amigo S.or Joaquim José

Tantas preocupações têm me absorvido o tempo e a atenção, que até agora tenho deixado de escrever-lhe como era do meu dever, e havia prometido.

Não é que me tenha me esquecido dos agradabilíssimos dias que passamos juntos em São João, e que senti interromper creia.

É preciso ativar os negócios do João Thomaz (Nhonhô) afim de aproveitar o começo do Banco. Os diretores são meus amigos e conto obter o empréstimo, mas me informaram que era quase seguro recusarem garantia de escravos, em virtude da atividade dos abolicionistas, que ultimamente têm assumido a Relação em S. Paulo.

É preciso levantar já o mapa, e qualquer esclarecimento que precisar peça-me para S. Paulo, onde estarei em poucos dias. Compreendo a conveniência de fazer logo proposta, atendendo a enormidade de pretendentes aos empréstimos.

Aqui estou a 8 dias, muito contrariado por estar só e sem empregado, e cheio de saudades da família.

E no entanto, é ela a única responsável por este fato que se dá comigo e com todos que zelam dos reais interesses e pensam no futuro.

Ainda persisto no meu intendo de ir até ai este ano.

Nessa primeira carta, o empréstimo referido é o necessário para a construção do ramal ferroviário da linha tronco da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro até Poços de Caldas, passando por São João no meio do Caminho. Apesar de a Estrada de Ferro Mogiana não ser citada nesta carta, a finalidade do empréstimo fica clara nas cartas subsequentes, quanto ao mapa a ser levantado, ele era necessário para a construção do ramal ferroviário pelos engenheiros da Companhia.

Outra informação relevante é o contexto dos movimentos abolicionistas para o fim das escravidão, que estavam adquirindo força o suficiente para dar instabilidade ao escravo como base de garantia de crédito em transações hipotecárias de crédito.

Essa tensão abolicionista certamente acelerou o empenho da elite cafeeira em promover a imigração. O uso dos escravos na obtenção de empréstimo por meio de hipotecas foi muito comum desde a liberação geral das cobranças de juros em 1838. Dessa data até as vésperas da abolição, o escravo manteve-se como um bem de maior valor do que as terras, por isso muitas vezes foi preferido em relação àquelas como garantia para a obtenção de crédito. A vinda do imigrante europeu seria muito em breve o desdobramento deste contexto histórico. Demos sequencia a apresentação das cartas:

Infelizmente malogrou-se a esperança de obter os 16 contos para a estrada às divisas de Minas. Depois de muitos dias sem decisão, apesar das informações do engenheiro, e do diretor das obras públicas, não (anunciou?) a proposta, e ficou de resolver se podia gastar 5 ou 10 contos.

Consultou a este respeito a inspetoria de Obras, e até sair nada havia resolvido. Este fato deu-se dois dias antes de sair de S. Paulo, o que obstou a protestar contra a injustiça feita. Aguardo um regresso para discuti-lo patenteando a inépcia do Presidente, que é um inútil (b. b.). Ao passo que nega-se a fazer uma obra útil, pretende à custa da Província calçar uma rua da Capital, na qual deve despendar mais de 100 contos.

Liquidarei contas com o homem pela imprensa e na Assembleia Provincial. Não chegam os dinheiros para distribuir-se no 4º. Distrito, afim de pagar-se os serviços eleitorais, e para dar ao Padre Reis França encômios na morte.

Creio que a principal causa do mal êxito desta pretensão, foi ser acolhida pelo Maneco Marcondes, a quem não perde o homem ocasião de contrariar; e isto diga-se para sua vergonha, (auxiliado?) pelo Reis, que é seu íntimo e daí cartas na administração.

Já vai extensa esta e por isso termino-a, pedindo-lhe que me mande procuração a fim de receber o conto de réis votado pela Assembleia para a Cadeia. Isto por parte da Câmara. Quero ver se me negam também.

Aliás, recomende-me à Ex.ma família, aos amigos, e creia que sou com sinceridade.

Seu amigo muito grato M. Prado Junior.

Fazenda Albertina, Ribeirão Preto, 14 de 7^{bro.} de 1882

O Maneco Marcondes mencionado na carta trata-se do Presidente da Província de São Paulo, que já citamos anteriormente, Manoel Marcondes de Moura e Costa. A rivalidade de Martinho com ele fica bem clara nessa carta. Martinho promete um acerto de contas político, que parece ter sido executado, pois na carta subsequente informa que conseguiu a aprovação da construção do ramal ferroviário da Mogiana com o auxílio de seus aliados políticos, em especial do Barão de Parnahyba, que era seu primo.

De R. Preto escrevi-lhe uma carta participando-lhe o que houve em relação à estrada para os Poços. Chegando aqui verifiquei que estavam autorizados a gastar 16 contos e trezentos, pelo que se me informou na repartição das Obras Públicas. Assim minaram-se a contrariedade que sentira **por não ter o Presidente aprovado as plantas do engenheiro Matta**. Já serve desde que se ande na contratação da linha férrea que passou na Câmara, mas que infelizmente ficará este ano parada no Senado.

Me diz o Barão de Phanahyba, que assim que passar a lei tratará de construir a linha dos Poços de preferência a tudo, sendo a bitola de 60 centímetros, como a estrada de São João D'El Rei.

Deus queira que assim aconteça em breve tempo. Tenho ardente desejo ver servida essa povoação por uma linha férrea como se ali residisse.

Mando também falar-lhe sobre o negócio do João Thomaz. Já deu andamento? Apresse tudo, para que seja a dar as primeiras aquinhoadas. **Me disseram os diretores que aceitarão escravos, mas nunca avaliados por mais de um conto cada um.**

Por aqui nada de novo, fizeram muito barulho com o fato de 49 escravos fugidos, que por fraqueza e imbecilidade do Presidente estiveram em contato com os abolicionistas por mais de 24 horas, recebendo nesse tempo os conselhos mais perversos e repugnantes.

Sem transgredir a lei, o decoro público, deviam os escravos voltar ao poder de seu senhor, ficando aqui incomunicáveis. Assim porém não se fez, dando-lhes tempo para ouvirem de estudantes os seguintes conselhos: matem seus senhores, desonrem suas filhas, se as tiver etc. Foi preciso a intervenção de algumas pessoas, para que o presidente a custo os mandasse os por incomunicáveis. Parece que neste país os governos e as posições só cabem por partilha aos insensatos e incapazes.

Lembranças a seus manos, e Vigário, e recomendo-me a toda a família.

Seu amigo grato

M. Prado Junior

S. Paulo 2 de 8^{bro} 1882

Antônio de Queirós Teles era natural de Campinas, posteriormente teve o título elevado para o Visconde e depois Duque de Parnahyba. Era primo de Martinho por linha materna – sua mãe era Ana Joaquina do Prado Fonseca, Baronesa de Jundiaí. Ele foi o presidente da Companhia de Estradas de Ferro Mogiana de 1873 a 1886 e ocupou o cargo de Presidente da Província de São Paulo de 26 de abril de 1886 a 16 de julho de 1886.

A Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, na construção da qual Martinho Prado esteve também envolvido, foi inaugurada enquanto Antônio Queirós Teles governava a província. Lembramos que também em 1886 foi fundada a Sociedade Promotora de Imigração de São Paulo, que teve a presidência ocupada por Martinho, portanto parece ter sido um ano decisivo para imigração europeia em São Paulo, que posteriormente transbordaria para às regiões vizinhas do Sul de Minas.

A intensificação das atividades abolicionistas também ganha um novo colorido ao mencionar a militância de estudantes, provavelmente da Faculdade de Direito, junto aos escravos que, pelo que a carta indica, era de propriedade do governo província, provavelmente usados na execução de obras públicas, resultando na fuga de 49 deles. Esse trecho reforça a suspeita de que a

efervescência abolicionista da década de 1880 provavelmente esteve relacionada à desvalorização dos escravos em relação a terra. Eles foram aceitos como garantia hipotecária de empréstimo pelo banco com ressalvas, foi estabelecido um teto de valor para cada escravos: um contos de réis. O sistema escravista estava ruindo.

O trecho pode dar a impressão de Martinho ter sido contraditório com as tendências abolicionistas suas e de seu irmão, mas é necessário não esquecer que ele estava inserido nesta sociedade e que a execução do empreendimento dependia de um levantamento de capital só conseguido, ao que parece, com o uso de escravos disponibilizados por alguém não mencionado nas cartas. Enquanto a abolição não acontecia, a escravidão era uma realidade não só social, mas também econômica.

Martinho preocupava-se principalmente com a violência incitada pelos estudantes contra os senhores branco. Certamente era impossível ele não ser contraditório, principalmente em razão do lugar social que ocupava numa sociedade ainda escravista, embora estivesse prestes a desmoronar. Vejamos a carta subsequente:

S. Paulo, 14 de 8^{bro} 1882

Amigo S.^{or} Joaq.^m José

Parabéns! Mil parabéns! **Está votada a lei concedendo garantia de juros para a construção da linha férrea a essa localidade.** É um acontecimento, que na realidade me alegra e muito. Ontem chegou do Rio o Barão de Parnahyba, e me disse que apenas sancionada a lei dará princípio e andamento a causa, preferindo em 1º lugar esta estrada, e me afirmou que a fará passar pela povoação.

Ainda uma vez parabéns!

O Affonso Celso quis fazer oposição, mas o Jaguary e Joaquim Delphino bateram o pé, tendo o primeiro dito em um discurso duras verdades aqueles que se opunham. Assim passou a lei, tendo para isso trabalhado imensamente o Barão, que é digno de maiores encômios.

Lembro-lhe um passo justo e de bom efeito para com ele, proponha na Câmara uma felicitação a ele, que um rua dessa localidade também tome seu nome. Renderão um justo tributo aos seus serviços, e obterão as suas graças para que a estrada não se desvie da povoação.

Mando-lhe hoje os seus livros.

No dia 23 estarei na Estação das Caldas, onde dormirei, se aí vier ter o meu Comp.^e Chico Ribeiro, seguindo 24 para Casa Branca, isto é, para R. Preto. Se quiser, venha a 24 a Estação, iremos a esse dia a fazenda de um mano dormir, ali passaremos o dia seguinte, seguindo a tarde para S. Simão onde pernoitaremos e a 26 regressará a Caldas, onde chega o trem às 10 horas da manhã.

O trecho *“Está votada a lei garantia de juros para a construção da linha férrea a essa localidade”* parece indicar que o capital levantando com hipoteca de escravos destinava-se a garantir eventuais sinistros durante a construção da estrada, mas isto ainda não está exatamente claro, o que necessita de averiguação.

Enfim, estava aprovada a construção de um ramal ferroviário saindo da linha tronco da Mogiana até São João e de São João até Poços de Caldas. A carta também informa que em 1882 havia uma estação da estrada de ferro chamada *“Estação das Caldas”*, que certamente deveria situar-se na linha tronco de onde sairia o ramal, já que a sua construção nem havia começado e que a Estação de Poços de Caldas só foi inaugurada em 1886.

Investigando essa possibilidade, descobrimos que realmente houve uma estação chamada *“Estação das Caldas”*, na Povoação de Cascavel, que depois deu origem ao município de Aguaí-SP, hoje vizinho de São João da Boa Vista. Portanto a *“Estação das Caldas”* da carta, local onde Matinho convida Joaquim José para encontra-lo no dia 23 de Outubro de 1882, ficava onde hoje é Aguaí. Segue uma tabela que lista as estações abertas na linha ferroviária tronco, com a data de inauguração de cada uma:

LINHA TRONCO DA ESTRADA DE FERRO MOGIANA		
Nº.	Nome das estações	Data de inauguração
1	Campinas	03/05/1875
2	Riza	01/06/1910
3	Guanabara	04/08/1894
4	Anhumas	12/10/1926
5	Pedro Américo	12/10/1926

6	Tanquinho	12/10/1926
7	Carlos Gomes	18/11/1929
8	Jaquariúna	15/12/1945
9	Guedes	15/12/1945
10	Cristiano Osório	01/01/1939
11	Posse de Ressaca	28/08/1875
12	Alfa	03/10/1915
13	Conselheiro Martim Francisco	06/12/1892
14	Tujucué	10/11/1911
15	Mogi-Mirim	27/08/1875
16	Mogi-Guaçu	14/01/1878
17	Ipê	19/08/1897
18	Estiva	10/08/1897
19	Urutuba	10/11/1911
20	Oriçanga	01/04/1901
21	Mato Sêco	14/01/1878
22	Astrapéia	05/07/1912
23	Aguai (Antiga povoação chamada Cascavel), onde ficava a antiga Estação das Caldas, que depois mudou de nome com a inauguração da Estação de Poços de Caldas em 1886.	As publicações que encontramos no site oficiais da Prefeitura de Aguai, e em outros canais especializados em ferrovias, dão a para a inauguração desta estação a data de 01/10/1886 , mas Martinho da Silva Prado Junior cita esta estação já em funcionamento em uma de suas cartas, escrita à Joaquim José de Oliveira, de São João da Boa Vista, a data de 1882 .
24	Engenheiro Mendes	14/01/1878
25	Orindiúva	01/07/1899
26	Miragaia	05/07/1912
27	Lagoa Branca	19/09/1891
28	Joaquim Libânio	02/02/1948
29	Casa Branca - Tronco	1951
30	Coronel Corrêa	02/12/1948
31	Baldeação	01/06/1913
32	Brejão	16/08/1882
33	Coronel José Egídio	25/09/1898
34	Tambaú	08/10/1887
35	Faveiro	01/10/1901
36	Córrego Fundo	16/08/1882
37	Santos Dumont	01/08/1898
38	Cerrado	31/12/1892
39	Sucuri (PT)	01/07/1899
40	São Simão (1)	16/08/1882
41	Bento Quirino	21/10/1902
42	Canaã	01/08/1888
43	Beta (PT)	01/04/1913
44	Tibiriçá	15/06/1892

45	Cravinhos	23/11/1883
46	Buenópolis	12/12/1897
47	Bonfim Paulista	28/07/1882
48	Santa Teresa	15/11/1896
49	Ribeirão Preto	23/11/1883

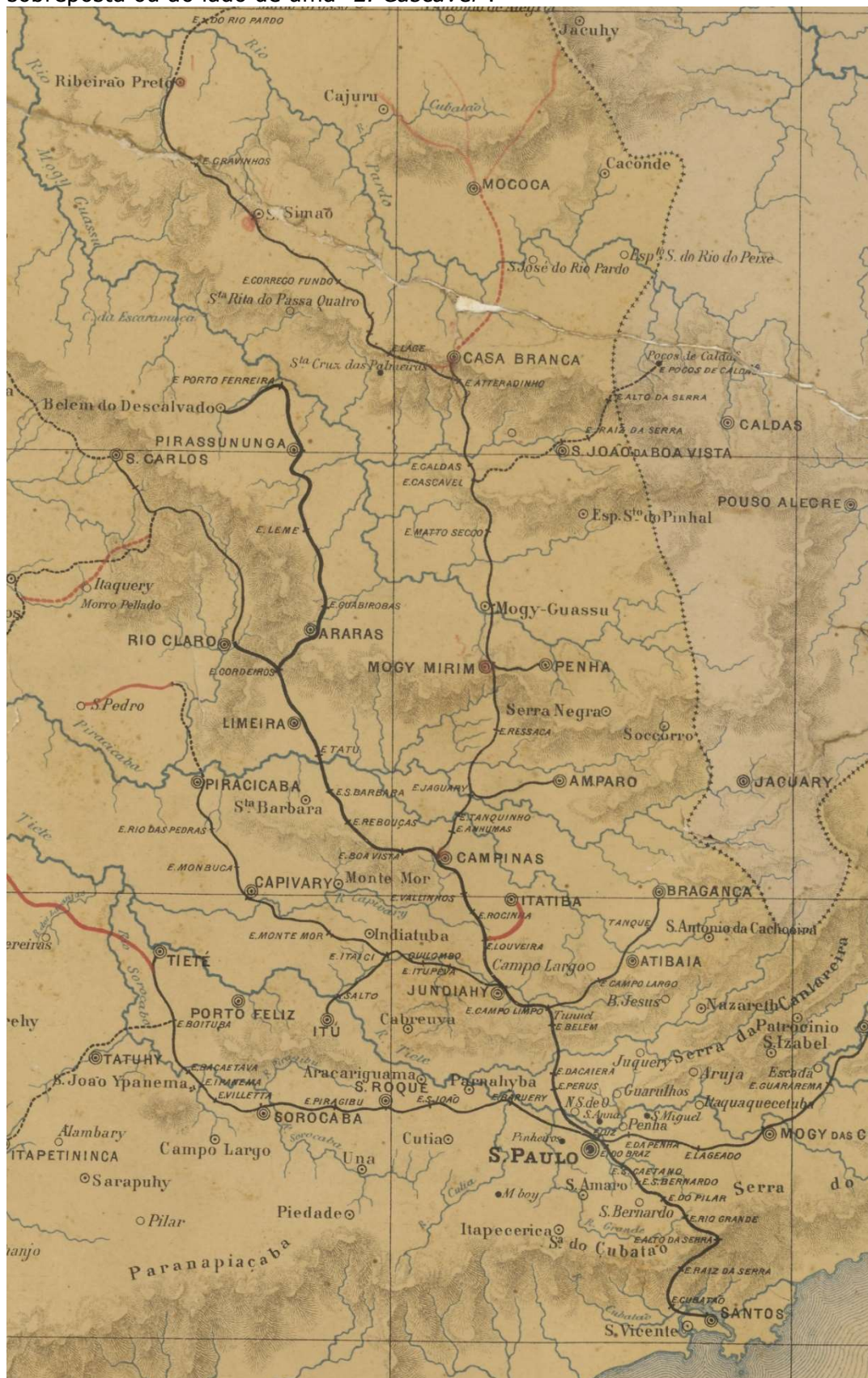
Um mapa da Província de São Paulo, que foi elaborado pela equipe técnica da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro, mostra que a primeira Estação das Caldas ficava nas imediações da Povoação de Cascavel, seguem alguns detalhes deste mapa, que é bastante ilustrativo a respeito:



Fonte: Mapa da Província de São Paulo, elaborado pela equipe técnica Companhia, sob a direção do Engenheiro em Chefe Joaquim Miguel Ribeiro Lisboa. Mogiana de Estradas de Ferro. Exemplar encontrado no Arquivo Nacional, Rio de Janeiro-RJ – número de acesso no arquivo: **BR RJANRIO 4Y.O.MAP.503**. Data provável: entre 1882 e 1886.

Obs.: Embora a descrição deste mapa, feita pelo Arquivo Nacional, o situe entre 1800 e 1889, ele muito provavelmente foi elaborado pela equipe técnica da Companhia Mogiana entre 1882 e 1886, porque nele o Ramal das Caldas está ainda tracejado, o que significa que ainda não havia sido concluído, ou seja, ainda era um projeto de construção a ser executado. Nos recortes que fizemos deste

mapa é possível observar que já existe uma “E. Caldas” – Estação das Caldas, sobreposta ou ao lado de uma “E. Cascavel”.



Fonte: Mapa da Província de São Paulo, elaborado pela equipe técnica Companhia, sob a direção do Engenheiro em Chefe Joaquim Miguel Ribeiro

Lisboa. Mogiana de Estradas de Ferro. Exemplar encontrado no Arquivo Nacional, Rio de Janeiro-RJ – número de acesso no arquivo: **BR RJANRIO 4Y.0.MAP.503**. Data provável: entre 1882 e 1886.

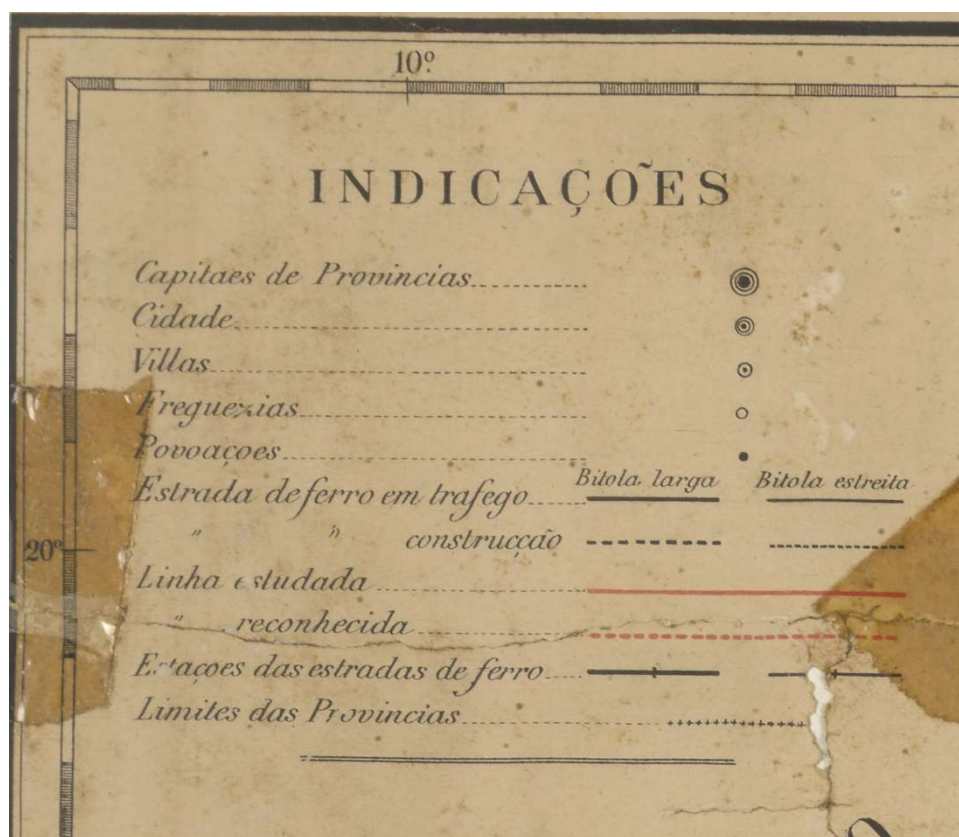
No mapa, o ramal da Mogiana está pontilhado, o que significa que ainda era uma projeto e que sequer havia chegado até São João da Boa Vista, muito menos até Poços de Caldas.

Sabendo que a estação de Poços de Caldas só foi inaugurada em 1886, podemos concluir que esse mapa foi feito provavelmente entre 1882 e 1886. Mais provavelmente tenha sido feito entre 1882 e 1883, porque, segundo as cartas de Martinho Prado anteriormente discutidas, a data da aprovação da construção passou na Assembleia Provincial de São Paulo em 1882 e já havia um mapa levantado por um engenheiro de sobrenome Matta, que ainda não conseguimos saber se era da equipe técnica do engenheiro chefe da Companhia Mogiana ou não, pois ainda não levantamos dados o suficiente a respeito por ser o nosso foco a imigração, sendo a estrada, nesta obra, um elemento importante enquanto 'estrada do imigrante'.

Segue um detalhe ampliado do mapa, da região de nosso interesse, que permite observar visualmente a discussão referente às datas:



Fonte: Mapa da Província de São Paulo, elaborado pela equipe técnica Companhia, sob a direção do Engenheiro em Chefe Joaquim Miguel Ribeiro Lisboa. Mogiana de Estradas de Ferro. Exemplar encontrado no Arquivo Nacional, Rio de Janeiro-RJ – número de acesso no arquivo: **BR RJANRIO 4Y.0.MAP.503**. Data provável: entre 1882 e 1886.



Fonte: Mapa da Província de São Paulo, elaborado pela equipe técnica Companhia, sob a direção do Engenheiro em Chefe Joaquim Miguel Ribeiro Lisboa. Mogiana de Estradas de Ferro. Exemplar encontrado no

Na legenda do mapa, em que a linha pontilhada é definida como em construção e a linha formada por pequenos 'x' ou cruces, significa o limite entre as províncias de São Paulo e Minas. Outro detalhe da legenda é o ponto preto e sólido, significando povoações e o ponto preto com círculos concêntricos, significando vilas. No lugar do mapa em que está "*E. Cascavel*" e "*E. Caldas*", o ponto preto sólido está oculto pela linha preta, também sólida, que representa a linha tronco com suas estações, mal dá para percebê-la. Portanto, neste local – de onde sairia o ramal até Poços de Caldas, passando por São João da Boa Vista no meio do caminho – ficava a Povoação de Cascavel, hoje Aguai-SP. São João da Boa Vista já recebe o marcação significando Vila (tornou-se vila em 1859), assim como Caldas (Tornou-se vila em 1839).

Poços de Caldas também é demarcada como uma povoação, mas, na verdade, nessa época Poços de Caldas (Nossa Senhora da Saúde de Poços de Caldas) já era uma freguesia da Vila de Caldas, criada pela Lei 2035 de 01/12/1873, da qual se desmembrou como município independente apenas em 1888, junto com Andradas (São Sebastião do Jaguari, que também foi uma freguesia de Caldas). Sendo mais exato, Poços de Caldas e Andradas elevaram-se a condição de vila (município) exatamente no mesmo ano: Poços pela Lei 3659 e Andradas pela Lei 3656, ambas promulgadas em 1888.

No mapa a equipe técnica reconhece Poços de Caldas dentro do território mineiro, mas a divisa só seria demarcada definitivamente em 1936, no governo de Getúlio Vargas, havendo ainda disputas entre os governos de São Paulo e Minas por essa área do Sul de Minas, em que situa-se Poços e Andradas. Como já vimos no início deste ensaio, em 1874 a povoação de São Sebastião do

Jaguari já tinha notícia de os trilhos da Mogiana iriam ser construídos próximos de sua freguesia, o que foi um dos motivos que os levaram a fazer um abaixo assinado endereçado à Câmara da Vila de Mogi-Mirim requerendo fazerem parte da Província de São Paulo como sua freguesia, desmembrando-se, dessa forma, da Vila de Caldas e passando a integrar o território de São Paulo. Relembrando, os outros motivos argumentados no abaixo eram: maiores relações comerciais que mantinham com São Paulo, a grande distância da capital da Província de Minas, Ouro Preto, e o fato de sentirem-se deserdados do Governo Mineiro, que não investia em caminhos e em melhorias na comunidade.

A questão que fica é: - por que não endereçaram esse abaixo assinado á Vila de São João da Boa Vista?

A indefinição e fluidez das fronteiras entre Minas e São Paulo na região

Não há nenhum espanto em Joaquim José de Oliveira fazer esforço para levar a ferrovia até Poços de Caldas. Sua família tinha vários laços de família e parentesco em Caldas e em Poços de Caldas, inclusive com os Junqueira. Ao que parece, tanto os Oliveira de São João da Boa Vista, quanto os Oliveira de Andradas, são provenientes da família Oliveira de Caldas. A mesma origem muito provavelmente também toca para os Oliveira de Poços de Caldas. Relembramos que Andradas também compôs o território Vila de Caldas junto com Poços de Caldas antes de 1888. E é digno de nota esta família ter sido elite rural nas três localidades, o que certamente daria um estudo interessante, a lá Raimundo Faoro.

Para além das questões de parentescos que uniam as três localidades mencionadas, e das comerciais também, a divisa parecia

não existir para eles. E de fato não existia mesmo, apesar de estar tracejada no Mapa da Província de São Paulo elaborado pela equipe técnica da Companhia Mogiana, como já foi dito, ela foi afixada por lei só no governo do presidente Getúlio Vargas.

A indefinição era decorrente da longa briga de divisas entre Minas e São Paulo, que se arrastava desde o século XVIII nessa zona de fronteira. Tanto que em 1896 Governo de São Paulo demonstrava ainda interesse em integrar a região da Caldeira Vulcânica de Poços de Caldas (que inclui Andradas) ao seu território: entre 1886 e 1904 o naturalista norte americano Orville Derby esteve à frente do trabalho Comissão Geológica e Geográfica de São Paulo, tendo designado pela Governo Provincial Paulista para cartografar o território de São Paulo e suas divisas. Tanto essa Comissão como o Serviço Mineralógico do Brasil foram fundados e dirigidos por Derby, que cedo vislumbrou os potenciais mineralógicos da região da Caldeira.

O fato é que, a serviço do Governo de São Paulo, quando Orville Derby chegou nessa zona de fronteira para fazer o levantamento cartográfico, constatou que não havia limites, não os encontrou, eles ainda estavam indefinidos. Apesar de isso ser um problema para o seu trabalho, era também uma oportunidade para São Paulo reclamar parte da região. Essa possibilidade o levou a coligir documentação histórica que comprovasse os direitos paulistas sobre essa área do Sul de Minas.

Em 1896 Derby publicou a documentação coligida, antecedida de um estudo histórico comprobatório desses direitos no periódico Documentos Interessantes do Instituto Histórico e

Geográfico de São Paulo⁶². O Governo de Minas, por sua vez, no mesmo ano também publicou pelo Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais um volume com documentação que, pelo teor, rebatia os direitos que São Paulo pretendidos sobre a região⁶³.

Há, também, informações que apontam relações comerciais de Cascavel e São João com Poços, como motivação para a extensão do ramal até as águas quentes e sulfóreas dos 'poços das caldas'. Ao que parece, já na década de 1880 havia um fluxo de turismo que descia da ferrovia na Povoação de Cascavel para ir em busca das curas milagrosas, prometidas pelas águas quentes e sulfóreas dos Poços de Caldas. Os trânsito de visitantes também favoreceu o desenvolvimento tanto em Cascavel, como na Vila de São João. Quanto a Poços, dispensa comentários.

Todas estas questões de divisas, econômicas e de transporte mostram como as histórias das cidades, tanto do lado paulista como mineiro, se entrelaçam e a razão pela qual não é absurdo o fato de imigrantes italianos, trazidos com capital paulista para o Brasil, terem ido parar nos territórios vizinhos do Sul de Minas.

O quadro que segue é mais um detalhe do mapa anteriormente discutido e mostra as outras malhas ferroviárias com as quais se conectavam com a Mogiana:

⁶² **DOCUMENTOS Interessantes:** divisas de S. Paulo e Minas. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, V. XI, 1896.

⁶³ ARCHIVO PUBLICO MINEIRO. Revista do Archivo Publico Mineiro. Direcção e redacção de J. P. Xavier da Veiga – Director do mesmo Archivo. Anno I – Fascículo 3.o – Julho a Setembro de 1896. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Geraes, 1896.

TABELLA

D E

ALTURAS EM METROS DOS PONTOS IMPORTANTES DAS DIFERENTES LINHAS FERREAS DA PROVINCIA DE S PAULO
e distancias das Estações a São Paulo, pelas diferentes Linhas

Estrada de Ferro Ingloza		Alt.	Dist.	Estrada de Ferro Sorocabana		Alt.	Dist.	Estrada de Ferro Ituaia		Alt.	Dist.
Santos	17	729		Cidade de Pirassununga	617,3			Estação de Mogi mirim	617,0	160,5	
Rio da Serra	197	350		Porto Ferreira, Nivel do Rio	637,3			Rio Mogi mirim	618,0		
Alto da Serra, primeiro plano	206,3			Rio dos Pinheiros	777,8			Divisa de Mogi mirim e Mogi guassu	619,0		
Alto do terceiro plano	207,7			Rio da Cunha	719,5			Vila de Mogi guassu	621,0		
Estação do Alto da Serra	209,9	48,0		Estação de Itapetininga	720,5	23,8		Rio Mogi guassu	576,0		
Rio Grande	247,3	37,0		de S. João	742,9	49,0		Divisa de Mogi guassu	594,0	139,5	
de S. Bernardo	242,4	15,0		Tunnel dos Pinheiros	892,3			Divisa de Mogi guassu e Orizange	640,0		
do Briz (S. Paulo)	225,8			Estação de S. Roque	794,3	67,0		Rio Orizange	593,0		
da Juss	206,2			Tunnel de Piragibá	758,3			Rio Piragibá e Itapetininga	740,0		
Agua Branca	222,0	8,0		de Sorocaba	833,3	111,0		Divisa do Mato novo	713,0	221,5	
das Peras	236,7	21,0		Rio Itapetininga	890,0			Rio Itapetininga	624,0		
de Belém	277,2	32,0		Estação do Itapetininga	875,8	128,0		Divisa de Itapetininga e Jaguari mirim	618,0		
Tunnel	301,4			Cidade do Tietê	497,3			Rio Jaguari mirim	587,0		
do rio de Jundiaby	208,1	60,0						Divisa do Sorocabana	810,4	248,5	
12ª Pa. liste de F. de Ferro d'Oeste								Divisa de Jaguari mirim e Rio Piratuba	709,0		
Rio Jundiaby	702,3			Estação da Pinha	7,3			Estação de Casa Branca	729,0	277,5	
Estação de Louveira	663,5	75,3		de Lagado	24,0			Casa Branca	680,0		
Rio Espirito	669,5			de Mogi das Cruzes	743,0	49,0		Estação de Aboradinho	690,0	272,5	
Estação da Ribeira	704,0	81,0		de Guatama	386,0	72,5		Alto do Arapondinha	613,1		
de Valinhos	664,3			Tunnel dos Proleiros	637,0			Estação do Garro Fundo	577,0		
Rio do Pinheiro	676,0			Estação de Jacarey	300,0	92,0		de Votinal	304,0		
Alto do S. Simão	724,3			de S. Simão	300,0	109,0		Tamandua	307,0		
Estação de Campinas	691,2	104,5		de Capatana	304,0	133,0		Estação das Graças	786,0		
da Boa Vista	671,0	113,5		de Taubaté	532,0	134,0		de Ribeirão Preto	320,0	417,5	
de Ribeirão	641,4	130,0		de Pindamonhangaba	533,0	177,0		Rio Parahy	309,0		
Ribeirão do Quilombo	631,0			de Resende	546,0	168,0		Estação do Rio Parahy	381,0	433,5	
Estação de S. Barbara	628,3	142,5		de Aparecida	544,0	199,0		de Itatuba	394,0	454,5	
Rio Piracicaba, Nivel do Rio	606,0			de Guatama	527,0	204,0		Rio Jaguari	610,0		
Estação do Tabo	612,9	134,5		de Lorena	557,0			Estação de S. Jacyth	671,0	483,5	
de Limeira	642,1	160,5		de Cachoeira	317,0	231,0		de Franca	694,0	536,5	
de Orléans	632,1	177,5						de Casa Branca	708,0	538,5	
Alto do Picoado	634,3			Estrada de Ferro Mogiana				de Rafaina	740,0	601,0	
Ribeirão Claro	637,0			Ribeirão dos Anhumas	616,0			do Jaguari	538,0	619,0	
Estação do Rio Claro	642,4	194,5		Estação	614,0	114,5		Rio Grande	306,0	619,0	
de Arara	611,0	231,5		Divisa de Anhumas e Atibaia	693,0			Estação de Pedreira (Barral de Impon)	660,0	140,5	
Ribeirão de Arara	601,5			Estação do Tanque	608,2	124,5		Tunnel	589,0		
Estação de Guahiboa	604,0			Rio Atibaia	550,0			Estação de Espirito	635,0	129,5	
de Lime	610,4	222,5		Divisa do Mato dentro	642,8	131,5		de Itapetininga	638,0	163,5	
Ribeirão do Meio	600,6			Divisa de Atibaia e Jaguari	645,0			de Pinha (Rama) do Pinha	309,0		
Alto do Manoel Leme	670,0			Rio Jaguari	461,0			Estação do cruzeiro (F. de Itatuba)	633,0	293,5	
Ribeirão da Serra	631,2			Divisa de Jaguari e Camanducaia	632,0			Estação de Itatuba de Boa Vista	733,0	360,5	
Alto de Pirassununga	671,3			Rio Camanducaia	530,0			Divisa de Itatuba de Boa Vista	319,0	276,0	
				Estação de Roca	624,0	138,5		do Alto da Serra	227,0	291,5	

ESTRADAS DE FERRO DA PROVINCIA DE SÃO PAULO

ESTRADA DE FERRO DE PEDRO II		Da Cachoeira a Corte	
SAO PAULO RAILWAY		De Santos a Jundiaby	
PAULISTA		De Santos a Jundiaby	
SAO PAULO E RIO DE JANEIRO		De São Paulo a Cachoeira e Rama para Foz de Iguaçu	
ESTRADA DE FERRO MOGIANA		De Campinas a Ribeirão Preto, Franca e Jaguari (Provincia de Minas) com Rama para Amparo, Pinha do Rio do Pezo, Foz de Galdas (Provincia de Minas) Casa Branca	
RAMAL DO RIO PARDO		De Campinas a Casa Branca para Monte	
ESTRADA DE FERRO ITUAIA		De Jundiaby a Itapetininga e São Paulo	
ESTRADA BRAGANTINA		De Campo Limpo a Bragança	
ESTRADA SOROCABANA		De São Paulo a Sorocaba, Tietê Tietê e Itapetininga	
ESTRADA DE SÃO CARLOS		De Rio Claro a S. Carlos, Arapondinha, Rama para o Sahi	
RIO AND MINAS RAILWAY		Do Cruzeiro a Trás Corações (Provincia de Minas)	

Diola I Metro. F. (6)

Fonte: Mapa da Província de São Paulo, elaborado pela equipe técnica Companhia, sob a direção do Engenheiro em Chefe Joaquim Miguel Ribeiro Lisboa. Mogiana de Estradas de Ferro. Exemplar encontrado no Arquivo Nacional, Rio de Janeiro-RJ – número de acesso no arquivo: **BR RJANRIO 4Y.0.MAP.503**. Data provável: entre 1882 e 1886.

Financiamentos do Governo Paulista para a vinda do imigrante europeu e desdobramentos

Apesar de algumas das entrevistas terem demonstrado a relativa participação de imigrantes que vieram pela Estação de Espírito Santo do Pinhal, ainda é maior o número de entrevistas indicando São João da Boa Vista como origem do imigrante que chegou à Andradás.

As entrevista também indicam que as vindas por Espírito Santo do Pinhal são mais tardias, concentram-se no século XX, porém ainda não houve tempo de fazermos tratamento estatístico dos dados disponíveis a respeito. Este é o perfil da imigração italiana

em Andradas que podemos esboçar até o momento, embora em pesquisas futuras, ou mesmo na continuação desta, esse perfil possa ser alterado. Por hora é o que temos.

De qualquer forma, as informações conseguidas até o momento sustentam nossa hipótese inicial, de que foi a família Oliveira de São João da Boa Vista a que possuía o capital político de peso capaz de trazer pra a região não só a ferrovia, mas também o fluxo de mão-de-obra italiana imigrante. Obviamente, os ricos fazendeiros de café que surgiram em Espírito Santo do Pinhal também se beneficiaram dessa movimentação política protagonizada por Martinho da Silva Prado e Joaquim José de Oliveira, movimentação que também incluiu o Visconde de Parnahyba, nada mais nada menos que o presidente da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro.

Por essas razões, acreditamos que podemos atribuir à família Oliveira de São João da Boa Vista, o pioneirismo na obtenção da chave política que abriu as portas não só da extensão de ramais ferroviários, mas também para a entrada do imigrantes em toda essa zona de fronteira de Andradas e Poços, inclusive em Espírito Santo do Pinhal-SP. Um argumento que indica esse pioneirismo é o fato do ramal ferroviários de Espírito Santo do Pinhal ter sido concluído apenas em 1889, três anos depois da inauguração do ramal que passa por São João com destino à Poços de Caldas.

As políticas de subsídio financeiro do Governo do Estado de São Paulo para trazer mão-de-obra europeia, que a partir de 1886 passaram a ser orquestradas pela *Sociedade Promotora de Imigração*, foram transplantadas e adaptadas para a Primeira República, proclamada no ano de 1889, com o nome de *Patronato da Agricultura do Estado de São Paulo*, que continuou pagando a

vinda de imigrantes para fazendeiros de café do Oeste Paulista até a Grande Crise de 1929.

Essa verba pública do “*Patronato*”, para trazer imigrantes, era gerida pela Secretaria da Agricultura deste Estado. Abaixo segue parte de um conjunto de documentos, que faziam parte da burocracia necessária para o imigrante ter a sua passagem reembolsada pelo Governo de São Paulo, processo que dependia da intermediação do fazendeiros que os recebia em suas terras:

Nº 18.619

maço-5
número-38

Secretaria da Agricultura



Anno: 1926

Data 17 de Novembro

Procedencia Capital

Repartição

Interessado Ceotto Gustavo

Assumpto Restituição de passagem

Fritas

DIRECTORIA DE TERRAS, COLONIZAÇÃO E IMMIGRAÇÃO
PROT. N.º 13-Reg. FLS. 146

1635 - 25

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo - São Paulo - SP. Número de referência no acervo: BR_SP_APESP_SACOP_REQ_C07602_18619-1

Arquivo Est. do Estado, para informar
(Acompanha documentos)
Supremo
Patronato Agrícola do Estado de S. Paulo
5-116926

Officio 4557-26

Autos 882-26

PEDE-SE

1. Indicar em sua resposta a data e os numeros acima.
2. Tratar em cada officio, carta ou telegramma de um só assumpto.
3. Não empregar no endereço nome individual e sim : - Patronato Agrícola do Estado de São Paulo - São Paulo.

São Paulo, 23 de Outubro de 1926.



Exmo. Sr. Dr. Secretario da Agricultura,
Commercio e Obras Publicas



CAPITAL.

Tenho a honra de pedir a V.Excia. as necessarias ordens afim de que seja restituída ao immigrante Ceotto Gustavo, si fôr de direito, a importancia despendida por elle com a sua viagem e de sua familia do porto do Havre ao de Santos.

Seguem junto:-

- a) 3 passaportes;
- b) 1 bilhete de passagem;
- c) 1 attestado de localização assignado pelo Sr. Ernesto de Oliveira, proprietario da fazenda "Refugio";
- d) 1 attestado assignado pelo Juiz de Paz de S.João da Boa Vista.

Aproveito o ensejo para saudar a V.Excia. mui distinctamente.



Supremo
DIRECTOR DO PATRONATO AGRICOLA.

É valida a folha rubricada ou assignada.

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo - São Paulo - SP. Número de referência no acervo: BR_SP_APESP_SACOP_REQ_C07602_18619-1

O processo inclui os passaportes italiano de Gustavo Ceotto, nascido em Susegana, Província de Treviso, de Guerrino Rosa, nascido em Este, na Província de Padova, e o de Filomena Perinot, natural de Conegliano, na Província de Treviso. A partir desse conjunto de documentos produzidos pela Secretaria da Agricultura Indústria e Comércio de São Paulo no ano de 1926, podemos contar a seguinte história:

Gustavo Ceotto (50 anos), recebeu o reembolso das passagens feito pela Secretaria da Agricultura em nome de todos. Ele era marido de Filomena Perinot (46 anos) e primo de Guerrino Rosa (43 anos). Os três, apesar de serem italianos, com passaporte italiano, estavam residindo em Vedwin, Província de Namur, na Bélgica. Portanto, eram italianos emigrados para a Bélgica que estavam prestes a emigrar para o Brasil. Pegaram o navio a vapor com destino à Santos no Porto de Havre, noroeste da França, região da Normandia. E todos vieram tendo como destino a Fazenda do Refúgio, em São João da Boa Vista.

O processo para o ressarcimento de 1:890\$000 reis gastos em passagem inclui uma declaração de localização deles na Fazenda de Café do Refúgio, em São João da Boa Vista, escrita pelo seu proprietário, o Coronel Ernesto de Oliveira, que era irmão de Joaquim José de Oliveira, o nosso caro personagem destinatário das cartas escritas por Martinho da Silva Prado.

Esta história provavelmente é parecida com a história de muitas famílias Italianas que vieram para São João da Boa vista entre 1.888 e 1950 e que foram parar em Andradas. Como exemplos podemos citar os casos das famílias Sasseron e Rovaron, que vieram também da Fazenda do Refúgio, do Coronel Ernesto de Oliveira.

Uma das entrevistas, feita com Vanda Bergamin e mais alguns parentes, informa que teria existido na área urbana de São João da Boa Vista uma espécie de pequena hospedaria, que abrigava os imigrantes desembarcados do trem. Esse espaço ficava próxima da estação ferroviária de São João e nele os imigrantes esperavam os fazendeiros irem busca-los e leva-los para as respectivas fazendas. Ainda não conseguimos averiguar se realmente existiu, mas caso a sua existência seja comprada, certamente demonstra um fluxo considerável de imigrantes entrando em São João. Além disso, demonstra que as relações políticas Oliveira não se restringiu a beneficiar apenas a própria família, mas a fomentar a agricultura local levando mão-de-obra imigrante a todos os proprietários de terras dela necessitados.

A existência de uma infraestrutura desse tipo evidenciaria uma grande demanda por mão-de-obra e sua importância para o desenvolvimento da economia local.

DE SUBSTITUTO MAIS BARATA DA MÃO-DE-OBRA ESCRAVA A EMPREENDEDOR

Um dos recursos mais úteis quando se está escrevendo uma história desse tipo, é dar voz aos membros da comunidade. Por esta razão, nós começamos este capítulo com as falas dos Senhor Eugênio de Oliveira Ansani e de sua filha, Elvira Ansani, capitadas em uma entrevista feita no dia 7/05/2018, às 13 horas e 40 minutos, contando com informações dadas por Ana Sasseron em uma entrevista anterior:

Pesquisador: A Dona Ana Sasseron estava falando da questão da divisão da cidade, né? Que pra cima da igreja era onde que o pessoal italiano, quando veio pra cidade, começou a morar.

Elvira Ansani: Foi mesmo.

Pesquisador: E pra baixo da Igreja, é o pessoal mais antigo, né, um pouco.

Elvira Ansani: Olha!

Pesquisador: E agora, pelo que eu estou vendo, onde é o Sete de Setembro também tinha bastante italiano, né?

Elvira Ansani: Tinha, porque eles começaram ali.

Eugenio de Oliveira Ansani: A colônia italiana aqui é enorme. É coisa louca, viu! É por isso que Andradas cresceu muito, melhorou muito, cada um, cada família... até hoje tem muitas famílias que eles mesmos é quem cuidam das terras, não tem meeiro, os filhos, os netos, né? Os bisnetos.

A fala de Eugênio de Oliveira Ansani é, de certa forma, corroborada por um artigo de jornal escrito no começo do século XX, que indica a expressividade da colônia italiana em Andradas, se não em número, pelo menos em termos econômicos. Na primeira década do século XX o jornalista brasileiro Fábio Pereira trabalhava para o jornal *A Defesa*, um dos jornais da Cidade do Caracol - antigo nome de Andradas. No dia 22 de julho de 1917 publicou um artigo intitulado *Honra ao Mérito* em que apresenta a colônia italiana como

trabalhadora, proprietária, empreendedora e rica e promotora de riqueza e prosperidade na localidade:

É, sem dúvida, predominante neste município, a colônia italiana.

Em todos os ramos que constituem a nossa atividade coletiva e pública, tem a laboriosa colônia italiana, de Caracol, os seus representantes.

A nossa lavoura agrícola tem nesse elemento de progresso e de riqueza a causa única do seu aumento sempre crescente. O incremento que as nossas fazendas têm tomado ultimamente, produzindo resultados bastante compensadores aos seus felizes proprietários, é devido exclusivamente a essa laboriosa colônia que, procurando resultados satisfatórios aos seus esforços e às suas energias dispendidas, cultivando e valorizando imensamente essas propriedades agrícolas, permite aos seus proprietários resultados positivos, risonhos e benfazejos.

Essa pacata e preciosa colônia italiana, aqui domiciliada, conta no seu seio também muitos proprietários e fazendeiros, produzindo frutos salutareos que são produtos dos seus esforços sobre humanos e da sua constância eficaz e produtiva no trabalho.

É também no comércio local vantajosamente representada. Enfim, em todos os ramos da nossa vida ativa ela tem seus representantes, e numerosos, que concorre para a nossa riqueza e para o progresso e adiantamento do lugar. Um elemento desta ordem, de valor significativo, o primeiro entre todos os outros, concorrendo poderosamente para o aumento e valorização de nossa lavoura e para a riqueza do município, merecem certas e determinadas considerações que correspondem aos esforços e ao valor positivo e real do seu peso nos destinos públicos administrativos desta terra.

Não é admissível que um elemento numeroso e precioso, como este, seja deixado à margem, quando o maior incremento da riqueza existente e que muito leva aos cofres públicos lhe é devido, permitindo-lhes regalias de direito e que podem ser exigidas, porque não é permitido, antes tornar-se censurável, que um elemento assim, seja acintosamente e por capricho de nacionalidade, afastado dos negócios públicos do lugar.

A riqueza agrícola de Caracol é fato e está, indubitavelmente nas mãos desse elemento trabalhador e progressista. É preciso, portanto que lhe também se imiscua nos negócios públicos do lugar, tomando parte na administração pública, e orientando com a sua sábia e proveitosa economia os chefes que arbitrariamente dispõem disto como cousa própria, inconsciente e muitas vezes criminosamente. É preciso que representantes seus sejam mandados à corporação administrativa municipal, onde pugnarão, de verdade, pelos direitos dos fracos, pelo interesse da lavoura e para salvaguarda dos seus próprios interesses, muitas vezes prejudicados.

É preciso que a colônia italiana, de Caracol, desperte de uma vez dessa letargia inconveniente, e se pronuncie logo, exigindo os seus inegáveis direitos de auxiliar na administração local [...]⁶⁴.

⁶⁴ PREREIRA, Fábio. **Honra ao mérito**. Jornal *A Defeza*. Ano I – No 7 – Caracol, 22 de julho de 1917.

Essas informações começaram a nos defrontar com a incômoda e insistente questão: - quando e como os italianos e descendentes começaram a ser tornar proprietários e empreendedores? A resposta pode ser encontrada em inúmeras histórias parecidas com a do italiano Ângelo Basso, desembarcado no Brasil em 1888, que apresentamos no começo deste ensaio, é parecida com as narradas pelos descendentes de muitos outros famílias italianas: vieram para trabalhar nas lavouras de café das fazendas paulistas vizinhas, permaneceram unidos em famílias trabalhando em média um pouco mais ou um pouco menos de dez anos, até conseguirem juntar o capital necessário para comprar a sonhada terra. Muitos dos que vieram primeiro para São João da Boa Vista, e depois também para Espírito Santo do Pinhal, encontraram terras com preço acessível e disponíveis para venda na antiga Vila Caracol.

Em uma pesquisa de mestrado defendida em 2009, há a transcrição de uma entrevista com o descendente de vênets Ricardo Sasseron, coletada em 2003 **(NOTA)**. O Senhor Ricardinho, como era carinhosamente conhecido na cidade, aponta dívidas como motivo para os membros da antiga elite rural de Andradas terem vendido parceladamente suas terras aos imigrantes. Dívidas cuja origem ele não soube explicar na época, mas que teriam sido responsáveis por fraturar as grandes propriedades em milhares de minifúndios, muitos ainda hoje cultivados por mão-de-obra familiar:

Pesquisador: O senhor acha que a imigração teve a ver com a região hoje ser de pequenas propriedades e sítios?

Sr. Ricardo Sasseron: Tem, tem muito! Aqui, principalmente aqui em Andradas, mas em São João da Boa Vista também. Porque os colonos que saía das fazendas, que não foi só no Refúgio que veio colono italiano, em outras: Pratinha, Retiro, Paradô e muitas fazenda, e... As principal era essas, porque, então eles vieram, de perto que, ficaram sitiantes em São João da Boa Vista, em Santo

Antônio do Jardim, aqui em Andradas, em Ibitiura, tudo italiano que foi comprando os pedacinho de terra, fazendo uma chacrinha, e por ali foro aumentano, trabalhano com a família e aumentano a propriedade.

Pesquisador: No caso, eles compravam de quem?

Sr. Ricardo Sasseron: Geralmente de fazendero.

Pesquisador: De fazendeiros, por aqui, por Andradas? As fazendas eram muito grandes?

Sr. Ricardo Sasseron: Tudo quase fazenda grande, né? O meu pai comprou do Capitão Cyrillo. O Capitão Cyrillo, tem a rua capitão Cyrillo, aqui, porque ele foi prefeito de Andradas. E ele tinha fazenda grande, meu pai e meu tio Beto, porque o meu pai veio junto com o meu tio Beto, que era primo irmão, e o André Stivainin que era..., vieram os três juntos para cá. Eles compraro do Capitão Cyrillo.

Pesquisador: O Senhor não sabe se tinha mais outras fazendas?

Sr. Ricardo Sasseron: Tinha a do Alberto Bretas aqui que foi depois, isso mais pra diante, veio otros italiano, ou italiano daqui memo, que foro comprano. Tinha a dos Oliveira e dos Lobo, que os italiano foi entrano e foi comprano propriedade.

Pesquisador: E, no caso, por que eles vendiam esse pedaços para os italianos?

Sr. Ricardo Sasseron: Ah! Tudo eles tava endividado. Por que?... Eu num sei. E como? Tamém eu num sei, mas o sujeito tinha divida, então vendia um pedaço da fazenda. Como o italiano não tinha muito dinheiro, comprava a terra aos pedacinho. Como o fazendeiro sempre precisava de dinheiro, e tinha muita terra, ia vendendo os pedacinho, aos poquinho. E assim foi.

Dívidas da elite rural da Vila Caracol gerando vendas de terras aos imigrantes?

Para averiguarmos a hipótese de dívidas de fazendeiros locais como elemento promotor da oferta de terras para o imigrante, nós escolhemos o personagem citado por Ricardo Sasseron: o Capitão Cyrillo Alves dos Santos, português que chegou pobre ao Brasil e fez fortuna tocando varas de porcos para vender no Rio de Janeiro, segundo Nilza Alves de Pontes Marques. Em pesquisa de doutorado concluída em 2015 levantamos várias hipotecas nos Cartórios de Notas de Caldas, algumas delas registram o nome Capitão Cyrillo Alves dos Santos como uma das partes de contratos de transações de crédito, sendo a outra parte o capitalista Bernardo Jacintho da Veiga, juiz de Caldas e filho de um conselheiro do Império com o mesmo nome:

No total de todas as transações de compras, vendas e hipotecas feitas no território da antiga Vila de Caldas - que incluía Andradas - que se encontram registrados em seus dois Cartórios de Notas, não encontramos escrituras de compras e vendas do Capitão Cyrillo. Portanto, se as fez, fez por escrituras particulares não lavradas em cartório e não inscritas no Registro Geral de Imóveis, que contava com poucos anos de funcionamento na época. Na verdade, isso foi comum até ocupação e valorização das terras terem se intensificado a ponto de exigirem os registro dos contratos sobre imóveis no sistema cartorial e podemos afirmar, com relativa certeza, que o imigrante italiano teve importância nesse processo de valorização da propriedade imóvel em Andradas, porque dinamizou o mercado imobiliário intensificando a procura por terras cultiváveis. Então, quais foram as transações imobiliárias que encontramos do Capitão Cyrillo?

A primeira trata-se de uma escritura de dívida hipotecária, um capital que tomou emprestado do Doutor Bernardo Jacintho da Veiga por meio de um contrato de hipoteca lavrado em 21 de janeiro de 1887, o valor contabiliza 5:000\$000 réis - cinco contos de réis - e a garantia apresentada foi parte da Fazenda Bela Cruz, que se transformou no bairro rural de mesmo nome existente hoje em Andradas⁶⁵. Para ter uma ideia vaga dos valores na época, contas de mil réis eram consideradas relativamente pequenas, mas contos de réis eram dívidas relativamente altas.

Tais noções de valor podem ser averiguadas na tese *Xadrez Imobiliário: tabuleiro de terras, peças humanas e as novas regras*

⁶⁵ Escritura do Cartório de Notas do 1º. Ofício de Caldas, livro 8, folha 21, lavrada em 21/01/19887.

do jogo, ondem foram feitas deflações dos preços das terras na libra esterlina inglesa, moeda mais valiosa e estável da época⁶⁶. Segue uma descrição do imóvel hipotecado pelo Capitão:

Em outra escritura de 1887, mais 5:000\$000 contos de réis foram concedidos com a garantia da Fazenda Bela Cruz descritos somente como terras de culturas, a saber, um hectare equivale a 10.000 m² e um alqueire paulista, o menor deles, equivale a um pouco mais do dobro dessa medida: 2,42 hectares ⁶⁷.

Porém, parece que a unidade original da Fazenda Bela Cruz foi dividida entre vários proprietários entre 1887 e 1898 (provavelmente herdeiros por si mesmos ou por parte de suas mulheres), porque outros proprietários, que não o Capitão Cycillo, usaram partes delas como base de garantia hipotecárias para aquisição de empréstimos, a saber: Marcolino Alves da Silva e Urias José Ribeiros⁶⁸. Vejamos o caso de Marcolino Alves da Silva: em 1896, ele tomou emprestado do mesmo Dr. Bernardo 24:000\$000 (24 contos de réis), hipotecando entre 90 a 100 alqueires da mesma Fazenda Bela Cruz, com 40.000 pés de café, sendo 27.000 já formados e produzindo ⁶⁹. Tanto Marcolino como Urias conseguiram quitar as suas dívidas:

⁶⁶ ROVARON, Carlos Eduardo. **Xadrez imobiliário: as peças humanas, o tabuleiro de terras e as novas regras do jogo em Caldas-MG (Séc. XIX)**, São Paulo, 2015.

⁶⁷ *Ibid.* – p.467. (Versão não corrigida – CAPES USP)

⁶⁸ Vide escrituras: 1- hipoteca da pagina 97, Livro 12 do Cartório do 1º Ofício de Caldas, datada de 05/12/1894(devedor Urias José Ribeiro); 2 – hipoteca do verso da folha 35, Livro 13 do Cartório do 1º Ofício de Caldas, datada de 17/11/1896 (devedor Marcolino Alves da Silva); 3 – Quitação do verso da folha 33, Livro 13, datada de 17/11/1896 (Urias José Ribeiro quita a sua dívida); 4 – Quitação da folha 55, Livro 10 do Cartório do 2º Ofício de Caldas (Marcolino Alves da Silva quita a dívida de 1896).

⁶⁹ ROVARON, Carlos Eduardo. **Xadrez imobiliário:...** Op. Cit. – p. 468. (Versão não corrigida – CAPES USP)

DOCUMENTOS		DADOS GERAIS DA HIPOTECAS E QUITAÇÕES				
Contrato de Crédito Original	Escritura de Quitação	Garantia	Prazo	Juros	Crédito Original	Quitação: Capital e Juros
Hipoteca 05/12/1894	17/11/1896	Sítio Bela Cruz na Vila Caracol, com casas cobertas de telhas, paiol, monjolo, tulhas, 20 alqueires de café e mais benfeitorias.	5 anos	1,4%/mês	27:000\$000	31:616\$000
Hipoteca 17/11/1896	26/11/1898	Sítio Bela Cruz com cerca de 100 alqueires de terras de culturas “entre altos e baixos”, mais 40.000 pés de café e benfeitorias.	2 anos	1,4%/mês	24:000\$000	24:000\$000

Fontes: **1**- hipoteca da folha 97, Livro 12 do Cartório do 1º Ofício de Caldas, datada de 05/12/1894(devedor Urias José Ribeiro); **2** – hipoteca do verso da folha 35, Livro 13 do Cartório do 1º Ofício de Caldas, datada de 17/11/1896 (devedor Marcolino Alves da Silva); **3** – Quitação do verso da folha 33, Livro 13, datada de 17/11/1896 (Urias José Ribeiro quita a sua dívida); **4** – Quitação da folha 55, Livro 10 do Cartório do 2º Ofício de Caldas (Marcolino Alves da Silva quita a dívida de 1896). ROVARON, Carlos Eduardo. **Xadrez imobiliário**:... – P.454.

De qualquer forma, é possível afirmar que em 1887 havia uma dívida do português Capitão Cyrillo, fazendeiro na Freguesia de São Sebastião do Jaguari de Caldas, que ainda não havia se tornado vila. Ao que parece, Cyrillo conseguiu quitar a dívida, já que não encontramos em Caldas execuções judiciais dessa dívida no arquivo do Fórum e tão pouco de transferência da propriedade para Bernardo Jacintho da Veiga nos cartórios. A quitação, feita de alguma forma, fica suposta, pois, apesar de seu título não ter sido encontrado, a escritura pode muito bem ter sido feita informalmente - como um

contrato de gaveta – ou ter sido lavrado no Cartório do Juiz de Paz de Caracol, cujo acervo infelizmente não sobreviveu até nossos dias⁷⁰.

De qualquer maneira, essas dívidas, tanto a de Cyrillo como dos outros, podem reforçar o estereótipo da elite luso-brasileira ainda com o ranço da escravidão sobrevivendo mesmo depois da abolição, acontecida em 1.888: uma elite que considerava o trabalho manual como inferior, coisa de escravos, que vivia de rendas, da exploração da mão-de-obra escrava, que era imprevidente, que não poupava e nem pensava no futuro e que vivia sempre afundado em dívidas. Poderíamos resumir essa figura com uma imagem descrita por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*, algo como: aquele que quer colher os frutos sem ter plantado a árvore⁷¹.

Em parte isso pode até ser verdade, não negamos, porém, mesmo assim, as operações posteriores a dívida de 1887 revelam o Capitão Cyrillo como um hábil jogador financeiro num contexto de crise econômica e alta inflação, durante o começo daquilo que podemos considerar como a estruturação de um sistema financeiro capitalista formal no Brasil (que inclui os bancos como os conhecemos hoje, que realizam operações de crédito):

Em 16 de Junho de 1891 esse capitalista (**Bernardo Jacintho da Veiga**) adquiriu do credor Capitão Cyrillo Alves dos Santos, morador na Vila Caracol⁷², o crédito hipotecário de 13 contos de réis, originado pela hipoteca passada pelo devedor Joaquim Roberto da Costa ao referido capitão no Cartório do Juiz de Paz da Vila Caracol meses antes, em 21 de abril do mesmo ano. Pelo direito a esse crédito Bernardo Jacintho da Veiga pagou 8:000\$000 réis, o que significa que

⁷⁰ Sabemos que ele existiu por referências a ele existentes em escrituras dos Cartórios de Notas de Caldas.

⁷¹ HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 27. Ed. São Paulo : Companhia das Letras, 2017.

⁷² Nessa época a região de Andradas já havia se emancipado da Vila de Caldas tornando-se município independente com este nome.

se conseguisse receber a dívida teria um lucro de 5 contos de réis mais os juros, portanto, tratou-se de uma operação de cessão que permitia especulações ⁷³.

Em 1892 o Capitão Cyrillo Alves dos Santos da Vila Caracol transferiu outro crédito para Bernardo Jacinto da Veiga: 40:000\$000 réis que emprestou a Urias José Ribeiro e João Fernandes Negão para a aquisição de terras e materiais necessários para a construção de benfeitorias e plantações de cafezais: "*Disseram mais os outorgados devedores que a dívida acima mencionada é proveniente de terras, casas, cafezais e benfeitorias que muitos de seus construtos adquiriram do outorgado credor*". Esse contrato está descrito como *transferência de dívida* e não como *transferência de hipoteca* e parece indicar que era uma dívida com título que dava direito de ação apenas pessoal e não real, ou seja, os imóveis não estavam hipotecados garantindo a dívida. O contrato previa o prazo de três anos com pagamentos feitos em três parcelas iguais e sem juros no caso de pagamento dentro do prazo, mas com juros de 1% ao mês correndo no caso da falta de pagamento pontual. A aquisição desse crédito parece mais uma ajuda para receber prestada por Veiga a um amigo do que interesse no lucro de fato ⁷⁴.

Na região, entre os anos de 1880 e 1890, as transações de crédito em geral são feitas com juros baixos em relação aos dos bancos de hoje, que chegam aos 13% ao mês. Podemos sustentar isso mesmo no caso das hipotecas passadas por capitalistas profissionais como Bernardo Jacintho da Veiga ⁷⁵. Além disso, as análises do último trecho acima revelam que Capitão Cyrillo, dentre outras atividades, vendia materiais de construção também a crédito, o que parece ser a origem da dívida de Joaquim Roberto da Costa para com ele, que depois foi 'comprada' por Bernardo Jacintho da Veiga, embora 'comprada' não seja o termo técnico adequado em Direito hoje. Essas informações já bastam para dar crédito a tradição oral de Ricardo Sasseron, de fato havia um contexto de endividamento dos proprietário de terras da Vila Caracol, justamente

⁷³ ROVARON, Carlos Eduardo. **Xadrez imobiliário**:... Op. Cit. – p.470. (Versão não corrigida, CAPES-USP).

⁷⁴ *Ibid.* - p.472.

⁷⁵ *Ibid.* – Vide o exemplo de caso de Bernardo Jacintho da Veiga ao final da tese.

no momento em que os imigrante estavam chegando. Mesmo averiguando que as dívidas foram quitadas nos casos mencionados acima, é fato que dinheiro em espécie era um bem centralizado nas mãos de poucos e que sua obtenção via empréstimos podia custar caro (juros). Mas, o que, além de comportamentos culturais da elite e da escassez da meio circulante, poderia estar contribuindo para os endividamentos? A resposta é uma crise econômica chamada *Encilhamento*, ocorrida entre 1889 e 1894, durante a chamada *República da Espada*.

Essa crise foi uma bolha econômica – poderíamos descrevê-la como uma espécie de bolha de crédito – que ocorreu no Brasil entre o final da Monarquia e início da República, tendo como resultado uma alta inflação e desvalorização do réis. É por esse motivo que consideramos que o Capitão Cyrillo demonstrou certa habilidade financeira, ele ‘vendeu’ dívidas à uma pessoa da Vila de Caldas, formada em Direito, que havia sido juiz e que tinha melhores condições de receber a dívida, não só pelo seu *status* como pelos seus conhecimentos técnicos dentro do Judiciário da época. Ele certamente percebeu a crise e achou melhor receber parte do capital do que o perder totalmente, por isso fez operações de cessão de dívida a Bernardo Jacinto da Veiga.

Mesmo assim, perspicácia e habilidade não parece ter sido o suficiente para resolver os problemas financeiros de Capitão Cyrillo durante e logo após a crise, pois o testemunho oral do Senhor Ricardo Sasseron informa que as terras de sua família foram obtidas por compra desse personagem luso-brasileiro. Para verificar tal informação, seria necessário fazer um levantamento também nos Cartórios de Notas e do Registro Geral na Vila Caracol, instalados em 1918, já que nos de Caldas não encontramos nada a respeito. Esse levantamento é necessário para estudar o que sobrou registrado das

aquisições de imóveis pelos imigrantes italianos e seus descendentes que, ao que parecem, aconteceram principalmente no começo do século XX, períodos em que muitas famílias já haviam juntado o capital necessário para a aquisição de pequenas parcelas de terras.

Com relação aos outros dois casos vistos - Marcolino Alves da Silva e Urias José Ribeiros - apesar de terem quitado as duas dívidas, praticamente todas as partes da Fazenda Bela Cruz foram parar de alguma forma nas mãos de Bernardo Jacintho da Veiga, credor tanto deles quanto do Capitão Cyrillo no intervalo de tempo entre de 1887-1898. Há uma hipótese para explicar o fato:

Voltando o foco para as transações hipotecárias do Doutor Bernardo nos Cartórios de Notas de Caldas, houve a disparidade de um número de hipotecas muito maior que o número de quitações. Essa disparidade pode ser explicada pela possibilidade de essas hipotecas terem sido quitadas nas localidades, nos Livros de Notas dos Juízes de Paz, coma havia em São Sebastião do Jaguarí, depois vila Caracol, ou em decorrência dos pagamentos terem sido feitos em terras, camuflados com o nomes "*compra, paga e quitação*" e "*compra e venda*". A hipótese de que muitos dos pagamentos das dívidas foram feitos com terras nos veio a mente observando os bens imóveis arrolados no inventário de Bernardo Jacintho da Veiga, datado de 04/06/1900:

Distrito do Caracol:

Fazenda Bebedouro com terras, cafezais e benfeitorias, inclusive o café na árvore, sendo pela metade por se achar a fazenda **a meia com Joaquim Branco**. – 51:350\$000

Fazenda Bela Cruz, terras, cafezal e todas as benfeitorias, inclusive metade do café na árvore, por se achar **a meia com Urias José Ribeiro**. – 17:130\$000

Fazenda Bela Vista, em comum, terras de cafezal e benfeitorias e metade do fruto de café na árvore, por se achar **a meia com João Porcino de Paiva**. – 10:900\$000

Parte de terras da chácara do Coronel Oliveira em comum, tendo sido de Felicíssimo Nunes. – 800\$000.

Distrito de Santa Rita:

Uma parte de terras de 30 alqueires mais ou menos, que foi de João Lins de Deus – 1:105\$000⁷⁶.

O texto do inventário revela que as relações de trabalho por contrato de ameia foram uma alternativa usada para substituir a relação de trabalho senhor/escravo. As entrevistas também revelam vários imigrantes e descendentes que começaram a trabalhar como meeiros, nas terras tanto de locais como de outros imigrantes vindos em períodos anteriores, que já haviam comprado as suas terras.

O fato é que tanto as ricas terras com café da Fazenda Bela Cruz, como de outras propriedades na Vila Caracol, que foram herdadas pela filha do Doutor Bernardo, Iria, acabaram caindo na mão de um italiano, José Vicente Torri, que se casou com ela. Uma história exótica como muitas coisas no Brasil: uma mulher finamente educada pelo pai, que era membro de uma importante família ligada ao Partido Moderado durante o Império, filha dele com uma índia, que quando adulta se casou com um imigrante italiano, que veio tentar a sorte na América. Além de ter recebido educação digna das mulheres da elite e de ser herdeira de uma rica fortuna, segundo a tradição oral, Iria da Veiga era muito bonita.

Exotismo a parte, de fato, o relato de Ricardo Sasseron encontra fundamento documental: houve um endividamento da elite rural da região de Andradas entre o final do século XIX e o início de XX, que pode ter favorecido a vendas parceladas das fazendas para os imigrantes, contribuindo para produzir a configuração minifundiária da zona rural do município na atualidade.

⁷⁶ Apud.: ROVARON. Carlos Eduardo. **Xadrez Imobiliário:...**, 2015 – p.478. Documento consultado – Arquivo do Fórum de Caldas: Inventário dos Bens de Bernardo Jacintho da Veiga – N^o. Protocolo 308. Maço 9 – 04/06/1900 – verso da folha 17. Grifos nossos.

A aquisição de terras pelos imigrantes – exemplos e características

Em 2003, quando fizemos a entrevista com o Senhor Ricardo Sasseron, durante o processo de pesquisa e elaboração de uma dissertação de mestrado finalizada e defendida no começo de 2009, não podíamos imaginar que ela se tornaria uma fonte extremamente útil para o projeto *História da Imigração Italiana em Andradas*. As considerações finais da dissertação, *Ocupação da Caldeira Vulcânica de Poços de Caldas-MG*⁷⁷, mais esta entrevista, deram-nos o norte para começarmos a desenvolver o presente trabalho. Na referida entrevista, nos trechos já transcritos na parte anterior, Ricardo Sasseron cita a figura italiano André Stivanin, que teria vindo para Andradas junto com seu pai e seu tio, todos italianos:

[...] meu pai e meu tio Beto, porque o meu pai veio junto com o meu tio Beto que era primo irmão, e o André Stivainin que era..., vieram os três juntos para cá. Eles compraro do Capitão Cyrillo⁷⁸.

A fala permite duas possibilidades de interpretação, que não podemos mais averiguar com o entrevistado, por ele não se encontrar mais entre nós: 1 - André Stivanin veio junto com seus parentes em busca de terras para comprar em Andradas; 2 - André Stivanin acompanhou os seus parentes e os auxiliou a encontrar terras para comprar em Andradas.

Nas entrevistas sempre há informações de laços de solidariedade e amizade entre as famílias italianas, muitas vezes emigradas juntas para o Brasil. Não são raros casos em que a informações da tradição oral de uma família completam a de outra.

⁷⁷ ROVARON, Carlos Eduardo. **Ocupação da região da Caldeira Vulcânica de Poços de Caldas - MG (Séc. XVIII-XX)**, São Paulo, 2009.

⁷⁸ *Ibid.* - veja a parte final da dissertação.

No caso, vemos nesta fala informações sobre laços de amizade entre a família Sasseron e a Stivanin.

Usaremos o caso dos Stivanin para continuar contando um pouco sobre os investimentos e aquisições de terras de Andradas pelos italianos, o que de certa forma já começamos com a apresentação da entrevista de Ricardo Sasseron.

No dia 05/05/2018, às 14 horas e 39 minutos da tarde, fomos à casa da família Stivanin, onde realizamos uma longa entrevista com Zenaide Stivanin Galhardo, que conhece detalhes da trajetória de seus ancestrais da Itália até a compra de terras e fixação em Andradas. A riqueza de detalhes não só tem raízes na preservação da tradição oral familiar, como em inúmeros documentos de seus ancestrais ainda guardados, dentre os quais, um diário de seu avô italiano, Giuseppe Stivanin, irmão de André Sitivanin, o mesmo que acompanhou o pai vênето de Ricardo Sasseron até Andradas.



Giuseppe Stivanin e sua esposa, Ana Casarotto Stivanin

Seguem alguns trechos que julgamos bastante ilustrativos e esclarecedores:

Pesquisador: Entendi, e o que você pode falar para nós sobre as origens destes quatro lados? Por que lado você quer começar? Stivanin?

Zenaide Stivanin Garlhardo: O que eu conheço mais é Stivanin.

Pesquisador: O que você pode falar para nós sobre a origem deles? De que região eles vieram da Itália? Quando eles vieram? Como eles vieram? Por que eles vieram?

Zenaide Stivanin Garlhardo: Então, eu acho que quem tomou a decisão mesmo de vir, foi Santo Stivanin, que era pai do meu avô Giuseppe Stivanin. Porque ele veio com a família, eram dois irmãos, Giuseppe e André, e duas irmãs, Catarina e Luiza. E ele veio com os três e o Giuseppe ficou para trás, porque ele estava servindo o Governo ou ele precisava servir o Governo, já que eles tinham a intenção de voltar, né?

Pesquisador: Servir o que? O Serviço Militar?

Zenaide Stivanin Garlhardo: É, é, exatamente. Ele ficou dois anos lá na Itália, depois que ele veio.

Pesquisador: De que região da Itália a família Stivanin é originária?

Zenaide Stivanin Garlhardo: Eles são de Vêneto.

Pesquisador: Do Vêneto?

Zenaide Stivanin Garlhardo: Da Comuna de Torri di Partissolo, de Vicenza.

Pesquisador: De Vicenza... E você sabe mais ou menos a data que ele veio para cá, não?

Zenaide Stivanin Garlhardo: Se meus avós, meus bisavós, vieram dois anos antes, então eles vieram em 1893. Porque o meu avô chegou aqui em janeiro de 1895. Chegou em São Paulo, a família, o irmão e o cunhado dele estavam esperando lá. Ele nem passou pela imigração...

Pesquisador: Nossa, vocês têm essa memória da família bem viva ainda, né?

Zenaide Stivanin Garlhardo: Nós temos porque o Nono escrevia tudo, o Nono Giuseppe Stivanin, ele escrevia tudo, desde que ele saiu de Gênova, ele foi anotando num diário a sensação que ele tinha, por onde eles passavam, se ele estava feliz, ele foi escrevendo, tudo em italiano e a gente traduziu.

Pesquisador: É um diário de viagem?

Zenaide Stivanin Garlhardo: É um diário de viagem. E depois, na mesma cadernetinha, ele foi anotando desde o primeiro dia de serviço dele, tudo, onde que ele trabalhou, o que que ele fez, ele e o irmão Andrea, sabe, ele foi anotando tudo, o que eles ganhavam. E depois de 16 anos na Fazenda do Refúgio, ele comprou o Bairrinho.

Pesquisador: E esse diário de viagem, ele existe ainda ou não?

Zenaide Stivanin Garlhardo: existe.

Pesquisador: Vocês têm guardado?

Zenaide Stivanin Garlhardo: tem.

Pesquisador: Olha!

Zenaide Stivanin Garlhardo: É uma preciosidade.

Pesquisador: Que preciosidade, hein!

Escolhemos essa entrevista, justamente pelo fato de Zenaide não só ser depositária da tradição oral familiar, como conhecer toda a documentação da família, desde o século XIX, que sustenta essa tradição. Os trechos que seguem são interessantes para mostrar as características dessa família, que veio com conhecimentos técnicos na área de construção civil, que foram muito bem aproveitados e encaixados numa realidade brasileira carente de mão-de-obra especializada. Essas características ajudaram a família a ganhar o capital necessário para aquisição de terras, juntamente com o trabalho na lavoura:

Zenaide Stivanin Garlhardo: Santo Stivanin é o nome do pai, casado com Maria Barsan. E depois... então, ele trouxe os filhos André, na língua italiana escreve Andrea, Catarina e Luiza. Agora, eu não sei se o André já veio casado, porque... mais para frente, ali no diário, o filho do André já trabalha com eles (**refere-se ao diário de Giuseppe Stivanin, irmão de André**). E eles eram pedreiros, na Itália.

Pesquisador: Ah! Eles eram pedreiros?

Zenaide Stivanin Garlhardo: É, eram pedreiros, *muratore*, está escrito no...

Pesquisador: Mas eles eram pedreiros de construir casa mesmo ou eles eram aqueles uns que sabiam cortar pedra?

Zenaide Stivanin Garlhardo: Não, não, de construção. Tanto, que o meu avô, enquanto ele ficou na Itália, esses dois anos, ele fez curso de desenho arquitetônico. Ele tem o curso de... Diziam os meus tios, a gente não chegou a pegar... que esse pilares e os arcos da Igreja Matriz, que o Padre Mariano Garzo, que foi o construtor, ele ia lá no sítio para o meu avô explicar como que fazia, porque o meu avô já era doente, ele não podia vir para a cidade, então o meu avô ajudou na construção...

Pesquisador: Então o seu avô ajudou a projetar a Igreja de Andradas hoje.

Zenaide Stivanin Garlhardo: É. A parte técnica, né? E de desenho também, porque ele tinha tudo guardado.

Pesquisador: Pelo que a gente sabe, essa Igreja aí, teve mão da comunidade de imigrantes italianos toda, né?

Zenaide Stivanin Garlhardo: Teve, porque foi feita em sistema de mutirão, né? Então... a mão-de-obra mais a capacidade de quem já tinha prática.

Neste outro trecho, além de informar as habilidades de construtores dos Stivanin, informa sobre os lugares onde começaram a trabalhar como tais e também os seus laços de parentesco com a família Sasseron:

Pesquisador: Ah! Que legal! Então muito do que está construído na Fazenda do Refúgio, quem fez foi o seu avô?

Zenaide Stivanin Garlhardo: O meu avô, eu digo, eles né, o André...

Pesquisador: Eu digo muito, não tudo.

Zenaide Stivanin Garlhardo: Não tudo, não. Deixa eu te falar, o Ernesto de Oliveira, ele tinha quatro fazendas grandes e mais campos, muitos campos por ai, por essa divisa com Minas Gerais. Então tinha épocas que eles iam numa fazenda, fazer ou um encanamento, ou pintar uma casa, ou reformar, depois tinha época que eles iam para outro lugar. Então eles iam para as quatro fazendas grandes.

Pesquisador: Era Pratinha, Refúgio, Desterro e a outra eu esqueci o nome....

Zenaide Stivanin Garlhardo: Cachoeira! Cajoeira, porque o meu avô, no início ele escrevia 'cajoeira', depois que ele passou para o português.

Pesquisador: Do lado dos Sasseron do Mamonal, a Fazenda Cachoeira fica lá do lado. Daquele Sasseron da Serra.

Zenaide Stivanin Garlhardo: É, que são parente nosso também, aquele Sasseron lá, que chama Daniel.

Alguns outros trechos dão informações sobre o sobre o processo de aquisição de terras, que é bastante parecidos com de outras entrevistas, mostrando, de certa forma, o que podemos chamar de uma espécie de padrão geral na busca e no investimento em terras. O trechos que seguem descrevem a trajetória de Giuseppe Stivanin, desde a recepção que o seu irmão Andrea e o cunhado lhes deram na cidade de São Paulo, até comparar as suas terras em Andradas:

Pesquisador: Então, de São Paulo eles pegaram o trem (Giuseppe e Andrea Stivanin, mais o cunhado), foram até Capinas, e de Capinas, provavelmente pegaram o ramal da Mogiana, que é a ferrovia que passa aqui por Espírito Santo do Pinhal e em São João da Boa Vista. E aí, ele ficou em São João da Boa Vista. Foi isso?

Zenaide Stivanin Garlhardo: Eles ficaram uma semana em São Paulo. Eu acredito que nessa uma semana eles ficaram estudando a possibilidade de fazer alguma coisa em São Paulo. Mas, ai, depois de

uma semana, como a família já estava aguardando eles aqui, eles vieram para a Fazenda do Refúgio, e já começaram a trabalhar como pedreiros. Eles foram aproveitados na Fazenda do Refúgio sempre trabalhando como pedreiros.

Pesquisador: Então, eles não chegaram... você sabe se eles ficaram em algum lugar em São João, em alguma mini hospedaria em São João, esperando o Coronel? Ou se foram direto para a Fazenda?

Zenaide Stivanin Garlhardo: Foram direto para a fazenda, porque o meu avô fala no diário, que ele chegou na casa do pai e que a família estava aguardando ele com uma festa. Deve ser um jantar, alguma coisa assim, como todo mundo, né?

Pesquisador: E ele então nunca chegou a trabalhar no café, sempre como construtor?

Zenaide Stivanin Garlhardo: Olha, eu acredito que quando não tinha serviço de construção, ele trabalhava no café também, porque, como que ele conseguia, né... e as irmãs, o resto da família trabalhava também, né?

Pesquisador: Ele ficou quantos anos na Fazenda do Refúgio?

Zenaide Stivanin Garlhardo: Dezesesseis anos.

Pesquisador: Dezesesseis anos e juntou um dinheirinho. Como ele ficou sabendo de terra aqui em Andradadas? Como ele veio parar em Andradadas? Você sabe?

Zenaide Stivanin Garlhardo: Porque o irmão dele, Andrea, comprou um pouco antes, uma ano antes, mais ou menos, comprou um sítio aqui. E antes do André, outros italianos que moravam na Fazenda do Refúgio, também compraram. Dizem, não sei se é verdade, que pela distância da cidade, você sabe quem veio primeiro. No caso nosso aqui, seria, então, os Trevisan, né? Depois teve o Campanari, depois teve os Stivanin, os Sasseron, os Campesi, os Batistão, os Zavanin, e depois os Stivanin, irmão, né, o José, que veio dois anos depois.

Pesquisador: Entendi. Então teve o irmão que comprou terras antes dele aqui. Você sabe como que eles ficaram sabendo dessas terras? Se algum fazendeiro em São João funcionou como corretor. Quem contou que tinha terra pra vender aqui em Andradadas?

Zenaide Stivanin Garlhardo: Os próprios italianos que moravam aqui na cidade. Eles tinham parentesco, então eles foram contando, então quando sabiam que tinha um sítio e a pessoa já tinha o dinheiro, eles vinham... o meu avô comprou o sítio pequeno, depois foi comprando em volta...

Pesquisador: Então, o nome do sítio que o seu avô comprou é o...?

Zenaide Stivanin Garlhardo: Bairrinho.

Pesquisador: Bairrinho. Em que região de Andradadas fica essa terra hoje?

Zenaide Stivanin Garlhardo: Hoje? Na Serrinha.

Pesquisador: Na Serrinha?

Zenaide Stivanin Garlhardo: É. E a Santa Luzia, aqui, na Serrinha.

Pesquisador: Em que época, mais ou menos, ele comprou? No começo do século XX?

Zenaide Stivanin Garlhardo: 1911. Eles vieram em outubro de 1911, eles vieram pra cá. Com quatro filhos pequenos. Meu avô, novo ainda(o Giuseppe Stivanin), né? Meu avô e minha vó e quatro crianças pequenas. E o meu pai, ele chegou aqui, e o meu pai nasceu logo depois.

As atividades produtivas desenvolvidas por esses vênets no Sítio Bairrinho também são características, podem mesmo ser apontadas como gerais na região. Zenaide descreve bem elas ao falar das reformas e restaurações que a sua família fez nas estruturas da propriedade de seu avô, Giuseppe Stivanin. É um poético e clássico exemplo de apropriação da própria história por meio do contato com a cultura material, no caso, produzida pelos próprios ancestrais:

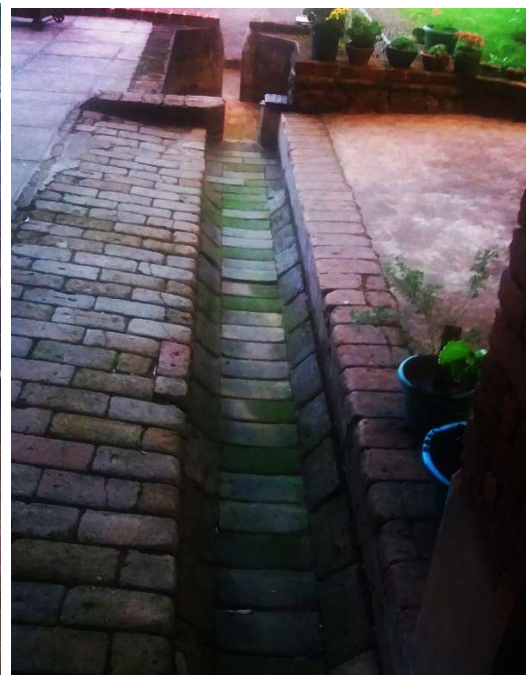
Zenaide Stivanin Garlhardo: Na verdade, nós começamos a conhecer bem mesmo o nosso avô, nossa avó e os tios também, os irmãos do meu pai, através dessa reforma, você entende? Porque aí, você foi ver, o moinho, tem a data quando ele construiu o moinho. Foi uma das primeiras coisas que ele fez quando ele chegou lá. Pra fazer o moinho ele fez o açude, teve que canalizar água, certinho, tudo, né?

Pesquisador: Tinha que ter o fubá, né?

Zenaide Stivanin Garlhardo: Tinha que ter o fubá! E ele fez o monjolo, né? Que o monjolo ajudava na criação dos porcos, essas coisas. E, depois então, ele começou a plantar, ele chegou e já plantou café e uva. Já tinha café lá...

Pesquisador: Isso que eu queria perguntar para você: que atividades esses Stivanin começaram a desenvolver em Andradas. Já tinha café lá e ele continuou tocando o café?

Zenaide Stivanin Garlhardo: Já tinha café. E na Fazenda do Refúgio eles já trabalharam com café, tanto que o lavador de café da Fazenda do Refúgio, que foi o meu avô que fez, ele fez um igualzinho aqui no sítio.



Propriedade de Giuseppe Stivanin

A sequência dessa entrevista mostra o ponto de inflexão, quando Giuseppe Stivanin transitou da agricultura tocada pela mão-de-obra familiar para uma escala produtiva maior, em que ele tornou-se o empregador. Não parou por aí, uma vez atingida a posição de um médio a grande produtor de café, decidiu tornar-se o

intermediário entre a produção local e os compradores de café no Porto de Santos:

Zenaide Stivanin Garlhardo: Seguindo o livro dele, no início ele não tinha meeiro, tinham as famílias que moravam lá e que ele pagava por dia. Então, hoje, fulano de tal: plantar uva, plantar café, limpar catingueiro, essas coisas tudo. Então, vai seguindo e vai vendo o que eles fizeram. Então, ele começou a plantar café. Quando ele começou a produzir mais café, ele achava que não estava certo o intermediário, que no caso era o nosso tio, Pedro Campesi, que tinha a máquina de café ali nos Campesi. Então o que que ele fez? Ele comprou e montou a máquina dele.

Pesquisador: De café...

Zenaide Stivanin Garlhardo: De café. Ah... não foi muito tempo não, uns quinze anos depois que ele veio para Andradas....

Pesquisador: Era máquina a vapor ainda?

Zenaide Stivanin Garlhardo: É! Tem lá a locomotiva. Ele comprou essa locomotiva numa fazenda perto de São João da Boa Vista...

Pesquisador: Olha! Isso é legal de tirar foto! É uma raridade de máquina!

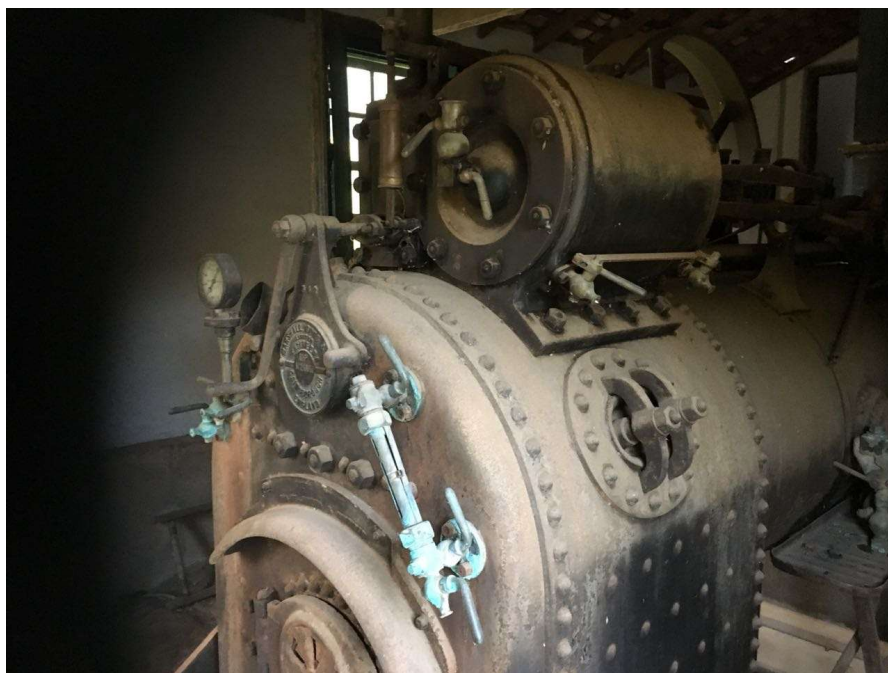
Zenaide Stivanin Garlhardo: É, raríssimo! Quem vai lá acha um fenômeno. E aí, diz que eles contrataram um carretão, com quinze juntas de bois e vieram andando, devagarzinho e com a locomotiva em cima do carretão. Diz que chamava a atenção, que o povo, assim, ia para a estada pra ver eles passar com aquele carretão, com o vapor em cima. Ai depois ele comprou a máquina de café em São Paulo, e a fábrica lá mandou técnico pra montar a máquina de café. Tem todos os documentos ai. Todos não! Tem muito documento, que indica os nomes das ruas...

Pesquisador: Com essa máquina, ele passou a ser o intermediário, também.

Zenaide Stivanin Garlhardo: É, ai ele começou a exportar... exportar não! Vendendo direto em Santos. Então, ele levava uma semana para ir até Santos e voltar de trem.

Pesquisador: Então, ele usava a ferrovia de Espírito Santo do Pinhal?

Zenaide Stivanin Garlhardo: Exatamente. Aí ele começou mandando o café dele, depois ele começou mandando o dele o os dos meiros, nessa época ele já tinha meeiro. Então ele comprava dos meiros, limpava, mandava de carroça até Pinhal e depois, de lá...



Nesse grau de desenvolvimento da empresa agrícola criada por Giuseppe e sua família, ele começou a necessitar terceirizar alguns serviços, como o do transporte do café que mandaria para Santos até a Estação Ferroviária de Espírito Santo do Pinhal. Suas atividades produtoras passaram a sustentar certo número de carroceiros, que lhe prestavam esse serviço de transporte:

Pesquisador: E esse transporte de carroça até Pinhal? Ele tinha as próprias carroças, ou ele contratava carroceiros, porque eu peguei entrevistas com outras famílias, em que há vários italianos que se dedicavam a atividade de carroceiros...

Zenaide Stivanin Garlhardo: Não, ele contratava, contratava. Tem tudo anotado ali, quem eram os carroceiros... Eu conheci um, que morava em frete a minha casa, quando eu morava aqui na Eduardo Amaral, que ele puxou café com o meu avô. Ele mudou lá, ficou sabendo que eu era Stivanin, ele me chamou e me contou a história. Ai, ele disse, também, que na época os carroceiros comentavam entre eles que no muro de pedra, lá, tinha um cofre onde o meu avô guardava dinheiro. Então, essa história corria entre os carroceiros que trabalhavam para o meu avô. (Risos) E eu falei que se tem mesmo, nós não sabemos, porque nunca ficamos sabendo. e se fosse verdadeiro ele teria falado para o meu pai, que morava junto com ele, né?

Pesquisador: Então, esse serviço de transporte do café, que ele produzia, até a Estação Ferroviária de Espírito Santo do Pinhal, ele terceirizado para carroceiros aqui da região.

Zenaide Stivanin Garlhardo: E depois essas carroças vinham carregadas de produtos que vinham até Pinhal, aqui pro comércio da cidade. E pro meu avô, que eles traziam o açúcar, traziam as coisas, que ele precisava fazer o vinho...

Em paralelo a produção de café ele também manteve a produção de vinho. Na propriedade ainda há a adega de vinho, do lado da máquina de café que construiu, ambas as construções e máquina extremamente bem preservadas e restauradas, uma infraestrutura praticamente congelada no tempo, um museu a céu aberto. O vinho também era transportado pelos carroceiros até Espírito Santo do Pinhal, em cartolas de 100 litros, que eram mandadas pela ferrovia para: São Paulo, Jundiaí, Amparo (perto de Pedreiras) e Rio Claro.

Há vários testemunhos orais de imigrantes italianos não tão afortunados como o Giuseppe Stivanin, que, dedicando-se a atividade de carroceiros, ganharam a vida ou complementaram a renda de seus pequenos sítios. Muitas vezes, essa profissão era ensinada para os filhos. Por muitos anos cruzaram as divisas de Minas e São Paulo num vai e vem de carroças, hora em Andradas, hora em Pinhal. Carroças que aos poucos foram sendo substituídas por caminhões, principalmente depois que as ferrovias foram

desmantadas pela política desenvolvimentista do Governo JK, nos anos de 1950.

Em nossas entrevistas, a profissão de carroceiro foi desmembrada por gente dos Betella (entrevista com Dona Júlia Betella Furlan, 98 anos), por gente dos Ansani (Entrevista com Eugênio Ansani de Oliveira, 94 anos) e por gente dos Bressanin (entrevista com Vivaldi Bressanin). Vejamos o caso dos pais Júlia Betella Furlan, que eram italianos de Bresser e vieram para o Brasil num navio a vapor chamado Candestrino: José Betella, que saiu da Itália com dezoito anos e foi para Argentina antes de vir para o Brasil:

Dona Júlia: Eles foro morá lá nos Oliveira, nos antigo, lá...

Pesquisador: Em São João da Boa Vista? As fazendas dos Oliveira em São João?

Dona Júlia: Não, veio aqui em Andradas memo.

Pesquisador: Eles vieram direto para Andradas?

Dona Júlia: E chegô aqui, meu pai trabalhava na roça, né? Uns tempo, né? Não sei quanto tempo, eu num lembro. Aí, depois ele comprô uma carroça e ele comprô uma chacinha aqui, que hoje é a Vila Betella. Mas era um pedaço até pequeno, né Luís, você conhece. E ele foi morar lá. E lá minha mãe teve quatorze filho, tudo na mema casa. E casaro e sairo de lá tudo casado [...] lá naquela chácara. E ele plantou parreira.

Pesquisador: Ah! Parreira. Qual uva, você sabe, ou não?

Dona Júlia: É, parreira. Eu vô chega lá, né? Eu comecei do começo pra depois eu alembrá, senão depois eu esqueço.

Pesquisador: Está certo.

Dona Júlia: Ai, depois lá da chácra, ele começô... os filho foro crescono, trabalhava, tocava a chacinha e meu pai comprô uma carroça. Ai, aqui num tinha caminhão. Então, vinha mercadoria pras venda, vinha tudo de Pinhar.

Pesquisador: Ah! De Pinhal?

Dona Júlia: É. O meu pai ia buscá cum a carroça, ai chovia muito aquela época, dava enchente e as veis num podia nem passá, porque num tinha ponte, era pinguela pra passá daqui pra Pinhar, naquela época. E ele trazia mercaduria nas venda aqui: o Berto Cassetari, tinha o João Nhola, o Berto Nhola, naquela época. Tinha, acho, que só quatro venda. O resto, não tinha nada aqui. Casa tamém muito poca. A igreja era de tábua. E tinha muito poca coisa.

Pesquisador: Ele fazia, então, o trabalho de transporte.

Dona Júlia: É. Ai ele fazia transporte de lá pra cá, de Pinhar pra cá. E depois ai, ele foi trabalhano, os filho trabalhano, ele comprou uma chacinha lá perto da Sovis, lá da Igrejinha de Cipriana, lá, e plantô café, mas pedaço pequeno. E a chacinha alí, ficamo ali. Cresceu tudo alí e já morreu todos. Só ficou eu de resto, eu sou a urtima. E ele, quando ele num podia mais trabalhá com a carroça, os filho que tocava

o cafezinho, que tocava a parrera, ele vendia o vinho, né? Tinha a adeguinha dele lá, na casa, perto da casa, que tá lá até hoje a casa. Ele vendia o vinho pra... esqueci o nome... vendeu também pro Pagani, vendeu primeiro... até meio parente dos Basso, aí, esqueci o nome... E o Pagani começou a comprar o vinho dele [...].

Pesquisador: Então ele que abastecia todo o comércio de Andradas por carroça. E ele trazia essas mercadorias de onde? Do terminal ferroviário?

Dona Júlia: É. E lá eles tinha um rancho, na saída de Pinhar, até poucos anos ainda tinha, que quando eu ia pra Pinhar eu via e falava: aí que meu pai durmia. Ai, quando chovia muito, não podia passar a carroça dentro do rio, com a mercadoria, então eles tirava a mercadoria de dentro da carroça, ponhava naquele rancho, que era próprio par eles, pros carroceiros, e aí esperava a enchente abaxá, aí tocava a tropa, eles falava, né? Pra passá do lado de cá do rio, e aí eles passava na pinguela toda a mercadoria, passava pro lado de cá, ponhava na carroça pra vim embora. As vezes eles ficava lá uns par de dia parado, porque num podia atravessá o rio, né, até que não abaxasse. Não podia tocá os animais pelo rio, né?

Pesquisador: É o Rio Jaguari?

Dona Júlia: É o Rio Jaguari!

Em termos de instrução, o caso tanto do pai, como da mãe de Dona Júlia é o mesmo de muitos outros imigrantes italianos, não sabiam ler e nem escrever, como ela salienta na entrevista juntamente com o esforço no trabalho e com a honestidade. Parece-nos que no geral, os italianos que vieram com algum tipo de instrução, como o caso de Giuseppe Stivanin, Modesto Stella e Santi Borghese. Porém, tal afirmação precisa de mais estudos.

Voltando aos temas transporte e comércio, durante muitos anos, tanto os italianos e descendentes, quanto os brasileiros da região de Andradas sonharam com uma estação de trem como a que existia em São João da Boa Vista e em Espírito Santo do Pinhal. Apesar de a maioria dos imigrantes italianos dos primeiros tempos terem vindo das terras de São João, a estação ferroviária era mais próxima e que passou a drenar a produção e abastecer comércio local, foi a de Espírito Santo do Pinhal, assim que ficou pronta três anos depois da de São João (1893). Os moradores da localidade, brasileiros e italianos, imaginavam como uma estação ferroviária

própria não só facilitaria a vida, como faria a cidade prosperar ainda mais. Sonharam tanto que cansaram de sonhar e resolveram tentar fazer o sonho virar realidade.

Imigrantes, descendentes e brasileiros unindo-se e investindo em ferrovias

No começo do século XX havia um jornal chamado *O Popular*. Em seu cabeçalho ele é apresentado como órgão do governo municipal. No dia 20 de junho de 1925, nele foi publicado o que, numa olhada rápida e apressada, parece um artigo estranho, trazendo o gerente-redator Tertuliano de Oliveira e o redator Nylo Alves como responsáveis pelo texto: "*Estrada de Ferro de Caracol*". Na verdade, tratava-se das atas de fundação e dos estatutos da recém criada Companhia de Estradas de Ferro Caracol, com a informação do montante do capital social – "*mil e quatrocentos e quarenta e um contos de réis do capital montante do prospecto*" - do número de ações e apresentando a lista de acionistas com a respectiva participação de cada um.

O exemplar de que dispomos, está bastante deteriorado, dificultando a leitura e extração dos dados. Um exemplar, em melhores condições nos foi oferecido por Zétulo, mas ainda não tivemos tempo de digitalizá-lo.

Mesmo assim, ao que parece, a empresa foi criada no formato de sociedade anônima, de acordo com os ditames da legislação do final do século XIX, momento em que o desenvolvimento normativo/legal estava relativamente bem desenvolvido dentro de uma perspectiva capitalista financeira, que vinha sendo idealizada e discutida pela elite brasileira desde a época

do Império, após a lei que promoveu a liberação geral da cobrança de juros em 1838⁷⁹.



Ata da Assembleia definitiva da Companhia de Estrada de Ferro Caracol

Aos dez dias do mês de maio de mil novecentos e noventa e cinco, convocados previamente pelo O Popular, desta Cidade de Caracol, em seu número de três de Maio do corrente ano, compareceram no Teatro Variedades, na rua Coronel Oliveira, os subscritores desta companhia, abaixo assinados [...]

Achando-se sobre a mesa os documentos legais relativos a constituição desta sociedade, o Presidente mandou que eu fizesse a leitura de cada um deles. (...) foram todos estes documentos sujeitos a discussão, observando o Presidente que a disposição dos Estatutos não podiam ser modificadas na presente Assembleia e sim em qualquer outra assembleia extraordinária, que depois de organizada a presente sociedade fosse convocada para este fim a não ser que, na presente reunião qualquer modificação reunisse a unanimidade dos votos. Não havendo quem pedisse a palavra, foram os documentos submetidos à aprovação, havendo sido aprovados por unanimidade.

Diante dessa votação, o presidente ordenou que eu transcrevesse nesta ata os referidos estatutos e a dois recibos e declarou constituída a presente sociedade, congratulando-se com os presentes, pelo êxito alcançado pela iniciativa dos fundadores da presente companhia. O estatutos aprovados são os seguintes: [...]

A publicação, tanto da ata de fundação como dos estatutos da Companhia, foi feita para cumprir as determinações do §9º do Art. 26 dos mesmos:

⁷⁹ ROVARON, Carlos Eduardo. **Xadrez imobiliário:...** Op. Cit.

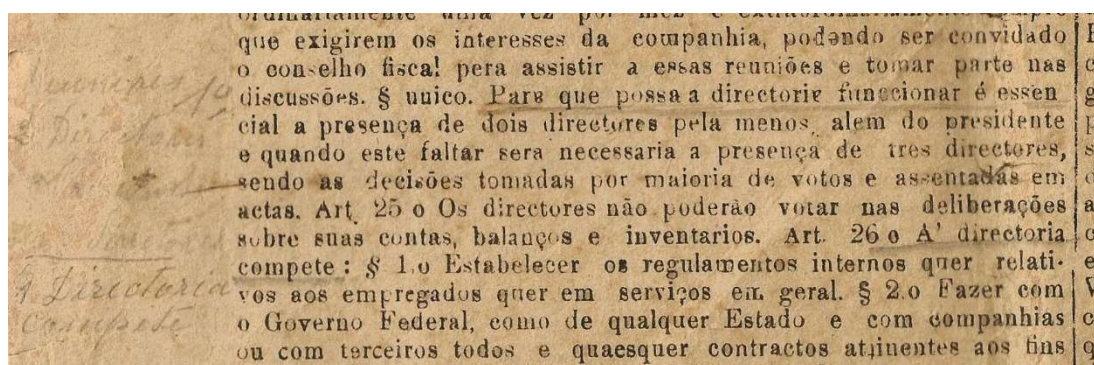
§9º. Fazer o anúncio prévio do art.147 do decreto 434 de Julho de 1891 e a publicação pela imprensa do balanço, relatório e parecer do conselho fiscal até a véspera da Assembleia, e promover todas as publicações legais .

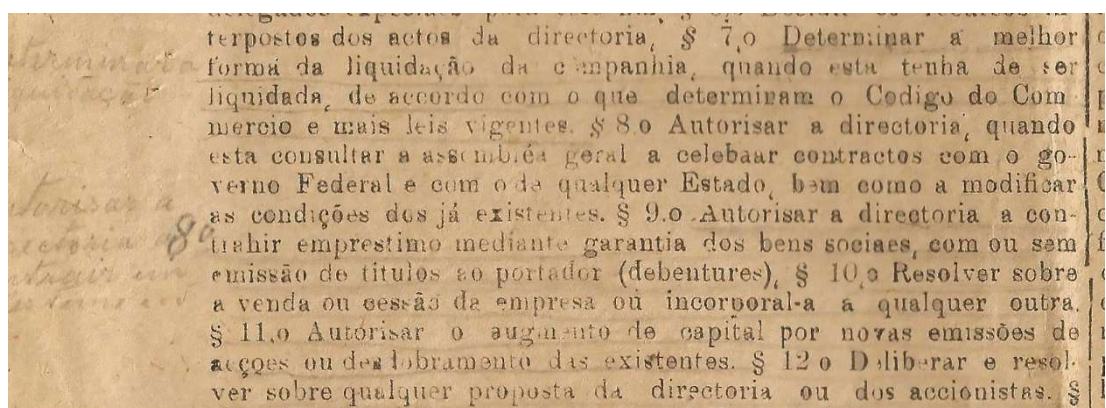
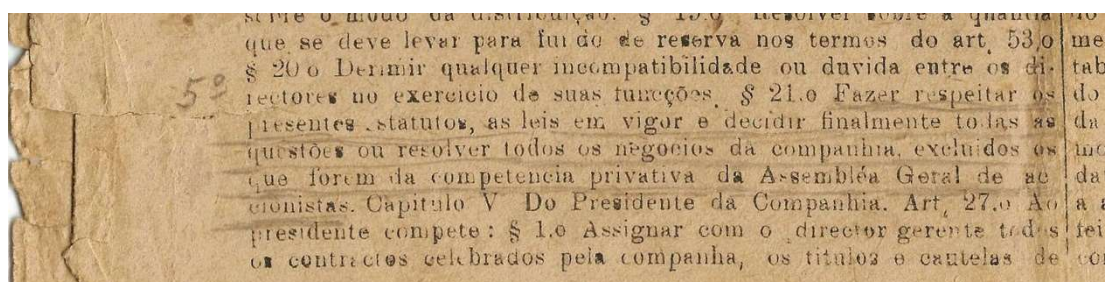
Portanto, essa publicação no jornal O Popular foi feita para cumprir uma determinação legal válida em escala nacional.

O primeiro exemplar que deste jornal que encontramos é do acervo particular da família Stivanin e foi digitalizado durante a entrevista que fizemos com Zenaide Stivanin Galhardo. Ele pertenceu a Giuseppe Stivanin, que tinha interesse na empresa, pois sua família havia investido em 125 ações dela.

É possível imaginar Giuseppe recebendo ansioso o jornal na fria manhã de 20 de junho de 1925, época das geadas, das festas juninas e dos terços nas roças, da tarde para noite, que sempre acabavam com muita comida, fogueira e bebida.

Giuseppe não só leu o jornal, como o grifou as partes do texto que mais lhe interessaram e deixou suas anotações, feitas a lápis margem esquerda. Elas estão quase apagadas hoje. Segue três recortes como o exemplo:





Todos os trechos são referentes a mecanismos administrativos da empresa, o que para uma pessoa de espírito empreendedor como Giuseppe Stivanin, era assunto de interesse, afinal, vários nomes de sua família, constam na lista de acionista.

Muito provavelmente, seu interesse também se deve ao fato de que uma estação ferroviária na cidade abaixaria os custos de transporte de suas produções de café e vinho e, por consequência, aumentaria os lucros. Segue abaixo os nomes da família Stivanin que por hora foi possível levantar em face das limitações impostas pelo estado de conservação do documento:

Santo Stivainin	25 ações
João Stivainin	25 ações
Júlio Stivanin	25 ações
Antônio Stivainin	25 ações
Ricardo Stivanin	25 ações
Total de ações	125 ações

Abaixo, segue a lista de todos os acionistas, com os respectivos números de ações de cada um:

NOME COMPLETO	Nº. AÇÕES
Alcino Bretas de Oliveira	50
Jorge dias de Oliveira	63
Antônio Augusto de Oliveira	288
Octavio Teixeira Barbosa	288
João Contin	63
Adolpho Pio de Magalhães	138
Anthero Ferraz	150
Raphael Daniel	50
Mário Bueno de Oliveira	25
Antenor E. Sataut	15
Antônio Alves dos Santos	25
Jorge Francisco de Carvalho	25
João Nicanor de Andrade	15
João Cândido de Oliveira	50
Lourenço O. da Costa	100
João Ventura da Silva	25
José Miranda	10
Fernando Fossa	25
Achile Geraldi	10
Modesto Procópio Valentin Stella	20
João Maria Trevisan	50
Antônio Campese	50
Alfredo Innocencio Risso	50
Virissimo Ramos da Silva	50
André Pontilo	10
Domingos Contin	25
Aurélio Contin	25
Eugênio Ansani	25
Francisco Basso	100
Santo Vanzela	25
Vitório Manzoli	10
Luiz Augusto de Mello	15

Santo Stivainin	25
João Stivainin	25
Júlio Stivanin	25
Antônio Stivainin	25
Luiz Campese	100
Ricardo Stivainin	25
José Muterle	10
Luíz Sasserón	150
Michele Tognato	25
Francisco Trevisan	75
Augusto Marcondes O. Santos	10
Ovídeo Fava	25
Guerino Marcon	38
Messias gomes Correia	50
Ilino Marcon	37
Vicente Dias	25
Barros Oliva & C.a Ltda.	125
Erico Busato	25
Anthero Marcon	37
João Maximiliano Marcon	38
José Hygino P. da Silva	25
Manoel Antônio Meira	10
Pe. Antônio d´Almeida	10
Nicolau Calderaro	25
José de Castro Leite	10
Francisco Nogueira dos Santos	25
Hildebrando Venturelli	25
João Fernandes Ramos	10
Vital Ribeiro P. Luz	10
Tertuliano de Oliveira	20
Carlos Augusto Ribeiro	15
Oswaldo de Andrade	30
Arthur Risso	10
Arioswaldo de Andrade	10
Antônio Pereira Caldas	100
João Antônio Ferras	15
José Antônio Ferraz	15

José Antônio Peçanha	100
Antônio Afonso Peçanha	100
João Luiz de Almeida	25
????????????????	25
Felisberto Ribeiro	50
Luiz Benassi & Filho	50
Modesto Stella	5
Valentin Stella	5
Antônio Stella	5
Anna Marcondes Staut	50
João Nhola	10
Francisco P. Caldas Mesquita	50
Dr. Oscar de Oliveira	50
José F. Assis Gonçalves	10
João de Magalhães Teixeira	25
Antônio Troche	15
João Eusébio Ribeiro	50
João Mosconi	200
Esmeralda da silva Athanazio	25
Ângelo dal Soto	10
Georgio lobo	100
Justino Orsoli	25
Braz Landri	25
Lindolpho Henrique de Oliveira	10
Gemma Gorini	10
Marcolino Alves da Silva	250
Manoel Garcia	50
Domingos Maria Athanazio	10
José Sasseron	100
Monici & Graziani	25
João Baptista Trevisan	100
Joaquim de Souza Bastos	10
José Pereira	50
Garibaldi Monteiro & Filho	150
Alipio Lobo	25
Adriano Fernandes Lobo	50
João Henrique Villela	250

(...iario) de Magalhães Lobo	25
Henrique Graziani	275
Raymundo Duarte Junior	100
Lourenço Trielli	100
Antônio Luiz de Almeida	25
Dr. Edmundo Venturelli	25
Antônio Luiz A. Primo	25
Paschcal Baratti	25
Antônio Lozano Herrera	25
Francisco Bertoli & Irmão	10
Vitorio Martinello	25
Pedro Campese	100
Joaquim Gonçalves	100
João Baptista de L. Novaes	50
Horácio Leite de Souza	50
Ângelo Carretero	25
Joaquim Villas Boas	25
Gaspar Pereira da Silva	20
Carolina da Costa Flores	25
Idu Ormastroni	25
José Ormastroni	25
Luiz Benassi & Irmão	25
Estulano Ribeiro	25
Joaquim Ignácio do Lago	25
Antônio Francisco Romão	25
Mendo Antônio	50
Ziliottlo Sara	25
José Menabini	25
Sebastião Baptista Romão	25
Arnaldo Pereira	25
Egydio Pinto	25
Leonardo Alves dos santos	20
Joaquim Alves dos Santos	20
Manoel Alves dos Santos	20
Miguel Tognato	25
Antônio Trevisan	100
Manoel Diogo Gonçalves	25

Luiz Diogo Gonçalves	50
Luiz Secco	25
Joaquim Antônio Gonçalves	50
José Loures Filho	10
Leonildo Conti	25
Silvio de Andrade	10
Antenor Risso	50

Ao todo, com limitações de leitura do jornal no momento, contabilizamos 82 acionistas com sobrenomes luso-brasileiros, detendo 4.197 ações, e 68 acionistas com sobrenomes italianos, detendo 2.843 ações.

A iniciativa da fundação da Companhia de Estrada de Ferro Caracol, ao que parece, foi de iniciativa da elite luso-brasileira, em particular da família Oliveira de Andradas, mas também contou com o apoio maciço da comunidade de italianos e descendentes. A saber, a diretoria foi composta por: Antônio Augusto de Oliveira como diretor presidente, João Contin como diretor gerente, Jorge Dias de Oliveira como diretor técnico (engenheiro residente em São Paulo) e, por fim, Adolpho Magalhães como diretor vogal.

Como é possível notar, a elite local se aliou a colônia imigrante para tentar trazer um ramal da Estrada de Ferro Mogiana para Andradas, mas, tanto brasileiros quanto italianos, foram frustrados pela crise de 1929, que fez o sonho desaparecer. Os leitos para deitar os trilhos até foram abertos, mas a estrada de ferro nunca foi construída.